BRISA LOPES DE MELLO FERRÃO

**A DIMENSÃO COLETIVA DO DIREITO INDIVIDUAL À IMAGEM DE
INDIVÍDUOS PERTENCENTES A GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS**

OU

O DIREITO À IMAGEM DE MINORIAS

Tese de Doutorado

Orientador: Fábio Konder Comparato

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - 2012

BRISA LOPES DE MELLO FERRÃO

A DIMENSÃO COLETIVA DO DIREITO INDIVIDUAL À IMAGEM DE
INDIVÍDUOS PERTENCENTES A GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

OU

O DIREITO À IMAGEM DE MINORIAS

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutora em Direito.

Área de concentração: Teoria e Filosofia Geral do Direito

Orientador: Fábio Konder Comparato

São Paulo - 2012

Nome: FERRÃO, Brisa Lopes De Mello

Título: A dimensão coletiva do direito individual à imagem de indivíduos pertencentes a grupos sociais vulneráveis ou o direito à imagem de minorias

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Direito.

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À Cíntia Maria Lopes de Mello e ao Clóvis Dias Ferrão, meus pais, pelo meu privilégio de ser capaz ver o mundo a partir de um olhar diferenciado e singular.

À Maria de Lourdes Trujillo de Mello e ao Luiz Antonio de Mello, meus avós maternos, pelo chão firme e seguro.

Ao Ivan César Ribeiro, meu marido, pelo diálogo acadêmico enriquecedor nesses 10 anos de convivência , e pelas críticas construtivas .

À Lua Lopes de Mello Gonzales, minha afilhada, pelo mundo lúdico de criança indispensável à expressão criativa.

À Evorah Cardoso, minha amiga-irmã, pela amizade infinita, ombro incansável e a leitura e críticas indispensáveis à conclusão desse trabalho.

À Priscilla César, minha amiga-confidente, pelos ouvidos pacientes, os conselhos objetivos e precisos e leitura sincera.

À Maria Cristina Balieiro e à Thais Blucher, minhas doutoras, pela ajuda durante meu período de recuperação.

Ao Professor Emérito Fábio Konder Comparato, meu orientador, pelo modelo a ser seguido, pela confiança, orientação indispensável e disponibilidade irrestrita.

Ao Professor Calixto Salomão Filho, pelo aprendizado e inspiração nesses anos de dedicação integral à pesquisa.

À Professora Elza Boiteux, por toda ajuda, dedicação e compreensão incondicionais e pelo constante diálogo acadêmico.

Às Professoras Esther Hamburger, Rosana de Lima Soares, Vera Silvia Facciolla, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Elza Boiteux, e aos Professores Kabenguele Munanga, Fábio Konder Comparato, Ari Solon, Carlos Alberto de Salles, José Moura Gonçalves

Filho, Yves de La Taille, Robert Post, Owen Fiss, Jack Balkin, Monroe Price, pelos excelentes cursos ministrados que forneceram as bases teóricas desse trabalho.

Ao Procurador Federal Sérgio Suiama, pelas entrevistas a mim concedidas, e principalmente pela capacidade e disposição em produzir mudanças significativas no direito e para a sociedade brasileira.

À Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, à Yale Law School, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisadores de Ensino Superior – CAPES, à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, à Annenberg School of Communication, ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, à Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, à Intervozes, à The International Association for Media and Communication Research - IAMCR, pelo apoio institucional e financeiro indispensáveis à realização de todas as etapas dessa pesquisa.

À Cíntia e ao Clóvis,
Meus pais.

It is a peculiar sensation, this double consciousness, this sense of always looking at one's self through the eyes of others, of measuring one's soul by the tape of a world that looks in amused contempt and pity.

Du Bois, 1903.

RESUMO

FERRÃO, B. L. M. **A dimensão coletiva do direito individual à imagem de indivíduos pertencentes a grupos sociais vulneráveis ou o direito à imagem de minorias.** 2012. 119 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

A regulação contra a discriminação de minorias pelos meios de comunicação de massa está normalmente restrita na maioria dos países (incluindo o Brasil) ao direito penal e a algumas sanções administrativas. Menor atenção é dada ao esfera civil. O a imagem minorias pode reforçar estereótipos, limitados à estigmatização de grupo e, claramente, provocar danos para cada membro dessa minoria. Eu diria que, embora o direito à própria imagem seja reconhecido como um direito pessoal, ele tem tanto aspectos individuais, quanto coletivos. Além disso, defendo que a estigmatização grupal acarretaria danos muito maiores para minorias, e que merece proteção jurídica. No entanto, desenhar os remédios legais capazes de garantir esta proteção não é uma tarefa fácil, e pode exigir uma nova doutrina legal. Na verdade, tal desenho deve reconciliar a reparação por danos individuais e coletivos, contra a exigência de um desempenho específico que exige a restauração da imagem do grupo e, acima disso, lidar com a regulação das concessões de TV e de rádio e com matérias de censura. Defendo o uso de direitos de resposta ou de retificação como uma medida possível para fazer valer os direitos das minorias. Ao forçar os violadores a produzirem e transmitirem as respostas das minorias para retrato injusto, estamos dando a devida voz e compensação para elas.

Palavras-chaves: direito à imagem, direito coletivo à imagem, direito de resposta, direito coletivo de resposta, liberdade de expressão, princípio da isonomia, regulação dos meios de comunicação de massa.

ABSTRACT

FERRÃO, B. L. M. **The Collective Image of Minorities**. 2012. 119 p. PhD (Doutorado) – USP Law School, São Paulo, 2012.

The legal discipline for prejudicial depict of minorities by mass media vehicles is usually restricted in most countries (including Brazil) to criminal law and some administrative sanctions. Much less attention is paid to civil litigation. The portrayal of those minorities could reinforce stereotypes to the limit of group stigmatization, and clearly give rise to damages to each member of this minority. I would argue that, although the right to one's own image is acknowledged as a personal right, it has both individual and collective aspects. Furthermore, I claim the damages a prejudicial characterization could entail would be far greater for minorities, and deserves legal protection. However, to design the legal remedies able to assure this protection is not an easy task, and may require a new legal doctrine. Indeed, such approach should reconcile individual and collective reparation for damages, tradeoff the payment of such damages against the demand for a specific performance requiring the restoration of the group image and, on top of that, deal with public regulation of TV and Radio concessions and censorship concerns. I personally advocate the use of the rights of reply or correction as one possible measure to enforce minority rights. By forcing violators to produce and broadcast the answers of minorities to unfair portrait, we are giving appropriate voice and compensation to them.

Keywords: Image Rights, Collective Image Rights, Right to reply, Collective Right to reply, free speech, equal protection clause, regulation of mass media.

RIASSUNTO

FERRÃO, B. L. M. **L'immagine collettiva delle minoranze**. 2012. 119 p. PhD. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

La disciplina legale per pregiudizievoli rappresentano delle minoranze da parte dei media di massa dei veicoli è di solito limitato nella maggior parte dei paesi (incluso il Brasile) al diritto penale e alcuni sanzioni amministrative. Molta meno attenzione è rivolta al contenzioso civile. Il rappresentazione di tali minoranze potrebbe rafforzare gli stereotipi al limite del gruppo stigmatizzazione, e chiaramente dar luogo al risarcimento del danno a ciascun membro di questa minoranza. Direi che, sebbene il diritto alla propria immagine è riconosciuto come uno diritto personale, che ha sia aspetti individuali e collettivi. Inoltre, rivendico una caratterizzazione dei danni potrebbe comportare pregiudizio sarebbe di gran lunga maggiore per minoranze, e merita tutela giuridica. Tuttavia, per progettare i rimedi giuridici in grado di assicurare questa protezione non è un compito facile, e può richiedere un nuovo quadro giuridico dottrina. Infatti, tale approccio dovrebbe conciliare individuale e collettiva riparazione dei danni, compromesso il pagamento di tali danni nei confronti del richiesta di una esecuzione in forma specifica che richiede il ripristino dell'immagine del gruppo e, per di più, che fare con regolamentazione pubblica delle concessioni TV e Radio e censura preoccupazioni. Personalmente sostengono l'uso dei diritti di rettifica o di correzione come una misura possibile per far rispettare i diritti delle minoranze. Forzando trasgressori per produrre e trasmettere le risposte delle minoranze al ritratto sleale, stiamo dando risarcimenti adeguati a loro.

Parole chiave: Diritti di immagine, diritti delle immagini collettive, diritto di replica, diritto collettivo di replica, la libertà di parola, parità di diritti, la regolamentazione dei mass media.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
SUMÁRIO	12
INTRODUÇÃO	13
DANDO VOZ ÀS MINORIAS: OS ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DOS DIREITOS DE IMAGEM NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA.....	23
1. Conceito de Direito de Imagem Individual no Brasil	27
2.1 O Caso Cidade de Deus.....	34
2.2 A Análise do Caso Cidade de Deus	36
3. A Dimensão Coletiva dos Direitos de Imagem e os Desafios da sua Implementação.....	40
3.1 - Legitimidade Individual na Ação Coletiva e a Questão de Auto-Nomeação	43
4. Conclusões Parciais.....	46
O DIREITO COLETIVO DE RESPOSTA NO BRASIL.....	48
1. A natureza jurídica do direito de resposta.....	50
2. O direito coletivo de resposta: caso MPF vs. Rede TV!	53
2.1 Os fatos	53
2.2 O arcabouço jurídico	56
2.3 As implicações jurídicas	62
3. Interpretação jurídica da natureza dos direitos e sua aplicabilidade: direito coletivo de resposta como o melhor remédio para as violações a direitos coletivos de imagem	65
4. Considerações parciais	67
O PROGRAMA DIREITO DE RESPOSTA E A DESARTICULAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE POBREZA E VIOLÊNCIA PELA MÍDIA.	68
1. A trajetória dos programas Direitos de Resposta.....	69
2. Características Gerais do Programa	72
3. Programa Direitos de Resposta: Pobreza	78
4. Programa Direitos de Resposta: Direito à Segurança Pública	92
5. Conclusão – representação da pobreza e da violência: articulação ou desarticulação?	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

INTRODUÇÃO

O problema dessa tese é resumido pelo vídeo a seguir¹. E sim, é necessário assisti-lo para compreender as ideias que aqui serão desenvolvidas.

Entretanto, antes de assisti-lo, seria útil observar a imagem abaixo, retirada propositalmente do vídeo em questão e fazer uma breve reflexão sobre seu tema - uma campanha pela expansão da União Europeia. O único texto do vídeo é o slogan: “Quanto mais formos, mais forte seremos. União Europeia (UE)”.²

Seria intuitivo pensar, somente com base nessa imagem e no slogan, que o vídeo traz uma mensagem em favor de um crescimento pró-diversidade da União Europeia, para o qual seria essencial a colaboração com povos de nacionalidades variadas, representados na imagem simbolicamente por brasileiros ou africanos, asiáticos e indianos.

¹ Crescer Juntos: Propaganda Pro-Expansão da União Européia, produzida pela União Européia, em Fevereiro de 2012. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=9E2B_yI8jrI, consultado em 17 de maio de 2012.

² Tradução livre, realizada pela autora, do slogan original “the more we are, the stronger we are. ”.

Após ver o vídeo, já dispondo de mais elementos para interpretação, alguns poderiam afirmar que essa produção audiovisual conseguiu expressar a mensagem a que se propôs, ou seja, segundo Stefano Sannino, diretor-geral da divisão de Expansão da Comissão Europeia “O vídeo apresentava personagens típicos do gênero artes marciais: kung fu, capoeira e mestres Kalaripayattu, que começou com a demonstração de suas habilidades e acabou com todos os personagens, mostrando seu respeito mútuo, em uma posição de paz e harmonia. O gênero foi escolhido para atrair os jovens e aumentar a sua curiosidade sobre uma política importante da UE.”³

Contudo, essa não foi a mensagem recebida por uma grande parcela de pessoas que se sentiu ofendida por entender que o vídeo se referia a outras culturas de forma racista, ao mostrar representantes da cultura chinesa, indiana e brasileira ameaçando uma mulher branca com golpes de artes marciais típicas de seus países de origem, e que por essa razão, são eliminados ao final, de forma simbólica, pela UE.

A sequência de cenas do vídeo, intitulado “Crescer Juntos”, descrita de forma sucinta pelo The Guardian, mostra uma mulher branca vestida de amarelo - a cor das estrelas da UE - andando calmamente por um armazém. Inesperadamente, um gongo soa, ela olha para trás e se depara com um homem chinês de aparência agressiva gritando slogans de kung fu que salta em sua direção. Em seguida, um homem de aparência indiana empunhando uma faca levita ao seu redor. Enquanto ela se vira para ele, um homem negro com dreadlocks desfere golpes de capoeira contra ela. Acuada, a mulher olha para eles e se multiplica até formar um círculo em torno dos três homens que guardam suas armas, se sentam em sinal de reverência e desaparecem, ao mesmo tempo em que a roupa amarela da mulher se transforma no círculo de estrelas símbolo da UE.⁴

³ Tradução livre, realizada pela autora, do texto original: “The clip featured typical characters for the martial arts genre: kung fu, capoeira and kalaripayattu masters; it started with demonstration of their skills and ended with all characters showing their mutual respect, concluding in a position of peace and harmony. The genre was chosen to attract young people and to raise their curiosity on an important EU policy. []”. Declaração dada por Stefano Sannino, diretor-geral da divisão de Expansão da Comissão Europeia, ao jornal inglês The Guardian, em matéria publicada em 6 de março de 2012, intitulada “European commission criticised for 'racist' ad”, por Nicholas Watt, correspondente político chefe. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2012/mar/06/european-commission-criticised-racist-ad>, consultado em 17 de maio de 2012.

⁴ Nicholas Watt, “European commission criticised for 'racist' ad”. World news: European Commission. The Guardian. March 6th, 2012. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2012/mar/06/european-commission-criticised-racist-ad>, consultado em 17 de maio de 2012.

Independente da correição das duas interpretações dadas à mensagem do vídeo, a UE resolveu cancelá-lo e se desculpou publicamente, ressaltando inclusive sua preocupação com a recepção do vídeo pela audiência antes de veiculá-lo: "Recebemos um monte de comentários sobre a nosso vídeo, inclusive de pessoas preocupadas com a mensagem que estava sendo enviada. O vídeo foi direcionado a um público específico, através de redes sociais e novas mídias, um público jovem (16-24) que entende as sequências e temas de filmes de artes marciais e vídeo games. As reações do público-alvo foram de fato positivas, considerando os resultados dos testes feitos nos grupos focais sobre o tema" [...] "O vídeo não teve absolutamente a intenção de ser racista, e nós obviamente lamentamos que tenha sido percebido desta forma. Pedimos desculpas a qualquer um que possa ter se sentido ofendido. Dadas estas controvérsias, decidimos interromper a campanha imediatamente e cancelar a veiculação do vídeo."⁵

Esse incidente evidencia contornos importantes da complexa relação entre liberdade de expressão e princípio da isonomia, em um contexto em que o processo democrático é diretamente influenciado pelo poder dos meios de comunicação de massa. O equilíbrio entre esses princípios é uma das condições vitais para constituição de um Estado verdadeiramente democrático, pois tem a função de equalizar as relações de poder na sociedade e garantir que o processo de tomada de decisão coletiva⁶ seja alcançado sem coerção e por indivíduos livres e iguais. A tarefa do direito é justamente criar estruturas que garantam esse equilíbrio em meio à constante evolução da sociedade.

A reação social gerada pelo vídeo produzido pela UE ilustra a dificuldade em se distinguir, no caso concreto, uma mensagem de conteúdo racista de uma mensagem de

⁵ Tradução livre, da declaração dada por Stefano Sannino, diretor-geral da divisão de Expansão da Comissão Europeia, em Nicholas Watt. Texto original: "We have received a lot of feedback on our latest video clip, including from people concerned about the message it was sending. It was a viral clip targeting, through social networks and new media, a young audience (16-24) who understand the plots and themes of martial arts films and video games. The reactions of these target audiences to the clip have in fact been positive, as had those of the focus groups on whom the concept had been tested." [...] "The clip was absolutely not intended to be racist and we obviously regret that it has been perceived in this way. We apologise to anyone who may have felt offended. Given these controversies, we have decided to stop the campaign immediately and to withdraw the video."

⁶ Nesse sentido, Owen Fiss adverte, ao defender a aplicação constitucional da teoria democrática do discurso em oposição à teoria libertária, que "Speech is valued so importantly in the Constitution, I maintain, not because it is a form of self expression or self-actualization but rather because it is essential for collective self-determination". Fiss, Owen M. *The irony of free speech*. Harvard University Press: Cambridge MA. 1996. p.3.

conteúdo pró-diversidade em produções audiovisuais. No caso em questão, os critérios de interpretação utilizados para se chegar a uma conclusão ou outra em relação ao conteúdo do discurso produzido não foram questionados. A ideia de que a mensagem foi interpretada de forma ofensiva por uma parte da audiência resultou na retirada do vídeo de circulação e em um pedido de desculpas por parte de seus produtores.

Mas a UE poderia ter se recusado a retirar o vídeo de circulação, utilizando-se do argumento de que a mensagem do vídeo estava protegida pelo princípio da liberdade de expressão. Nesse caso, haveria duas ordens de problemas a serem resolvidas pelo direito. A primeira seria definir se discurso de conteúdo racista está ou não protegido pelo princípio da liberdade de expressão e em que termos. A segunda seria como o direito estabeleceria critérios para diferenciar esses conteúdos e qual a forma de regulação apropriada para fazê-lo.

O direito brasileiro aparentemente apresenta uma solução para esse problema. O artigo 5º da Constituição Federal ao consagrar o princípio da isonomia declara em seu inciso XLII que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.⁷ Ora, o equilíbrio entre princípio da isonomia e liberdade de expressão é estabelecido no âmbito constitucional por meio da transformação do discurso racista em conduta típica, não protegida pelo princípio da liberdade de expressão. No plano infraconstitucional, a Lei 7716/89 define a conduta típica “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” e atribui pena diferenciada “se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza.”⁸ A lei ainda concede poderes especiais ao juiz que fica autorizado a determinar, antes mesmo do inquérito policial, o recolhimento imediato ou a busca e

⁷ “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;”. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, consultada em 15 de abril de 2012.

⁸ “Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa. [...] § 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.” Lei n. 7716 de 5 de janeiro de 1989, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm, consultada em 15 de abril de 2012.

apreensão dos exemplares do material midiático, a cessação das transmissões radiofônicas ou televisivas e a interdição de mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores.⁹

Embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça que o discurso racista não está protegido pela liberdade de expressão, a criação de uma conduta típica criminal como forma de regular e coibir a veiculação desse discurso pelos meios de comunicação de massa encontra dificuldades de aplicação ao caso concreto, principalmente quando se trata de produções audiovisuais. Tentar estabelecer critérios jurídicos que permitam classificar o discurso do vídeo da UE como uma conduta equivalente a uma das ações descritas na Lei 7714/89, como por exemplo, impedir ou dificultar acesso a estabelecimentos comerciais, ou proporcionar tratamento diferenciado ao trabalhador no ambiente de trabalho, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, além de ser incompatível com a própria estrutura do discurso produzido pelos meios de comunicação de massa, se incorreria no risco de excluir da esfera pública conteúdos que são protegidos pela liberdade de expressão.

Com isso, não se está dizendo que os meios de comunicação de massa não podem produzir mensagens racistas. Seria perfeitamente aplicável o crime de racismo à matéria de um jornal ou a um programa de televisão que produzisse uma reportagem defendendo a não contratação de funcionários negros, ou de mulheres. O problema é que, em geral, esse tipo de discurso não é construído de forma direta e objetiva. Um canal de televisão não precisa produzir uma matéria com esse formato e incorrer no crime de racismo, se há a possibilidade de veicular repetidas produções em que somente homens brancos figurem como funcionários capacitados e competentes e não incorrer em nenhum crime.

Assim como conteúdos discriminatórios ou genericamente chamados de “racistas” podem ser expressados de inúmeras formas e em intensidades variadas, deve haver também diferentes níveis de regulação para esses discursos que correspondam ao grau de ofensa ao princípio da isonomia. Sem que seja estabelecida essa gradação, o direito não

⁹ § 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência: I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo; II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas. III - a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010). Lei n. 7716 de 5 de janeiro de 1989, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm, consultada em 15 de abril de 2012.

será capaz de conter e disciplinar a produção e veiculação de conteúdos que de alguma forma firam o princípio da isonomia, exceto em casos extremos, como no exemplo dado anteriormente.

Da comparação entre o crime de racismo e o crime de injúria qualificada pelo preconceito¹⁰, condutas criminais prescritas pelo direito brasileiro, percebe-se uma gradação em relação à gravidade da conduta que é refletida não só na pena atribuída a cada crime¹¹ mas principalmente no fato do crime de racismo ser um crime hediondo, portanto inafiançável e imprescritível. Assim, embora ambos firam o princípio da isonomia, e haja dúvida quanto à aplicação do crime de racismo ou do crime de injúria qualificada pelo preconceito ao caso concreto¹², o legislador estabeleceu uma gradação entre o potencial ofensivo de cada umas das condutas.

Embora haja uma gradação entre o potencial ofensivo do crime de racismo e do crime de injúria qualificada pelo preconceito em relação ao princípio da isonomia, essas condutas, quando praticadas através de meios de comunicação de massa, não se aplicam a produções midiáticas de natureza distintas. Assim como o crime de racismo, o crime de injúria qualificada pelo preconceito, para ser tipificado, requer uma linguagem direta e objetiva, mas que não é a utilizada com mais frequência nas produções audiovisuais. Logo, se durante um programa de auditório ou um telejornal, forem dirigidos a um indivíduo

¹⁰ Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena - reclusão de um a três anos e multa. Art. 141 - As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido: III - na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria. Decreto-lei 2848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm, consultado em 15/04/2012.

¹¹ As penas em abstrato atribuídas ao crime de racismo e ao crime de injúria qualificada pelo preconceito são iguais (reclusão de um a três anos e multa). Contudo, o crime de racismo quando praticado por intermédio de meio de comunicação social, é considerado um tipo penal específico ao qual é atribuída pena de reclusão de dois a cinco anos e multa. Já, o crime de injúria qualificada pelo preconceito quando praticado por meio que facilite sua divulgação está sujeito apenas a um aumento de pena de um terço.

¹² Machado *et al.* (2009: 1546-1547), em pesquisa empírica realizada no Tribunal de Justiça de São Paulo verificou que é comum o crime de racismo ser desclassificado para o crime de injúria qualificada pelo preconceito. Note-se que a divergência quanto a caracterização da conduta ocorre entre o juiz de direito e o membro do ministério público, dois agentes do Estado com conhecimentos jurídicos específicos para aplicar essa legislação ao caso concreto. MACHADO, Marta; PÜSCHEL, Flavia; RODRIGUEZ, José Rodrigo. The Juridification of Social Demands and the Application of Statutes: An Analysis of the Legal Treatment of Antiracism Social Demands in Brazil. *Fordham Law Review*, v. 77, pp. 1535-1558, 2009. Disponível em: <http://law2.fordham.edu/publications/articles/500flspub17316.pdf>.

xingamentos associados à sua raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, será caracterizado o crime de injúria qualificada pelo preconceito. Contudo, como visto no vídeo da UE, há a possibilidade de serem atribuídas características negativas a uma determinada cultura, sem que se utilizem xingamentos. Ao mostrar representantes de diferentes culturas como pessoas capazes de praticar atos gratuitos de violência contra uma mulher, a mensagem que se passa corresponde a uma característica negativa – agressividade – associada à questão da nacionalidade ou origem.

Dito isto, as questões que devem ser colocadas é se o discurso produzido por meio de criações audiovisuais ou imagéticas, embora não seja direto e objetivo, pode gerar violações ao princípio da isonomia e de que forma se pode tutelar o direito violado sem prejuízo à liberdade de expressão.

As produções audiovisuais são essencialmente discurso traduzido em imagem e som. Muitas vezes, a fala não é utilizada como recurso de áudio, mas apenas a música, como se pode ver no vídeo produzido pela UE. Há assim, produções em que o discurso é essencialmente criado por meio de imagens. O efeito gerado na audiência por uma imagem tem maior impacto do que o discurso produzido pela fala, justamente por causa de sua capacidade de sintetizar várias ideias em um espaço temporal menor. Daí a razão de existir do antigo provérbio “uma imagem diz mais do que mil palavras”. Mas essa capacidade de síntese da imagem também é acompanhada de maior polissemia, se comparada à fala ou ao discurso escrito.

E é justamente essa característica, i.e., a possibilidade de haver múltiplos significados, que faz com que o discurso produzido por meio da imagem receba atenção cautelosa do direito. A ideia de um discurso poder ser interpretado de inúmeras formas gera insegurança quanto à possibilidade de se afastar o princípio da liberdade de expressão em favor a proteção de outro direito. O risco de excluir dos meios de comunicação de massa conteúdos que não podem ser classificados pelo direito de forma inequívoca, como conduta típica, a exemplo dos crimes de racismo e injúria qualificada pelo preconceito, parece não ser suportável por uma sociedade verdadeiramente democrática.

Contudo, a exclusão de conteúdo dos meios parece não ser a medida jurídica mais adequada a esses casos. Dentre os vários significados que o discurso audiovisual pode adquirir, aquele que eventualmente apresente o potencial de ferir o princípio da isonomia

pode democraticamente ser corrigido por meio da veiculação de conteúdo que reforce o respeito a esse princípio. Dessa maneira, o fato do discurso audiovisual ser acentuadamente polissêmico não afetaria a liberdade de expressão, pois, somente seriam corrigidas as interpretações que apontam para a violação de direitos, sem necessidade de exclusão de qualquer conteúdo.¹³

Ademais, a solução jurídica de se relativizar o potencial ofensivo do discurso audiovisual em favor de uma garantia abstrata ao princípio da liberdade de expressão está em descompasso com o avanço tecnológico dos meios de comunicação de massa. Se em tempos anteriores o custo e o tempo para produzir discurso em formato audiovisual eram extremamente elevados devido ao estágio de desenvolvimento da tecnologia nesse setor – fatores que inviabilizariam a produção e veiculação de conteúdo reparador em tempo hábil a atingir a mesma audiência – hoje qualquer indivíduo pode produzir material audiovisual por meio de uma simples câmera digital a baixo custo.

A proposta defendida nessa tese para estabelecer o equilíbrio entre isonomia e liberdade de expressão nesses casos é o reconhecimento da dimensão coletiva do direito à imagem e do direito de resposta e a aplicação simultânea desses institutos ao caso concreto. O direito coletivo à imagem permitirá que discursos que ofendam em menor grau o princípio da isonomia, como no caso de representações estigmatizantes de minorias que não podem ser interpretadas como racistas, dada a polissemia do discurso audiovisual, sejam tutelados de forma proporcional à ofensa a esse princípio, ao invés de, como ocorre atualmente, serem relativizados para proteger abstratamente a liberdade de expressão. Já, o direito de resposta coletivo, por incluir conteúdos reparadores nos meios de comunicação de massa, cumpre a função de garantir que nenhum discurso será excluído da esfera pública em respeito ao princípio da isonomia em detrimento do princípio da liberdade de expressão.

Note-se que essa proposta, ao estabelecer o equilíbrio entre esses princípios, adquire papel relevante na limitação da influência do poder dos meios de comunicação de massa no processo democrático. Embora aparentemente o reconhecimento da dimensão coletiva desses direitos se apresente como um problema relacionado a condutas e não a

¹³ Nos casos de obras produzidas em momentos históricos em que práticas racistas eram legalmente aceitas, essa solução mostra-se mais adequada. As polêmicas em torno das obras de Monteiro Lobato e dos desenhos de Georges Remide (Tintin au Congo) que serão abordadas nos capítulos seguintes, ilustram esses casos.

estruturas jurídicas¹⁴, a regulação do poder como influência determinante¹⁵ nesses casos, possui uma complexidade adicional, pois o poder permeia os sistemas e os atos de comunicação. Por essa razão, é imprescindível que as análises jurídicas que tenham como propósito compreender e conter as formas de exercício do poder midiático abranjam não apenas o sistema regulatório dos meios de comunicação, mas também o sistema normativo do ato de comunicação.

As regras do sistema regulatório dos meios de comunicação responsáveis pela organização, funcionamento e acesso aos meios, e as regras do sistema normativo do ato de comunicação que informam a essência e os limites da liberdade de expressão, devem ser compatíveis e complementares para que seja possível a criação de estruturas capazes de disciplinar e limitar o poder dos meios. O descompasso entre as regras desses sistemas não só reduz o potencial regulatório das estruturas de controle do exercício do poder midiático, como abre espaço para a violação de direitos. Portanto, esse descompasso deve ser evitado para que a liberdade de expressão cumpra a função elementar de garantir a existência de um espaço público de deliberação no qual se possa alcançar a melhor solução possível para as questões de uma coletividade específica.

Ao analisar a estrutura do sistema de televisão para o qual se destinam os conteúdos audiovisuais, é imprescindível que seja feita a distinção entre acesso aos meios e acesso à audiência. Isso porque a existência de inúmeros canais de televisão não é suficiente para garantir a democratização desse meio¹⁶, dado que são os índices de audiência que refletem a real difusão de conteúdos. Ao criar uma nova hipótese para a introdução de conteúdo nos meios como forma de proteger o princípio da isonomia, e, ao introduzir esses conteúdos em termos coletivos para uma audiência específica como um exercício da liberdade de expressão, o direito coletivo à imagem e o direito de resposta coletivo formam uma

¹⁴ Para discussão sobre condutas e estruturas no direito brasileiro, ver Salomão Filho, Calixto. *Direito concorrencial: as estruturas*, São Paulo, Malheiros, 2ª ed., 2002. *Direito como instrumento de transformação social e econômica*, in RDPE 1 (2003), pp. 15-44. *Direito concorrencial: as condutas*, São Paulo, Malheiros, 2003.

¹⁵ Fábio Konder Comparato apresenta o modelo de análise do poder, como influência determinante, em sua obra clássica *O Poder de Controle na Sociedade Anônima*, 2ª ed. atualizada. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1977.

¹⁶ O conceito de democratização dos meios de comunicação de massa utilizado nessa tese compreende o acesso físico aos meios e o acesso à audiência por representantes de diferentes setores sociais.

estrutura jurídica que efetivamente aumenta a participação social na esfera pública e limita a influência do poder dos meios de comunicação de massa no processo democrático.

Não menos importante, a inserção de conteúdo por meio do acesso aos meios de comunicação é essencial como medida de combate ao monopólio no setor. A ausência de instrumentos regulatórios que efetivamente garantam sua democratização impede a produção e veiculação direta de conteúdos criados por parte dos cidadãos. O argumento da escassez de estrutura física dos meios, embora enfraquecido hodiernamente pelo surto de desenvolvimento tecnológico, tem sido um dos principais obstáculos à democratização dos meios de comunicação, principalmente no caso da televisão. No mesmo sentido, a ausência de regulamentação de dispositivos constitucionais que exigem uma programação midiática diversificada e democrática, torna ineficaz a possibilidade de inserção de conteúdo com o objetivo de garantir a diversidade de ideias nos meios. Embora não seja objeto dessa tese, a ação de inconstitucionalidade por omissão (ADO) número 10, recentemente proposta em face à ausência de regulamentação dos dispositivos constitucionais que versam sobre essas matérias¹⁷, é um sinal de avanço em direção ao longo caminho para se chegar a democratização dos meios de comunicação de massa no Brasil.

Essa tese desdobra-se em três partes. A primeira esclarece o conceito de direito coletivo à imagem e seus fundamentos jurídicos, por meio do estudo de caso dos filmes *Cidade de Deus* e *Falcão - Meninos do Tráfico*. A segunda analisa o direito de resposta coletivo a partir do *leading case* da ação civil pública que retirou da televisão os programas do apresentador João Kleber, da *Rede TV!*. A terceira descreve a implementação do direito de resposta coletivo que resultou na produção dos Programas Direitos de Resposta.

¹⁷ Ação de inconstitucionalidade por omissão (ADO) número 10 está disponível para consulta pública no blog do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL pelo link <http://psol50.org.br/blog/2010/12/29/stf-manda-processar-acao-do-psol-para-regulamentar-artigos-da-constituicao-sobre-comunicacao/>, consultado em 24 de maio de 2012. O parecer favorável à ação emitido pela Procuradoria Geral da República (PGR), ao final de abril de 2012, encontra-se disponível em: <http://www.pgr.mpf.gov.br>.

DANDO VOZ ÀS MINORIAS: OS ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DOS DIREITOS DE IMAGEM NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

A disciplina legal contra a discriminação de minorias por veículos de mídia de massa é normalmente restrita na maioria dos países (incluindo o Brasil) ao direito penal e algumas sanções administrativas. Menor atenção é dada ao litígio civil. O retrato dessas minorias pode reforçar estereótipos, limitados à estigmatização de grupo e, claramente, provocar danos para cada membro dessa minoria. Eu diria que, embora o direito à própria imagem seja reconhecido como um direito pessoal, ele tem tanto aspectos individuais, quanto coletivos. Além disso, defendo que a estigmatização grupal acarretaria danos muito maiores para minorias, e que merece proteção jurídica. No entanto, desenhar os remédios legais capazes de garantir esta proteção não é uma tarefa fácil, e pode exigir uma nova doutrina legal. Na verdade, tal desenho deve reconciliar a reparação por danos individuais e coletivos, contra a exigência de um desempenho específico que exige a restauração da imagem do grupo e, acima disso, lidar com a regulação das concessões de TV e de rádio e com matérias de censura. Defendo o uso de direitos de resposta ou de retificação como uma medida possível para fazer valer os direitos das minorias. Ao forçar os violadores a produzirem e transmitirem as respostas das minorias para retrato injusto, estamos dando a devida voz e compensação para elas.

O sistema jurídico brasileiro estabelece diferentes níveis de proteção contra comportamentos discriminatórios em relação às minorias. Todos os instrumentos legais destinados a proteger as minorias estão estabelecidos no sistema penal (Código Penal, Código de Processo Penal, o Legislação Especial e demais regulamentos especiais). A classificação gradual desses crimes é baseada em interesse jurídico protegido, tipo e quantidade de pena imposta por lei. Segundo essa classificação, em ordem decrescente de gravidade, a legislação cria:

- O crime de racismo¹⁸

¹⁸ Ver Lei n. 7.716/89, art. 20: "Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa." É interessante observar que o Supremo Tribunal Federal só julgou um caso de racismo. Embora haja no Brasil uma longa história de racismo contra os negros, este caso diz respeito a um crime contra o povo judeu, o caso Ellwanger. O STF decidiu: "O Tribunal Pleno, por maioria concluiu que o racismo é, em primeiro lugar, uma realidade social e

- O crime de discriminação¹⁹
- A injúria qualificada pelo preconceito²⁰

Todos estes crimes têm a sua pena aumentada quando cometidos por meio de veículos de comunicação de mídia em massa²¹. O Supremo Tribunal Federal brasileiro determinou que as limitações legais impostas à liberdade de expressão, nestes casos, são constitucionais²².

Embora estas disposições legais sejam necessárias e úteis para proteger as minorias contra comportamentos discriminatórios, são dificilmente aplicáveis às produções dos meios de comunicação de massa²³. A complexidade dos elementos (imagem, fala, música, luz, linguagem, contexto etc.) e da tecnologia e técnicas de persuasão²⁴ usadas na elaboração dessas produções só permitem a identificação desses crimes quando a produção é flagrantemente racista ou discriminatória. Uma vez que tais produções explicitamente racistas não são comuns e, principalmente, exploram outras formas de depreciação de

política, sem nenhuma referência à raça como uma característica física ou biológica. Ele reflete, na verdade, um comportamento reprovável que decorre da convicção de que existe uma suficiente hierarquia entre os grupos humanos para justificar atos de segregação, inferiorização e até mesmo o assassinato de pessoas." Houve três votos dissidentes, que não consideraram judeus como uma raça, dois dos quais também se basearam no direito à liberdade de expressão e na ausência de uma conduta que constitua incitação à discriminação. Ver íntegra do caso Ellwanger (STF, HC 82.424/RS, rel. Min. Moreira Alves, 17/09/2003), disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>.

¹⁹ Ver Lei n. 7716/89.

²⁰ Ver Decreto-lei n. 2848/40, art. 140, par. 3º "Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena - reclusão de um a três anos e multa."

²¹ Ver Decreto-lei n. 2848/40, art. 141, inc. III, Lei 7716/89, art. 20, par. 2º "Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa."

²² De acordo com o Supremo Tribunal Federal "Esta limitação à liberdade de imprensa, a fim de reduzir a difusão de anúncios que implicam preconceito contra determinadas raças, etnias, religiões ou origem nacional é totalmente constitucional, pois liberdades públicas não podem ser usadas para esconder fins ilegais". (STF- 1o Turma, RE n. 25.348/MG, rel. Min. Ribeiro da Costa, Diário da Justiça, Seção I, de 5.5.1955, p. 5.017).

²³ Para uma visão geral sobre os desafios de implementação de tais crimes, veja a seguinte pesquisa empírica: MACHADO, Marta; Püschel, Flavia; RODRIGUEZ, José Rodrigo. A juridificação da demandas sociais e aplicação de estatutos: Uma Análise do tratamento jurídico das Demandas Sociais anti-racismo no Brasil. *Fordham Law Review*, v 77, pp 1535-1558. Disponível em <http://law2.fordham.edu/publications/articles/500flspub17316.pdf>.

²⁴ Para uma visão geral dos efeitos de recepção, ver Reeves, Byron. Atenção para a televisão: as teorias psicológicas e medidas cronométricas. pp 251-279. Em BRYANT, Jennings; Zillmann, Dolf. *Perspectivas sobre os efeitos da mídia*. Lawrence Erlbaum Associates, Inc. New Jersey. 1986.

minorias, eu sugiro que essas disposições legais não protegem inteiramente e efetivamente as minorias.

Ao contrário, estereótipos²⁵ são utilizados amplamente pelos veículos de mídia em massa para representar as minorias. Estereotipar um membro de uma minoria leva a um fenômeno conhecido na psicologia social como estigmatização de grupo²⁶. A principal consequência desse fenômeno é a prevalência das características do grupo sobre as características individuais dos seus membros. Esta prevalência tem efeitos indesejáveis para os membros das minorias, uma vez que o seu comportamento social se torna um fator depreciativo na definição de sua imagem, já definido pela sociedade através de mecanismos de exclusão e continuamente reproduzido como verdade. No entanto, embora a estigmatização de grupo tenha efeitos nocivos²⁷ sobre as minorias, não pode ser interpretado como um comportamento discriminatório no âmbito do Direito brasileiro.

O filme brasileiro “Cidade de Deus”²⁸ ilustra os efeitos deletérios que a estigmatização de grupo tem para as minorias. O roteiro retrata a “Cidade de Deus”, uma favela na periferia do Rio de Janeiro, e seus habitantes. A produção retrata a favela como o lugar mais violento do Brasil, dominado por traficantes de drogas e pelo crime organizado. O enredo centra-se nas histórias dos chefes do tráfico e outros ladrões. Os atores principais são moradores reais da Cidade de Deus, e diretor do filme decidiu explorar as formas verbais e corporais de expressões dos moradores de Cidade de Deus, dando um aspecto de documental ao filme²⁹.

²⁵ Para um conceito de estigma e estereótipo ver GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Gestão da Spoiled*. Prentice-Hall, Inc. New Jersey. 1963.

²⁶ Para um conceito de estigmatização grupo, ver Allport, Gordon. *A natureza do preconceito*. Addison-Wesley. 1987; FORRESTER, Michael. *Psicologia da Imagem*. Routledge. Londres. 2000; e ELIAS, Norbert; Scotson, John L. *O estabelecido e os outsiders: Uma investigação sociológica em problemas da comunidade*. Português tradução, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

²⁷ Para uma visão geral sobre a estigmatização efeitos nocivos grupo tem sobre as minorias, ver Lester, Paul (org.). *Imagens que lesam: estereótipos pictóricos na mídia*. Praeger. Westport. 1996. Este livro traz pensativo analisa sobre todo o tipo de estereótipos, incluindo, sexo, etnia, idade, orientação física, sexual e os estereótipos diversos.

²⁸ “Cidade de Deus” (Cidade de Deus), de 2002, dirigido por Fernando Meirelles e Kátia Lund, produzido pela O2 Filmes e VideoFilmes, distribuído pela Miramax (EUA) e Buena Vista International.

²⁹ A sinopse oficial diz que site “O personagem principal na Cidade de Deus não é uma pessoa. É um lugar. Cidade de Deus é um projeto de habitação de baixa iniciado na década de 60 que se tornou um dos lugares mais perigosos do Rio de Janeiro até o início da década de 80. Para contar a história do lugar o filme conta as histórias de muitos personagens. Mas tudo é visto através dos olhos do narrador: Buscapé, um garoto

Esta representação dos moradores da favela como criminosos extremamente violentos impactou seriamente sobre os moradores reais. De acordo com jornais brasileiros e o blog Viva Favela (uma ONG brasileira), várias pessoas foram demitidas e tiveram seus relacionamentos pessoais interrompidos e foram discriminadas apenas por viverem na favela Cidade de Deus. O caso teve repercussão enorme no Brasil e diretor do filme divulgou um pedido público de desculpas à comunidade Cidade de Deus.³⁰

Insatisfeito com pedido de desculpas do diretor, o rapper MV Bill³¹, morador da Cidade de Deus, produziu um documentário sobre o crime organizado e o tráfico de drogas nas favelas brasileiras. Ele visitou e entrevistou vários traficantes de drogas, de diferentes estados brasileiros, para mostrar que o problema do tráfico de drogas e da violência resultante dele não é uma peculiaridade da Cidade de Deus. Seu documentário foi exibido sem cortes pela Rede Globo, a emissora de TV brasileira com os maiores níveis de audiência. Após a exibição, MVBill foi nomeado pelo presidente Lula como um dos diretores da televisão pública brasileira, uma iniciativa em curso para estabelecer uma rede pública.

Está claro que o comportamento discriminatório fundamentada na estigmatização de grupo, como a demissão de pessoas com base em características pessoais ou qualquer outra forma de discriminação em geral, são crimes positivados pelo sistema jurídico brasileiro. As questões importantes, no entanto, parecem ser, em primeiro lugar, qual é o interesse jurídico diretamente violado quando as emissoras de mídia em massa usam a estigmatização de grupo para representar as minorias, segundo, se o ordenamento jurídico

pobre e negra muito frágil e com medo de se tornar um bandido, mas também inteligente para estar contente com o trabalho mal remunerado. Ele cresce em um ambiente muito violento. As probabilidades estão contra ele. Mas ele descobre que pode ver a realidade com um olhar diferente: o olho de um artista. Eventualmente, ele torna-se um fotógrafo profissional. Essa é a sua redenção. Buscapé não é o verdadeiro protagonista do filme. Ele não é aquele que faz a história vai sobre. Ele não é aquele que toma as decisões que irão determinar a cadeia principal de eventos. No entanto, não só a sua vida está ligado ao que acontece na história, mas é também através da sua perspectiva de vida que entendemos a humanidade de um mundo aparentemente condenado a violência sem fim. "Disponível em <http://cidadedededeus.globo.com/> , consultado em 06 de fevereiro de 2010. (Grifei).

³⁰ Veja PIRES, Paulo Roberto. MV Bill consistente Mais é. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 set. 2002. Caderno B. Veja também ATHAYDE, Celso, BILL, MV. Falcão: Meninos do Tráfico. Objetiva. Rio de Janeiro. 2006.

³¹ Ver RIBEIRO, Paulo Jorge. Entre ressonância e encantamento: Cidade de Deus ea Crítica Contemporânea cultural. 2005. Dissertação de doutorado. Rio de Janeiro: PPCIS-UERJ.

brasileiro protege este interesse jurídico e, terceiro, como ele está protegido. Estas são as perguntas que pretendo responder neste capítulo.

Minha hipótese para essas perguntas é que a difusão da estigmatização de grupo viola o direito de imagem das minorias. Esta proposição enfrenta alguns desafios, pois o direito de imagem é definido como um direito individual. Neste sentido, sustento que o direito de imagem tem uma dimensão coletiva e o sistema jurídico brasileiro deve reconhecê-lo, a fim de proteger a imagem dos membros das minorias. Eu também sugiro algumas mudanças legais necessárias para implementar o direito de imagem coletivo no Brasil.

A ideia proposta será desenvolvida em quatro seções. A primeira traz a definição legal de direitos de imagem individuais no sistema legal brasileiro. A segunda destina-se a como os membros das minorias são representados pela mídia e quais são as implicações legais da estigmatização de grupo para a implementação de seus direitos individuais de imagem. A terceira seção propõe um novo quadro legal para os direitos de imagem. O reconhecimento legal da dimensão coletiva dos direitos de imagem é indispensável para habilitar os membros das minorias para defender a sua imagem legalmente. Analiso brevemente também os desafios para a implementação dos direitos coletivos de imagem, especialmente as mudanças de processo civil necessárias para garantir a criação de mecanismos legais eficientes de implementação. A quarta seção conclui este capítulo.

1. Conceito de Direito de Imagem Individual no Brasil

Esta parte introduz o conceito de direito de imagem e seu status legal no ordenamento jurídico brasileiro, e exemplifica, com base no único caso decidido pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, como tem sido implementado no Brasil atualmente.

Alguns conceitos jurídicos são relevantes na definição do direito de imagem. Embora possa ser considerado extremamente dogmática, uma excursão através destes conceitos é necessária para análises posteriores. Por propor a reinterpretação da natureza jurídica do direito, é preciso entender qual é sua natureza jurídica hoje e quais são as implicações do mesmo para o processo de implementação. Para fazer isso, exploro os conceitos de direitos individuais pessoais, direitos fundamentais, eficácia e autonomia.

Outros conceitos, também relevantes para as análises, serão explicados ao longo do caminho.

O direito de imagem foi definido classicamente por Duval (1988)³² como a projeção da personalidade física (características fisionômicas, corpo, atitudes, expressões, gestos, sorriso, vestimentas etc.) ou moral (aura, fama, reputação etc.) do indivíduo (homens, mulheres, crianças ou bebês) no mundo exterior.³³

Esta definição inclui não apenas o aspecto físico da imagem, mas também o aspecto intersubjetivo – a exteriorização da personalidade na sociedade. Araújo (1996) classifica essas duas dimensões do direito de imagem como imagem-retrato e imagem-atributo. A imagem-retrato também tem duas partes: a imagem-primitiva de um indivíduo caracterizado pela sua estrutura física; e a imagem-consequente, que resultada pré-produção da anterior. A imagem-atributo, diferentemente, resulta do desenvolvimento das relações sociais. Toda pessoa desempenha vários papéis na sociedade, por exemplo, como membro da família, trabalhador, amigo etc.. A performance do indivíduo em cada papel define os atributos individuais no contexto social.³⁴ Em outras palavras, teoricamente, o comportamento do indivíduo poderia determinar como a sociedade interage com ele ou ela.

O conteúdo da definição acima apresenta diferentes classificações legais. Em termos dogmáticos, o direito de imagem é um direito pessoal individual.³⁵ Esta é a natureza deste direito. Na doutrina do direito civil, o direito pessoal de um indivíduo é um direito subjetivo inerente à pessoa e não se inscreve no domínio patrimonial, o que significa que é absoluta, não disponível, inalienável, intransmissível, imprescritível, irrenunciável e não podem ser . Embora este direito não faça parte do domínio patrimonial, com o

³² Durval, Hermano. Direito à Imagem. São Paulo. Editora Saraiva. 1988.

³³ Durval, Hermano. 1988, retro, nota 14, p.105. Para um conceito semelhante, ver também MORAES, Walter. Direito à própria Imagem. São Paulo. Revistas dos Tribunais (433), Set/82. p. 68.

³⁴ ARAUJO, Luiz. A Proteção Constitucional da Própria Imagem: Pessoa Física, Pessoa jurídica e Produto. Del Rey. Belo Horizonte.1996.pp. 30-31.

³⁵ DE CUPIS (1961) define que "os direitos pessoais são direitos que devem necessariamente ser colocados no domínio pessoa, e no link que ligava a pessoa eo seu direito tem a intensidade máxima. Na maior parte, estes direitos são de propriedade do indivíduo por causa de sua qualidade de persona adquiriu com ela nasceu, sendo inerente a ela durante a vida, até pensei que contra sua vontade, que não tem eficácia jurídica ". Ver DE CUPIS, Adriano. Os Direitos da Personalidade. Moraes Editora. Lisboa. 1961. pp 53. 1988 Constituição Federal brasileira, versão Inglês não oficial, consultado em 08 março de 2010, disponível em <http://pdiba.georgetown.edu/Constitutions/Brazil/english96.html> # mozTocId114971

desenvolvimento da mídia de comunicação em massa, a reprodução da imagem tornou-se mais fácil, mais rápida e rentável. A evolução técnica dos meios de comunicação permitiu que as pessoas pudessem lucrar com a reprodução da sua imagem. Neste sentido, o direito de imagem tem todas as características de direitos individuais pessoais, menos a indisponibilidade, ou seja, uma pessoa está legalmente autorizada a negociar a reprodução da sua própria imagem.

O direito individual de imagem é também um direito constitucional. A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito de imagem como um direito fundamental. Este direito é assegurado no artigo 5º, incs. V, X e XXVIII, alínea (a):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;³⁶

O status constitucional do direito de imagem impede a sua redução ou supressão no ordenamento jurídico brasileiro por meio de qualquer mecanismo legal, incluindo emendas constitucionais. O direito de imagem é considerado uma "cláusula pétrea", ou seja, um direito imutável fundamental, de acordo com art. 60, par. 4º, inc. IV da Constituição Federal.

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

IV - os direitos e garantias individuais.

³⁶ Artigo 5 (XXVII) inclui a imagem da direita no campo de direitos autorais. Ver Lei 9.610/96 para obter mais detalhes. Esta dimensão da imagem da direita não é relevante para este trabalho, no entanto.

As normas constitucionais têm diferentes níveis de eficácia e aplicabilidade. Silva (1982)³⁷ classifica as normas constitucionais em três tipos: normas de eficácia plena,³⁸ normas de eficácia parcial³⁹ e normas de eficácia limitada⁴⁰. Segundo essa classificação, o direito de imagem tem dois níveis de eficácia e aplicabilidade. O direito de imagem estabelecido no artigo 5º, incs. V e X tem eficácia plena e aplicabilidade imediata (todos os efeitos jurídicos são produzidos com base no dispositivo constitucional e o direito não pode ser limitado por normas infraconstitucionais). Diferentemente, o direito de imagem inscrito no artigo 5º, inc. XXVIII, tem eficácia parcial e aplicabilidade imediata (o legislador infraconstitucional está autorizado a limitar o conteúdo e a extensão do direito).

Após a Constituição de 1988, a autonomia do direito de imagem, em relação a outros direitos individuais pessoais, como direito à honra, privacidade e identidade⁴¹, tornou-se claro. A Constituição distingue expressamente o direito de imagem daqueles direitos pessoais. O poder Constituinte não só definiu o direito de imagem como autônomo, como também forneceu um tipo especial de dano a este direito. De acordo com o artigo 5º, uma pessoa poderia sofrer dano patrimonial, dano moral e dano à imagem.

O sistema legal também impõe limitações ao direito de imagem. Pode-se dividir essas limitações em dois grupos. O primeiro inclui as limitações impostas pela pessoa à exposição ou reprodução de sua imagem, que deve ter o seu consentimento. Além disso, a

³⁷ SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas constitucionais. 2o ed., Rev. e Atual. Revista dos Tribunais. São Paulo. 1982.

³⁸ "Aqueles que, desde a constituição em vigor, produzem ou têm a possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos e situações que o legislador constituinte, direta e por meio de normas, destinadas a regular".

³⁹ "Aqueles em que o legislador constitucional ter regulamentado o suficiente os interesses relativos a um assunto específico, mas deixou uma certa margem para atribuição discricionária do poder público, a ser exercida de acordo com a linguagem da lei ou de acordo com os princípios gerais que encarna, (...) Eles têm aplicabilidade imediata e direta, sendo eficiente, independentemente de qualquer interferência do legislador ordinário, e sua aplicabilidade não está condicionada a qualquer regulamentação posterior, mas é condicionado aos limites (ou a eficácia parcial) depois estabelecidos pela lei, ou, alternativamente, quando as circunstâncias restritivas previstas na constituição ocorrer (a atuação do poder público para manter a ordem e a segurança pública, segurança nacional, a integridade nacional, etc, na forma permitida por normas escritas. " Por definição legal de privacidade, honra e identidade, ver Bittar, Carlos Alberto. Os Direitos da Personalidade. 4ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva. 2000. p.93.

⁴⁰ "Aqueles que dependem de mecanismos normativos, a fim de produzir os seus efeitos essenciais, previsto pelo legislador constituinte".

⁴¹ Por definição legal de privacidade, honra e identidade, ver Bittar, Carlos Alberto. Os Direitos da Personalidade. 4ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva. 2000. p.93.

imagem da pessoa não poderia ser reproduzida para além dos limites e alcances de sua autorização.

O segundo grupo são as limitações constitucionais impostas por outros direitos fundamentais, especialmente o direito à informação. De acordo com o artigo 220, par. 1º, o poder constituinte estabeleceu que o direito de imagem do artigo 5, ins. V e X, devem ser protegidos quando em conflito com o direito à informação, nos seguintes termos:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

Araújo (1996) descreve, com base em decisões judiciais, as limitações impostas ao direito de imagem. O autor defende que o fundamento destas limitações não é o direito à informação. Em vez disso, razões de Estado ou de interesse público seriam a base legal que justifica as limitações, incluindo a segurança nacional, a identificação criminal, saúde pública, figuras públicas, produção cultural, identificação em eventos públicos e fatos históricos.⁴²

Embora o direito de imagem seja inerente a qualquer indivíduo, processos judiciais no Brasil referem-se quase exclusivamente a figuras públicas e celebridades. Por exemplo, o único caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro até agora tem uma famosa atriz brasileira, Cássia Kiss, como demandante⁴³. Neste caso, encerrado em 2002, ela teve sua imagem publicada sem seu consentimento pela revista "Remédios". A atriz deu uma entrevista à revista, mas não autorizou a publicação de qualquer imagem. No entanto, mesmo sem a sua autorização, eles compraram imagens do jornal "O Dia" e publicaram em várias páginas desta primeira edição, incluindo a capa e as propagandas. A primeira instância e o tribunal decidiram que a revista violou o direito de imagem da atriz e a

⁴² Cf. Araújo (1996), pp 92-99.

⁴³ Ver STF - Turma 1o, RE 215.984/RJ, rel. Min. Carlos Veloso, disponível no site <http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?docTP=AC&docID=246432>, consultado em 06 de março de 2010.

condenou a pagar indenização em dinheiro. O tribunal, no entanto, não concedeu danos morais. Por este motivo, ela recorreu ao Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal brasileiro determinou que a publicação de fotografias sem consentimento resulta em danos morais, mesmo quando não são ofensivas. De acordo com a decisão do STF, "o que deve ser esclarecido é que, em geral, a publicação de imagem de alguém, com intuito comercial ou não, resulta em incômodo, inconveniência ou embaraço para a pessoa retratada, independentemente da intensidade do incômodo, inconveniência ou embaraço. Uma vez que exista, há um dano moral, que tem de ser compensado, de acordo com a Constituição (artigo 5º, X)." ⁴⁴

Este caso ilustra como a violação habitual contra direitos de imagem é julgada no Judiciário brasileiro. Os dois aspectos jurídicos mais relevantes da decisão para esta análise são, em primeiro lugar, o reconhecimento da necessidade de identificação pessoal para configurar a violação de direito de imagem (ou seja, a violação deve se relacionar a uma pessoa identificável e determinada) e, segundo, a classificação do dano à imagem como um tipo de dano moral.

No contexto legal descrito acima, de identificação pessoal é sinônimo de individualização. Uma pessoa é identificada se ela pode ser física e moralmente reconhecida pelos outros como um indivíduo singular. Mesmo com o processo de identificação pessoal sendo relevante para assegurar a singularidade de qualquer indivíduo, o processo de identificação na sociedade não se restringe a esta definição. Os membros dos grupos são identificados, primeiramente e primordialmente, com base nas características do grupo e apenas secundariamente identificados com base em características pessoais. Denomino a segunda como identificação coletiva. Embora o processo de identificação coletiva possa ser aplicado a qualquer pessoa (por exemplo, Brad Pitt pode ser identificado como pertencendo ao grupo de homens brancos), os seus efeitos adquirem relevância jurídica apenas quando a identificação coletiva se sobrepõe à identificação pessoal. Diferentemente do processo de identificação coletiva, esta sobreposição só se aplica aos membros de minorias.

Este fenômeno também está relacionado com a representação coletiva (ou retrato) dos membros das minorias por meios de comunicação em massa. A representação coletiva

⁴⁴ Ver STF - Turma 1o, RE 215.984/RJ, rel. Min. Carlos Veloso, p. 9.

não é intrinsecamente má, sendo uma forma eficiente de comunicar ideias. Por exemplo, a representação coletiva das mulheres como profissionais altamente qualificadas pela mídia de massa é perfeitamente adequada. Diferentemente, a associação de imagens das mulheres a cerveja em uma propaganda resulta em uma estigmatização de grupo – a mulher é representada como um objeto de prazer masculino e associada a outro objeto da mesma categoria, neste caso, a cerveja.

Estigmatização de grupo e processo de identificação coletiva são conceitos diferentes. Somente nos casos em que o processo de identificação coletiva resulta na estigmatização de grupo é que há um efeito prejudicial para a imagem das minorias. É exatamente esse processo que eu analiso na próxima seção.

2. Estigmatização de grupo e o retrato de minorias nos meios de comunicação em massa

Esta seção tem como objetivo analisar o processo de estigmatização de grupo e como os veículos de comunicação em massa representam minorias através deste processo. Em vez de desenvolver uma análise puramente teórica do tema, decidi explorá-lo utilizando um caso real de estigmatização de grupo por mídia em massa, que aconteceu no Brasil.

A sequência dos fatos, neste caso, ilustra claramente o processo de estigmatização de grupo pela mídia de massa e seus efeitos sobre as minorias. A repercussão social e mobilização, e o envolvimento de diversos setores da sociedade, incluindo os veículos de mídia de massa, sociedade civil e do governo brasileiro, expressam não só o impacto do caso no Brasil, mas também e ainda mais importante, o processo democrático pelo qual a sociedade brasileira lidou com o problema.

É importante dizer que, usando este caso como um estudo de caso, não quero sugerir que este é o tipo de caso deva ser sujeito a restrições legais impostas pelo reconhecimento dos direitos de imagem das minorias. Como o caso envolve um filme, e

não um periódico, é protegido pela cláusula de liberdade de expressão, de acordo com a Constituição brasileira.

Por uma questão de clareza e para lidar com a complexidade do processo, esta secção é dividida em duas partes. A primeira traz uma descrição cronológica do caso, e a segunda apresenta as análises conceptuais.

2.1 O Caso Cidade de Deus

O caso começou quando o livro "Cidade de Deus"⁴⁵, de Paulo Lins, foi publicado em 1997. O autor descreve em seu livro as transformações sociais ocorridas no complexo de habitação popular "Cidade de Deus", dos anos 60 para os 90. Essas transformações sociais estão diretamente relacionadas ao aumento da violência resultante do domínio pelo crime organizado na década de 90. O livro foi baseado em fatos reais. O autor foi um morador da Cidade de Deus por mais de 30 anos e maior parte do material de pesquisa que ele usou para escrever o livro foi coletado durante os 8 anos em que trabalhou como assistente de pesquisa antropológica criminal no Rio de Janeiro.

Cinco anos depois, em 2002, o filme homônimo "Cidade de Deus"⁴⁶ foi produzido. Fernando Meirelles e Katia Lund eram diretores do filme. O roteiro do filme foi baseado no livro de Paulo Lins. A técnica cinematográfica de filmes de ação foi escolhida para explorar o tema da violência do tráfico de drogas, aumentando o potencial comercial do filme, que se tornou um sucesso de público no Brasil. Diversos públicos em todo o mundo assistiram o filme após a sua indicação ao Oscar.⁴⁷ O filme não ganhou o prêmio Oscar porque foi considerado muito violento.

Como descrito na introdução, o filme retrata a favela como um lugar muito violento, onde o Estado é ausente e onde traficantes de drogas e o crime organizado governam. Os moradores do local passam a ser discriminados em vários contextos sociais,

⁴⁵ LINS, Paulo. Cidade de Deus. Companhia das Letras. São Paulo. 1997. Cidade de Deus (Cidade de Deus). Dir. Fernando Meirelles e Katia Lund. Perf. Mateus Nachtergaele, Alexandre Rodrigues e Seu Jorge. 2002. DVD. Miramax Films. 2003.

⁴⁶ O filme recebeu quatro indicações ao Oscar em 2004: Melhor Fotografia (César Charlone), Melhor Diretor (Meirelles), Melhor Escrita de edição (Daniel Rezende) e Melhor (Roteiro Adaptado) (Mantovani). Veja www.oscar.org.

⁴⁷ Para uma análise da técnica cinematográfica mencionado, ver Vieira, Elseed. Cidade de Deus em várias vozes: Cinema Social brasileira como ação. Nottingham. Crítica, Cultural e de Imprensa, Comunicação. 2005.

incluindo a discriminação laboral e abusos cometidos por policiais. De fato, a interferência arbitrária e vigilância destes serviços policiais na favela aumentou e, pior ainda, parecia ser absolutamente justificada pelos fatos ficcionais mostrados no filme, pois o filme imita um documentário.

Alguns moradores da favela Cidade de Deus começaram uma discussão online sobre os efeitos deletérios do filme para a comunidade no blog Viva Favela⁴⁸, que foi coordenado pela ONG Viva Rio. Dada a intensidade debate no site, foi aberta uma seção especial, chamada "polêmica Cidade de Deus" (Cidade de Deus Polêmica) apenas para esta discussão. A indignação dos moradores da Cidade de Deus não se restringiu a estes debates. Eles organizaram diversas reuniões e tentaram mobilizar a imprensa. O caso teve repercussão enorme no Brasil e, como dito antes, os diretores de filme emitiram um pedido público de desculpas aos moradores da Cidade de Deus.

Após estas iniciativas, o rapper MV Bill⁴⁹ e seu empresário Celso Athayde decidiram produzir um documentário sobre o crime organizado e o tráfico de drogas nas favelas brasileiras. O documentário "Falcão, Meninos do Tráfico" foi registrado em favelas localizadas em um número expressivo de estados brasileiros. O objetivo do documentário, de acordo com MV Bill, era dar uma resposta ao filme Cidade de Deus, mostrando que o problema de violência do tráfico de drogas nas favelas não se restringe à comunidade Cidade de Deus, mas é problema social que afeta diferentes comunidades excluídas.

O documentário retrata a vida de crianças e adolescentes que trabalham para traficantes de drogas em favelas brasileiras. MV Bill entrevistou 17 pessoas. Durante o processo de filmagem, que durou apenas 3 meses, 14 delas foram mortos. Apenas um entrevistado estava vivo em 2010. Alguns dos funerais daqueles jovens foram mostrados no documentário.

⁴⁸ Estes eventos foram relatados por moradores da Cidade de Deus no blog. O site do Viva Favela está ainda localizado em <http://www.vivafavela.com.br/>. Infelizmente, como esses debates ocorreram principalmente após o lançamento do filme, em 2002, o arquivo "Cidade de Deus Polêmica", com essas discussões não está mais no site. No entanto, Paulo Jorge Ribeiro de Ph.D. dissertação reproduz-los em um Anexos ("Entre ressonância e encantamento: Cidade de Deus ea Crítica Contemporânea cultural" [Entre ressonância e encantamento: Cidade de Deus ea crítica cultural contemporânea], 2005 Rio de Janeiro: PPCIS-UERJ.

⁴⁹ Veja MV Bill na biografia <http://www.mvbill.com.br/> ou <http://www.mvbill.com/>. BILL, MV. Falcão: Meninos do Tráfico (Falcão - Meninos de Tráfego). Cetral Unica Favelas das Nações. Brasil. 2006. Ver site do filme em <http://www.cufa.org.br/>.

Em 19 de março de 2006 o documentário foi exibido sem cortes, pela Rede Globo, no programa de variedades "Fantástico", um programa de TV tradicional e popular nos domingos à noite⁵⁰. A sua primeira exibição foi transmitida em 3 partes consecutivas, no mesmo episódio do programa, durando 58 minutos, o que representa mais de metade do tempo do programa.

Por causa da repercussão dessa transmissão, o rapper MV Bill foi convidado para participar de uma reunião com o presidente Lula e 11 ministros de Estado. Nessa reunião, algumas partes do documentário foram mostradas e algumas das experiências de bastidores foram discutidas. Como relatado, em 26 de novembro de 2007, MV Bill foi nomeado para integrar o Conselho da Companhia Brasileira de Comunicação, a próxima rede de TV pública.

2.2 A Análise do Caso Cidade de Deus

"O personagem principal na Cidade de Deus não é uma pessoa. É um lugar". Esta frase inicial da sinopse do filme Cidade de Deus, no site oficial do filme, exemplifica o elemento chave do processo de estigmatização de grupo neste caso: a identificação coletiva dos moradores da Cidade de Deus. O título do filme é o nome real da favela.

Normalmente filmes do gênero documentário-drama, inspirados em histórias verdadeiras, não usam nomes reais ou qualquer elemento que poderia ser útil na identificação das pessoas reais envolvidas na história. Este não era o caso na Cidade de Deus.

A comunidade Cidade de Deus foi identificado primeiramente no livro de Paulo Lins. Na época que o livro foi publicado, alguns moradores da Cidade de Deus ajuizaram ação contra o autor⁵¹ afirmando que a descrição de alguns fatos no livro, associado à identificação da comunidade através do título do livro, poderia resultar na identificação pessoal dos demandantes e consequentemente, em violação de suas imagens. Estes casos foram julgados improcedentes. O Rio de Janeiro Tribunal de Recurso decidiu que os fatos

⁵⁰ Veja MATTOS, Laura. "Fantástico" exhibe documentário Sobre Tráfico infantil. Folha de São Paulo. 19 de março de 2006. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u58925.shtml>

⁵¹ Veja TJ / RJ n. 2005.001.47177, TJ / RJ n. 2005.002.25135.

expostos no livro não eram específicos o suficiente para identificar pessoalmente os autores, embora o título do livro desse a localização espacial dos fatos. Nesses casos, o direito de imagem foi invocado como um direito individual pessoal. Os demandantes alegaram que suas imagens individuais foram danificadas.

Além dessas ações, demandando direitos de imagem individuais, a comunidade também manifestou sua indignação sobre o livro. Dado o baixo acesso da população aos livros, a reação da comunidade em relação ao filme recebeu mais atenção da imprensa.

Ao contrário do livro, que é baseado em uma pesquisa antropológica e não é fictício, o filme mistura realidade e ficção. Embora a história do filme seja contada por um "bom membro" da comunidade, ele tem como foco as vidas dos traficantes de droga, e seu comportamento violento é a principal característica associada à Cidade de Deus. Esta associação de violência generalizada para o nome da comunidade constitui o processo de estigmatização de grupo. Para resumir, depois de promover a identificação coletiva dos membros da comunidade usando seu nome real, como o título do filme, a representação da comunidade como extrema e essencialmente violenta, resultou na estigmatização negativa dos seus membros.

Os moradores imediatamente reconheceram a estigmatização de grupo. A manifestação de MV Bill no blog Viva Favela, em 2003, é o melhor exemplo de como a comunidade interpretou este processo de estigmatização. Ele disse:

“Vou colocar todo mundo na roda. O mundo inteiro vai saber que esse filme não trouxe nada de bom para a favela, nem benefício social, nem moral, nem humano. O mundo vai saber que eles exploraram a imagem das crianças daqui da CDD. O que vemos é que o tamanho do estigma que elas vão ter que carregar pela vida só aumentou, só cresceu com este filme. Estereotiparam nossa gente e não deram nada em troca para essas pessoas. Pior, estereotiparam como ficção e venderam como verdade”. (grifos nossos)

Em seu discurso, MV Bill demonstra estar especialmente incomodado com a estigmatização das crianças. Na verdade, o fato de que os traficantes do filme são os meninos, menores de 18 anos, é difícil de notar. Eles são representados como jovens adultos cruéis, absolutamente responsáveis pelos seus atos. Ele também enfatiza o aspecto de documentário do filme. Além de ter um roteiro baseado em fatos reais, quase todos os atores e atrizes do filme são moradores de Cidade de Deus. Como dito, a incorporação de

expressões verbais e corporais dos habitantes da comunidade para as funções de caracteres aumentou a crença de audiência nos fatos ficcionais mostrados.⁵²

Diferentemente da reação ao livro Cidade de Deus, o filme não resultou em ações judiciais⁵³. A resposta mais eficaz veio do documentário "Falcão: Meninos de tráfico", filmado por MV Bill. O documentário tenta desconstruir a imagem dos meninos traficantes de drogas retratados no filme Cidade de Deus. Para fazê-lo, MV Bill se concentra nas entrevistas com 14 meninos traficantes de drogas, com foco em suas vidas familiares, planos futuros e vida pessoal. Ele dá aos meninos a oportunidade de contar suas histórias de vida com foco em fatos comuns da vida⁵⁴. Ele também tenta fazer com que os meninos pensem sobre o impacto do tráfico em suas vidas e suas consequências para outras pessoas. A abordagem diferente utilizada por MV Bill para apresentar o envolvimento de

⁵² Na minha opinião, há especialmente duas cenas que evocam esse sentimento da realidade na platéia. A primeira cena é a execução de várias pessoas por Zé Pequeno, 10-years-old boy preto. O segundo mostra Zé Pequeno, já um adolescente, obrigando um menino de 7 anos de idade para disparar outro 7-anos-menino-velho. O personagem Zé Pequeno é interpretado por dois atores diferentes em cada cena e da sensação de realidade produzida é a mesma. Ver primeira cena está disponível no <http://www.youtube.com/watch?v=j92gVC6lQcs&feature=Playlist&p=09C872C5A8964A97&index=4>. Veja segundo a <http://www.youtube.com/watch?v=ng9q5-xkNmE&feature=related>, ambos com legendas em inglês.

⁵³ Há um caso relacionado com o filme, mas neste caso é contra a Rede Globo de rede eo autor também alega violação de direitos de imagem individuais. Veja 2004.001.12913.

⁵⁴ Martindale (1996) aponta a representação das minorias em seu cotidiano como uma forma de desconstruir estereótipos. O autor sugere, "jornais e televisão executivos e repórteres que estão preocupados em evitar a perpetração de racismo e os estereótipos raciais tem várias opções prossecução destes objectivos. Eles podem: 1. Mostrar o cotidiano da comunidade negra, e de cada um dos afro-americanos, assim como fazem com os americanos brancos. O coral da escola Africano americano de alta que se apresenta no almoço do prefeito deve ser filmada como a banda da escola suburbana alta é retratado na cobertura do desfile. 2. Mostrar as realizações individuais afro-americanos, assim como aqueles de origem anglo-americanos estão cobertos. O empresário bem sucedido Africano americano que ganha um prêmio estadual, a mulher americana Africano que inicia um negócio local, ou o jovem que ganha uma bolsa para Yale devem ser cobertos, e coberto como destaque, como os seus homólogos da Anglo. 3. Examine histórias e fotos sobre locais afro-americanos acusados de crimes com os mesmos padrões de julgamento usados sobre aquelas de Anglos. Essa notícia não deve ser jogado para cima ou voltou para mais freqüência do que seria se os acusados eram Anglo. Assunto histórias de arame sobre as acusações contra os afro-americanos em outras partes do país ao mesmo escrutínio. Será que essa história de ser pego e executado se os acusados eram anglo? Será que a história ser jogado como destaque? 5. Investigar e relatar sobre a realidade por trás estereótipos. Os fatos sobre a corrida de mães sociais, usuários de cocaína e vítimas de problemas sociais seria um bom ponto de partida para trabalhos de história. Os repórteres também poderia enquadrar histórias em novas formas que desafiam estereótipos, como Chicago Tribune repórter George Curry fez quando ele foi designado uma história sobre as opiniões do público sobre o bem-estar. Entre suas fontes que ele usou uma mulher Africano afluente americana de subúrbio de Chicago e uma mãe bem-estar Anglo de cidade do interior. "See MARTINDALE, Carolyn. Estereótipos de jornais dos afro-americanos. pp 25. Em Lester, Paul (org.). Imagens que lesam: estereótipos pictóricos na mídia. Praeger. Westport. 1996.

crianças no tráfico redirecionou o fardo do tráfico das crianças para a sociedade. Foi também uma tentativa de humanizar esses jovens novamente.⁵⁵

O impacto do documentário na opinião pública brasileira foi enorme. Pela primeira vez, a Rede Globo transmitiu um documentário independente sem cortes. Embora o documentário seja um tipo de resposta à estigmatização de grupo resultante do filme *Cidade de Deus*, ele nunca teria tido o mesmo impacto na opinião pública se não fosse transmitido na televisão.

Rede Globo também produziu um programa de televisão chamado *Cidade dos Homens*, mostrando a vida cotidiana dos habitantes de favelas. Parte do elenco do programa é o mesmo do filme *Cidade de Deus*. Um dos diretores do programa é Fernando Meirelles, o mesmo diretor do filme *Cidade de Deus*. Neste momento, o título do programa era genérico e não teve como alvo nenhuma favela real em particular.⁵⁶

Mobilização das minorias, transmissão voluntária do documentário por meios de comunicação em massa, e a vontade do governo brasileiro de reconhecer a relevância da participação de um líder da comunidade na decisão sobre a nova Teve Pública brasileira, poderia ser interpretado como uma melhora na democracia brasileira. Infelizmente, este não é sempre o caso.

Embora neste caso os meios de comunicação voluntariamente reconhecessem o impacto nocivo da produção de mídia, mesmo não tendo obrigação legal de fazê-lo, este não é o comportamento normal dos meios de comunicação no Brasil. O reconhecimento legal do direito de imagem como um direito coletivo é não apenas uma forma de proteger eficazmente o direito de imagem das minorias contra a estigmatização de grupo, mas também uma forma de garantir que a mídia de massa irá cumprir esse direito.

⁵⁵ A entrevista mais devastador mostrado no documentário é de uma criança muito jovem que diz que a morte não é um problema porque morrer, ela pode finalmente descansar. Ver a cena (07:14 - 09:34) com: <http://www.youtube.com/watch?v=PhLH54RTdks&feature=related> e também (de 0 a 1:97) com <http://www.youtube.com/watch?v=AsOZMioRFpM> & NR = 1.

⁵⁶ Rede Globo produziu vários programas de TV sobre as periferias do Brasil e seus habitantes após *Cidade dos Homens*. Nenhum desses programas direcionados qualquer comunidade real. Um programa é famoso *Antonia*. Apesar de ser fechado em uma favela conhecida localizado em São Paulo, o nome do programa é o nome de uma banda feminina. O programa também procura centrar-se na vida cotidiana dos habitantes de favelas.

3. A Dimensão Coletiva dos Direitos de Imagem e os Desafios da sua Implementação

Após definir o quadro legal atual do direito de imagem no ordenamento jurídico brasileiro, na primeira seção, e discutir o impacto da identificação coletiva e estigmatização de grupo sobre a imagem dos membros das minorias na segunda seção, nesta terceira seção, proponho a reinterpretação do conceito jurídico de direito de imagem como direito coletivo, a fim de garantir que os membros das minorias serão juridicamente capazes de defender suas imagens contra a estigmatização de grupo pela mídia de massa.

Ao advogar o reconhecimento da dimensão coletiva do direito de imagem, não se segue que a dimensão individual desse direito deva ser ignorada. A ideia de que cada pessoa tem uma imagem individual é verdadeira e merece proteção legal, mas a classificação do direito de imagem, como um direito individual não deve ser um obstáculo para reconhecer sua dimensão coletiva. Neste sentido, o quadro jurídico do direito de imagem individual não pode ser o mesmo que o direito coletivo.

A sociedade identifica a imagem individual e a imagem coletiva de um indivíduo através de distintos processos de identificação. Enquanto a imagem individual é identificada através de um processo de identificação pessoal, ou seja, cada pessoa é identificada pela sociedade com base nas características individuais; a imagem coletiva é determinada pela identificação coletiva, em que as características individuais do membro de um grupo 'são menos valiosas que as características atribuídas para o grupo. Alguém poderia argumentar que a diferença entre os processos de identificação descritos acima não é suficiente para justificar uma modificação normativa na natureza dos direitos de imagem. No entanto, a diferença neste processo tem os seus efeitos amplificados quando os meios de comunicação em massa traduzem-no em um mecanismo de representação de grupo. Ao fazê-lo, os meios de comunicação transmitem qualquer ideia sobre os membros das minorias em termos genéricos. Não há necessidade de individualizar um membro de uma minoria, a fim de atribuir qualquer característica para essa pessoa. Como consequência, a proteção jurídica do direito individual dos membros das minorias não é um instrumento legal adequado para protegê-los contra os efeitos da representação coletiva promovida pela mídia de massa.

O direito de imagem individual é um conceito inadequado para ser aplicado ao caso descrito, não apenas porque põe em causa a legitimidade do partido para indicar um pedido, mas também porque os efeitos da decisão em um caso envolvendo o direito de imagem coletivo afeta o indivíduo, outros membros das minorias e também a sociedade.

De acordo com o atual quadro legal do direito de imagem, o indivíduo não tem interesse em mover uma ação judicial, se a sua imagem pessoal não é ofendida. O único tipo de ação disponível para defender o direito de imagem é a ação civil individual. Portanto, mesmo se o indivíduo pudesse apresentar uma ação judicial individual para proteger seu direito coletiva, seria considerado injusto tendo em conta os efeitos coletivos da questão. Os remédios habituais disponíveis no sistema legal brasileiro para proteger o direito de imagem são danos materiais, danos morais, danos à imagem e direito de resposta. A ofensa ao direito de imagem também tem de ser abordada, o que no caso da produção de mídia de massa implica em um controle conteúdo de conteúdo ex post.

Para resolver estes problemas legais, sugiro que o reconhecimento do direito de imagem coletivo deve ser acompanhado de duas outras modificações no sistema jurídico brasileiro. A primeira modificação é o reconhecimento constitucional da dimensão coletiva do direito de resposta. Sem essa mudança legal, a disposição constitucional no artigo 5, inc. V, perderá a sua eficácia. Uma ofensa ao direito de imagem coletiva da minoria deve receber uma resposta coletiva. Por exemplo, se a mulher é estereotipada como objeto dos homens, toda mulher deve ter direito a um direito coletivo de resposta de modo a contestar a imagem transmitida.⁵⁷

A segunda modificação legal consiste no reconhecimento da capacidade do indivíduo para mover uma ação judicial coletiva (Ação Civil Pública). Embora o Sistema Jurídico Brasileiro tenha o instrumento processual da ação coletiva, o indivíduo não tem legitimidade legal para representar interesses coletivos. De acordo com a Lei 7.347/85, art. 5, inc. IV, as únicas pessoas com o direito a ser demandantes de uma ação coletiva são o

⁵⁷ Há dois casos judiciais em que o São Paulo Tribunal de Recurso decidiu que o direito de resposta tem uma dimensão coletiva. Um destes processos será discutido em detalhe em outro papel. Para uma visão geral sobre este assunto, ver SUIAMA, Sérgio Gardenghi. A voz do dono EO dono da Voz: O Direito de RESPOSTA coletivo nsa Meios de Comunicação Social. 2002. Disponível em <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/pfdc/grupos_atividades/comunicacao/direito_resposta.PDF>. Ver também Ministério Público Federal Procuradoria E DA REPUBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO. Ação Civil Pública com Pedido de antecipação de tutela. 2005. Disponível em <http://www.cdh.org.br/ACP_RedeTV.pdf>. Veja também SUIAMA, Sérgio Gardenghi. Tese Pará a conquista de hum público.Mimeo.Available Espaço em.

Ministério Público, Governo Federal, Estados, Município, Distrito Federal, empresas públicas, fundações e associações (por exemplo, ONGs).

Normalmente, a legitimidade para mover uma ação judicial está relacionada ao interesse da pessoa em ter um direito protegido. No caso de direitos coletivos, o legislador brasileiro estabeleceu que, apesar de os indivíduos serem pessoalmente interessados em ter um direito protegido, eles não são os melhores representantes para defender esses direitos. Os direitos coletivos só afetam indiretamente o direito individual de uma pessoa, e por este motivo o indivíduo não tem legitimidade para representar outros membros da sociedade. Esta abordagem jurídica é geralmente aplicada aos direitos sociais no Brasil. Por exemplo, um indivíduo tem direito a receber medicamentos do Governo como uma expressão do direito constitucional à saúde, e se o governo não lhes proporcionar, o indivíduo pode apresentar uma ação judicial individual solicitando o medicamento por meio do Sistema Judicial. Mas o indivíduo não tem legitimidade para entrar com uma ação coletiva pedindo ao governo para fornecer o remédio para todas as pessoas, incluindo ela. Além dos efeitos distributivos que a concessão individual de medicamentos poderia ter para o Sistema Único de Saúde brasileiro, o direito individual à saúde é reforçado através das ações individuais. Em outras palavras, a ausência de legitimidade individual para entrar com uma ação coletiva não impede o indivíduo de ter seu direito à saúde protegido.

No caso de um direito de imagem coletiva, a ilegitimidade do indivíduo para apresentar uma ação coletiva compromete a capacidade jurídica do indivíduo de ter seu direito de imagem protegido. A legitimidade individual é inerente à natureza do direito de imagem. A ofensa à imagem coletiva afeta a imagem individual, uma vez que interfere no processo de identificação pessoal. Ao mesmo tempo, o indivíduo não deve ser capaz de defender seu direito coletivo através de uma ação individual, uma vez que a decisão, se favorável, vai impactar diretamente os direitos de outras pessoas.

Um caso ocorrido no Rio de Janeiro ilustra a situação descrita acima.⁵⁸ No caso, um homem negro entrou com uma ação contra uma revista em quadrinhos, que mostrava um garoto negro como um macaco. O demandante afirmou que a caricatura causou dano a ele, uma vez que a representação de uma pessoa de sua raça como um macaco ofendia sua honra. A primeira instância arquivou o caso alegando que o demandante não era legítimo

⁵⁸ Ver a decisão TJ / RJ n. 1996.001.02462.

para apresentar o processo, decidindo que ele teve sua honra ofendida pela representação pejorativa de um membro de seu grupo, mesmo que ele não foi pessoalmente identificado na revista em quadrinhos.

O conflito entre os dois tribunais mostra que a natureza híbrida do direito de imagem impõe desafios processuais para a implementação deste direito. A maneira como a imagem coletiva afeta a imagem individual e da extensão dos efeitos de uma decisão judicial para outras pessoas indicarem a ação coletiva como o procedimento mais adequado para proteger esse direito.

3.1 - Legitimidade Individual na Ação Coletiva e a Questão de Auto-Nomeação

Embora a ação coletiva seja o melhor instrumento processual para forçar o direito coletivo à imagem, a auto-nomeação como critérios de elegibilidade para ser um representante da classe impõe um tipo diferente de desafio à legitimidade individual para propositura da ação coletiva. Mesmo que o fundamento da legitimidade do indivíduo para afirmar um molusco está diretamente relacionada ao seu interesse jurídico protegido, o fato de que em uma ação coletiva dos efeitos da decisão tem um impacto resultados coletivos em uma preocupação justa sobre a adequação da representação.

Minha sugestão para resolver este problema é a construção de uma representação conjunta, composta pelo indivíduo, o Ministério Público e as ONG. A fim de explicar como este novo mecanismo funciona vou descrever os três aspectos relevantes da legitimidade individual para apresentar uma ação coletiva em casos de violação de direitos de imagem coletivo, que são: a) fundamento da legitimidade individual para apresentar uma ação coletiva; b) a função social da legitimidade individual para declarar uma reivindicação coletiva; e c) a representação conjunta e a diferença entre a legitimidade individual e auto-nomeação.

O primeiro aspecto, ou seja, o fundamento da legitimidade, foi abordado na seção 3. A idéia básica é que o indivíduo deve ser capaz de defender seus interesses. Este é o fundamento legal da legitimidade da parte. Em casos de violação de imagem coletiva, o indivíduo pertencente não é só afetam indiretamente. Esta violação tem um impacto direto em seu direito de imagem individual. A forma social e psicológica em que essa violação ocorre não é semelhante a outras categorias de direitos híbridos (como o direito à saúde caso descrito anteriormente).

A função social da legitimidade individual tem três aspectos. Primeiro, os membros de minorias tem a capacidade natural para identificar atos de estigmatização grupal e, conseqüentemente, são mais capazes de propor uma ação para proteger o seu interesse do que o Ministério Público e as ONG. Uma vez que as minorias são representadas de maneira quase sempre a refletir os valores da maioria, o grau de discordância social sua representação é baixo. A percepção da maioria sobre esse tipo de representação é a mesma percepção que eles têm sobre os fatos. As categorias de julgamento são verdadeiras ou falsas. Diferentemente, a percepção da minoria sobre como eles são representados está relacionado à opinião, mais especificamente, a opinião da maioria que tem o poder de promover os seus valores e também transmiti-los. Como o direito de informação protege fatos, a maioria tende a justificar atos de estigmatização com base no direito à informação. A idéia de que este tipo de representação é informado por um componente ideológico é convenientemente recusado pela maioria.

Pode-se dizer que o Ministério Público e as ONGs não fazem parte da maioria e também são capazes de identificar os atos de estigmatização grupal. Não concordo com esta afirmação por dois motivos. Primeiro, o Ministério Público e também membros de ONG, pelo menos no Brasil, são quase sempre membros da maioria. Isto não implica que eles não são capazes de atuar em favor de minorias, mas os seus valores irão influenciar a identificação da estigmatização grupal de uma maneira diferente. A auto-consciência necessária para identificar esses atos é desagradável o suficiente para ser evitada. Segundo, o Ministério Público e as ONG têm de trabalhar em todos os tipos de casos. O volume de trabalho e também a preferência dada a processos criminais pode limitar sua atuação. No caso específico das ONGs, há também restrições impostas pelo apoio financeiro. Como quase todas as ONGs recebem apoio financeiro de fundações internacionais, eles não são independentes.⁵⁹ Por exemplo, quase todos os casos que envolvem direitos humanos na

⁵⁹ Para uma discussão sobre litígio estratégico na América Latina, ver SANTOS, Marcio André de Oliveira dos. *Persistência Política dos Movimentos Negros Brasileiros: Processo de Mobilização à 3a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, setembro de 2005, ver também GONZÁLEZ, Felipe (Org.). (2002) *Litigio y Políticas Públicas en Derechos Humanos*. Santiago: Facultad de Derecho de la Universidad Portales Dego. Frühling, Hugo. (2000) "da ditadura para a democracia: Direito e Mudança Social na Região Andina e do Cone Sul da América do Sul", In McClymont, Golub (Eds). *Muitas estradas à justiça: a lei relacionada com o trabalho de bolsiros da Fundação Ford ao redor do mundo*. Fundação Ford, pp 55-88. HERSHKOFF, Helen; Hollander, David. (2000) "Direitos em ação: o litígio de interesse público nos Estados Unidos", In McClymont, Golub (Eds). *Muitas estradas à justiça: a lei relacionada com o trabalho de bolsiros da Fundação Ford ao redor do mundo*. Fundação Ford, pp 89-125. Meili, Stephen. "A América Latina Causa advocacia-redes" Em Sarat; SCHEINGOLD et al. (2001). *Porque advocacia e do estado em uma era global*. Oxford, New York: Oxford University Press. Open Society Justice Initiative Advocacia (2004) e estratégias

América Latina foram apoiadas pela Fundação Ford, e implementados por meio de litígio estratégico.

Finalmente, a legitimidade da representação individual difere do modo como a representação individual será implementada. O problema causado por um mecanismo de seleção injusta de representação não serve como base legal para negar a legitimidade individual em ações coletivas. Nos EUA, o representante de classe é selecionado através de auto-nomeação, e recebe a validação judicial. No Brasil, o indivíduo não é capaz de ser um representante. Portanto, o procedimento da ação coletiva no Brasil é mais complexo do que uma ação individual, envolvendo fases que necessariamente exigem a atuação do Ministério Público, por exemplo, inquérito civil. Embora, hoje em dia não só o Ministério Público tenha legitimidade para propor uma ação coletiva, ela foi criada especialmente para a atuação do Ministério Público. Como consequência, o Ministério Público propõe quase todas as ações coletivas no Brasil. A fim de harmonizar o quadro legal existente da ação coletiva e da legitimidade individual para ajuizar ação coletiva, proponho o mecanismo de representação conjunta.

Depois do indivíduo propor a ação coletiva, o Ministério Público deve receber um aviso para participar do processo como parte. O Ministério Público, neste caso, agiria não apenas como parte, mas também como custódio legis. A denúncia poderia ser modificada antes de o réu ter sido citado. ONGs também podem receber uma notificação a fim de participar do processo, mas elas devem ser registradas em um banco de dados Federal, em uma área específica de atuação (por exemplo, os direitos das mulheres). De qualquer forma, a parte principal deve ser o Ministério Público, e caso ele não concorde com a continuidade do processo, o indivíduo deve ser nomeado como o representante. Neste último caso, o Ministério Público deve agir como *custus legis*.

A principal preocupação acerca desta solução é que ela pode retardar o andamento da ação coletiva. A duração do procedimento é extremamente relevante, pois em um caso de direitos de imagem coletivos um dos remédios seria o direito de resposta, que precisa ser implementado rapidamente, a fim de ser eficaz. Eu acredito que a digitalização do

de litígio para a América Latina. Relatório de uma Reunião em Buenos Aires, Argentina, 18-19 março de 2004. EPP, Charles R. (1998) A revolução dos direitos: Advogados, ativistas e Cortes Supremas em Perspectiva Comparada. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.

judiciário brasileiro, já em curso, e também a criação do Banco de Dados Federal de ONGs⁶⁰ poderia ajudar a reduzir o tempo da ação coletiva.

4. Conclusões Parciais

A dimensão coletiva do direito de imagem deve ser reconhecida pelo ordenamento jurídico brasileiro, a fim de proteger os membros de minorias contra a estigmatização grupal promovida pelos meios de comunicação de massa. O tratamento juridical do direito à imagem não reflete adequadamente a forma como imagens de membros de minorias são interpretadas pela sociedade. O processo de identificação coletiva e do fenômeno da estigmatização grupal são os conceitos mais relevantes para a reinterpretação da natureza o direito de imagem.

A coletivização dos direitos de imagem apresenta alguns desafios. A natureza híbrida do direito exigirá modificações legais não só em sua disciplina jurídico, mas também na estrutura legal de outro direito, como o direito de resposta. O processo de implementação do direito coletivo à imagem também irá desafiar a estrutura do Sistema de Processo Civil brasileiro. A mudança mais estrutural necessária para assegurar a equidade e eficiência do processo de implementação é o reconhecimento da legitimidade individual para ajuizar ações coletivas.

Mecanismos alternativos de seleção de representantes de classe devem ser projetados para evitar os problemas de auto-nomeação. A representação conjunta, incluindo o indivíduo, o Ministério Público e ONGs, pode ser um mecanismo adequado de representação. Outras ferramentas processuais que devem ser criadas para assegurar que a duração da ação coletiva não irá afetar desproporcionalmente a implementação dos remédios concedidos , como direito de resposta.

⁶⁰ Esta base de dados Federal não existe e deve ser criado. Ele será útil não só para a implementação deste procedimento, mas também para melhorar a comunicação entre os atores da sociedade civil.

"We have nothing to fear from the demoralizing reasonings of some, if others are left free to demonstrate their errors.". Thomas Jefferson, 1801.⁶¹

"The state is not trying to arbitrate between the self-expressive interests of various groups but rather trying to establish essential preconditions for collective self governance by making certain that all sides are presented to the public. If this could be accomplished by simply empowering the disadvantaged groups, the state's aim would be achieved. But our experience with affirmative action programs and the like that taught us that the matter is not so simple. Sometimes we must lower the voices of some in order to hear the voices of others". Owen Fiss, 1996.⁶²

⁶¹ DERSHOWITZ, Alan. Finding Jefferson: a lost letter, a remarkable discovery, and the first amendment in an age of terrorism. New Jersey: John Wiley Sons. 2007. p. 133.

⁶² FISS, Owen. The irony of free speech. Cambridge: Harvard University Press. 1996.p.18.

O DIREITO COLETIVO DE RESPOSTA NO BRASIL

Este capítulo visa demonstrar a legalidade da aplicabilidade do direito coletivo de resposta aos casos de violação do direito coletivo à imagem. Primeiramente explico o arcabouço jurídico do direito de resposta no Brasil, com enfoque na interpretação de sua natureza criminal. Em segundo lugar, apresentado o leading case que reconheceu a dimensão coletiva do direito de resposta. Os juízes, aqui, fizeram uma analogia com o direito de contra-propaganda para conceder o direito de resposta. Terceiro, eu mostro a compatibilidade entre direito coletivo de resposta e direitos de imagem coletiva, como o fundamento jurídico de sua aplicabilidade simultânea.

A Lei de Imprensa brasileira foi criada em 1967⁶³, durante o governo militar. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ainda era interpretada como válida no Brasil, e permaneceu como tal até 2008. Embora os tribunais de segunda instância tenham decidido anteriormente que grande parte da Lei de Imprensa era inconstitucional, o Supremo Tribunal Federal (STF) apenas declarou sua inconstitucional integral em 2008.⁶⁴

Além do efeito simbólico dessa decisão para toda a sociedade, a decisão também teve um impacto especial sobre o direito de resposta. Na verdade, a Lei de Imprensa foi a única norma infraconstitucional que regulamentou o direito de resposta.⁶⁵ Todas os dispositivos substantivos e processuais necessários para implementar o direito foram estabelecidos nela, e as interpretações jurídicas existentes foram também baseadas na lei de 1967. O Supremo Tribunal Federal reafirmou o status constitucional do direito de resposta e reconheceu a norma como plenamente eficaz⁶⁶ - ou seja, todos os efeitos jurídicos da

⁶³ Ver Lei n. 5.250/67, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L5250.htm>.

⁶⁴ Ver ADPF 130-7, disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>.

⁶⁵ Ver Lei n. 5.250/67, art. 26-39. Há também uma regulamentação específica do direito de resposta para casos eleitorais. Ver Lei n. 4.737/65, art. 243 (3o), disponível em: http://www.tse.gov.br/servicos_online/catalogo_publicacoes/pdf/codigo_eleitoral/codigo_eleitoral2006_voll.pdf

⁶⁶ As normas de eficácia total são definidas como "aquelas que, desde a Constituição tornam-se eficazes, produzem, ou têm a possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos e situações que o legislador constituinte, direta e por meio de normas, visa regulamentar".

norma são produzidos somente com base na disposição constitucional e o direito não pode ser limitado por normas infraconstitucionais. Mas a exclusão de Lei de Imprensa do sistema jurídico brasileiro criou uma lacuna na regulação, que poderia minar a aplicação do direito de resposta ou poderia até mesmo subverter a sua aplicabilidade.

A interpretação judicial do direito de resposta, durante a vigência da Lei de Imprensa, teve duas importantes consequências. Primeiro, a natureza jurídica do direito costumava ser definida como um remédio penal. Segundo, era considerada como relativa apenas aos direitos individuais. Estas duas características impediram o reconhecimento judicial do direito de resposta em casos de direitos de natureza civil, por exemplo, direitos de imagem e, em casos envolvendo direitos coletivos.

Um tribunal brasileiro concedeu o direito de resposta em um caso de direitos coletivos, pela primeira vez em 2006, reconhecendo a sua dimensão coletiva, no leading case MPF vs. Rede TV!. Além da inovação, duas outras razões tornam este caso importante. Primeiro, o Ministério Público Federal e um grupo de ONGs levou o caso como uma ação coletiva. Em segundo lugar, a implementação do direito coletivo de resposta teve a participação da sociedade civil.

Minha análise mostra que o reconhecimento da dimensão coletiva dos direitos de imagem de minorias é juridicamente coerente com a aplicação do direito de resposta. Eu defendo que não há nada que impeça o Judiciário a conceder o direito de resposta quando a imagem de minorias é prejudicada pela mídia de massa. Proponho que um direito coletivo à resposta é o melhor remédio jurídico nos casos em que a mídia de massa promove a estigmatização de minorias em grupo, não só porque permite às minorias introduzir novos conteúdos nestes veículos, mas também porque evita a censura por meio do controle do conteúdo discriminatório, apenas depois de ser divulgado, ou seja, *ex post*. Estas duas características são essenciais para garantir a proteção da liberdade de expressão.

Este capítulo está dividido em quatro partes. A parte primeira parte analisa as implicações para a definição legal do direito de resposta como um remédio penal individual, resultante das disposições da Lei de Imprensa. A segunda centra-se em no caso MPF vs. RedeTV! e as suas consequências processuais para a implementação do direito de

resposta coletivo. A terceira parte explica a base legal para implementar o direito de resposta em casos que envolvam violação do direito coletivo à imagem. O quarto conclui.

1. A natureza jurídica do direito de resposta

A Lei de Imprensa brasileira impôs uma limitação inconstitucional à implementação do direito de resposta, reduzindo a sua aplicabilidade aos casos penais envolvendo calúnia, difamação e crimes semelhantes. A classificação do direito de resposta como um remédio penal foi a maneira usada pelos juízes para determinar sua natureza jurídica. Embora os juízes não tenham literalmente decidido pela sua não aplicabilidade em casos de matéria civil, todas as ações cíveis que a solicitem, foram recusadas com base na falta de jurisdição sobre a matéria, resultando, por isso, na prática, em sua negação para os casos de direito civil. Para desenvolver esta análise, vou descrever brevemente as disposições legais do direito de resposta e também a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).⁶⁷

A Constituição brasileira de 1988 estabelece o direito de resposta em seu título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5º, inc. V Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

De acordo com o artigo 5º, o direito tem status constitucional, é definido como um direito fundamental, tem autonomia em relação aos outros remédios, como por exemplo danos;⁶⁸ e é aplicado proporcionalmente à ofensa. Conforme podemos ver, o artigo 5º não

⁶⁷ Embora o sistema judiciário brasileiro não se baseie em precedentes, ou seja, decisões de cortes superiores não têm efeito direto sobre as cortes inferiores; os tribunais e as cortes superiores têm autonomia para decretar entendimentos uniformes sobre casos idênticos. Esta compreensão uniforme é conhecida como súmula. Cortes inferiores não estão vinculados às súmulas das cortes superiores, mas eles normalmente aplicam estes entendimentos, para evitar a revisão das suas decisões. O Supremo Tribunal Federal é o único tribunal capaz de promulgar súmulas vinculantes. A súmula vinculante foi incorporada no sistema jurídico brasileiro apenas em 2004, pela Emenda Constitucional 45. Ver Emenda Constitucional 45, art. 103-A. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm.

⁶⁸ Uma vez que o direito de imagem e o direito de resposta tem classificações normativas semelhantes, a análise dogmática sobre o direito de imagem pode ser aplicada ao direito de resposta.

limita a aplicação do direito de resposta aos casos criminais. Além deste dispositivo constitucional, o direito de resposta foi regulamentado apenas pela Lei de Imprensa.

Mesmo sendo uma norma de eficácia plena, e um direito fundamental que não poderia ser limitado ou abolido por qualquer instrumento legal,⁶⁹ a regulação da Lei de Imprensa de fato limitou sua aplicação. O assunto é regulamentado do artigo 29 ao 36 da lei. O artigo 32, par. 1º, estabelece a competência criminal para entrar com uma ação solicitando o direito:

Art . 32. Se o pedido de resposta ou retificação não fôr atendido nos prazos referidos no art. 31, o ofendido poderá reclamar judicialmente a sua publicação ou transmissão.

§ 1º Para êsse fim, apresentará um exemplar do escrito incriminado, se fôr o caso, ou descreverá a transmissão incriminada, bem como o texto da resposta ou retificação, em duas vias dactilografadas, requerendo ao Juiz criminal que ordene ao responsável pelo meio de informação e divulgação a publicação ou transmissão, nos prazos do art. 31. (grifo nosso)

A definição independente da jurisdição material-substantiva para solicitar o direito de resposta não apenas limitou a sua aplicação, mas também está em contradição com as regras gerais que regem a interpretação sistemática do sistema legal brasileiro.

De fato, no sistema legal brasileiro a natureza da ofensa determina a natureza do remédio. Se houver uma correspondência entre as suas naturezas, a competência material para propor a ação é a mesma. Em outras palavras, demanda-se tanto o reconhecimento da ofensa, quanto o seu remédio para o mesmo juiz. Embora esta seja a forma usual de levar um processo e identificar a competência material, o direito de resposta segue uma lógica diferente, de acordo com a Lei de Imprensa. Quando a Lei de Imprensa determina a competência criminal como apropriada para entrar com uma ação solicitando o direito de resposta, uma ofensa de natureza civil não poderia ser julgada na mesma jurisdição. A definição independente da competência material do direito de resposta conduziu equivocadamente a interpretação de sua natureza pelos tribunais brasileiros. Juízes inverteu

⁶⁹ De acordo com a Constituição Federal, art. 60, par. 4º, “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: (IV) - os direitos e garantias individuais.”

a regra utilizada para determinar a competência material, isto é, a competência material foi utilizado para determinar a natureza do direito.⁷⁰

Essa inversão afetou o processo de implementação do direito de resposta de diferentes maneiras. Primeiro, os tribunais decidiram que era um remédio penal. Esta determinação trouxe uma limitação prática para o direito. Na verdade, o direito de resposta dá a alguém a oportunidade de responder a uma ofensa, uma acusação, e fatos inverídicos, ou para corrigir informações enganosas, assim, a pessoa tem direito a ele apenas depois de provar que uma dessas situações ocorreu. A causa da ação que permite que o indivíduo solicite o direito de resposta tem de ser decidida, em primeiro lugar, em um tribunal civil. O papel do tribunal penal neste caso, não é claro, pois não há crime a ser julgado, a fim de conceder o direito.

Em segundo lugar, o tempo gasto neste processo tem impacto sobre a eficácia da resposta. Em um caso em que o indivíduo tenha sua imagem prejudicada por meios de comunicação em massa, a resposta tem de ser rápida a fim de alcançar o mesmo público, de outro modo ela perde seu objetivo jurídico.

Em terceiro lugar, quando o indivíduo abre um processo civil, ele é incapaz de pedir o direito de resposta na mesma queixa, caso contrário, isso seria negado com base na falta de competência material. Diferentemente, se o indivíduo abre uma ação penal, em um caso de difamação, por exemplo, o seu direito de resposta está protegido. O fardo de trazer abrir duas ações para ter o direito protegido, nos casos que envolvem ofensas civis, torna-o impraticável. Como resultado, o direito de resposta só foi concedido, no Brasil, em casos que envolvam ofensas penais.⁷¹

Em quarto e último lugar, como quase todos os crimes cometidos pelos meios de comunicação em massa violam direitos individuais (crimes contra honra, como calúnia e difamação, que só podem ser cometidos contra o indivíduo), a dimensão coletiva do direito

⁷⁰ O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a natureza do direito de resposta como um remédio penal, nas seguintes decisões: STJ, EDcl no REsp n ° 905.475 / RJ, STJ, AgRg no REsp n ° 658337 / RJ, STJ, REsp 285.964/RJ, STJ, REsp 654.719/SP, STJ, EDcl no REsp 329898 / RJ, STJ, REsp 439.613/RJ, STJ, REsp 829.366/RS, STJ, REsp 604.110/RJ, STJ, REsp 223.165/SP. As decisões estão disponíveis em: http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp.

⁷¹ Essa conclusão é baseada na análise de todos os casos julgados no Brasil envolvendo o direito de resposta até 2009.

de resposta não foi reconhecida até 2006⁷². Embora esse reconhecimento seja importante para ampliar a proteção que ele oferece, há desafios processuais relativos a regras específicas que regem a ação coletiva. A próxima parte irá explorar esses desafios, analisando o caso MPF vs. Rede TV!, com enfoque nos fundamentos legais utilizados pelo tribunal para conceder o direito coletivo e no processo de implementação da decisão.

2. O direito coletivo de resposta: caso MPF vs. Rede TV!

A análise do caso MPF vs. Rede TV! é apresentada em três partes. A primeira traz a descrição dos fatos do caso. A segunda apresenta o seu arcabouço legal. A terceira mostra as suas implicações jurídicas para o reconhecimento da dimensão coletiva do direito de resposta no Brasil.

2.1 Os fatos

"O programa a seguir é uma produção independente exibida de acordo com as disposições estabelecidas no acordo entre esta emissora de TV, o Ministério Público e seis ONG's⁷³, que apresentaram uma ação judicial por violações de direitos humanos durante o programa de TV "Tarde Quente". Até 20 de janeiro de 2006, estaremos neste espaço para falar sobre comunicação, democracia, igualdade e outros assuntos que nem sempre aparecem na televisão brasileira."⁷⁴

⁷² Como coordenadora do Laboratório de Estudos Legislativos (LEL), apresentei uma proposta para a regulamentação do direito coletivo de resposta na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, em 2009. A proposta foi aprovada e irá o Programa Nacional Brasileiro de Comunicação, sob o número de PL 457. Veja a proposta completa em http://www.confecom.gov.br/propostas_aprovadas.

⁷³ Os seis ONG eram 1) Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação, 2) Centro de Direitos Humanos, 3) Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 4) Associação de Incentivo Educação Saúde - AIESSP, 5) Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual – ABCD's, e 6) Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual.

⁷⁴ O vídeo institucional do programa de TV "Direito de resposta" está disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=K6h32SmG0y4>.

Estas foram as palavras de abertura do programa "Direito de resposta" exibido a partir de 12 de dezembro de 2005 até 20 de janeiro de 2006 pela Rede TV!. Eles refletem a preocupação central dos produtores, quais sejam, explorar temas importantes para as pessoas (comunicação, democracia, igualdade), mas que, no entanto, são ignorados pelas redes de TV brasileiras, sem mencionar ocasiões em que estes temas referem-se a direitos que são violados por estas mesmas emissoras.

O programa foi produzido pelas mencionadas seis ONGs e pelo Ministério Público Federal, como forma de melhorar e dar uma resposta didática às violações de direitos fundamentais, dos princípios de não discriminação e da dignidade humana, ocorridos no programa "Tarde Quente". Este programa teve a apresentação regular de um quadro denominado "Pegadinhas" onde pedestres, geralmente de grupos minoritários (como pessoas pobres, idosos, mulheres, negros), eram xingados, tinham sua honra ofendida ou eram fisicamente ameaçados, supostamente para divertir a audiência com as suas reações. Os xingamentos e o ataque à dignidade destas pessoas geralmente empregava estereótipos discriminatórios de homossexuais, pessoas com deficiência, mulheres e negros.

Em face da flagrante violação dos direitos básicos, e após várias tentativas de alcançar uma solução não-judicial, incluindo notificações formais e uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)⁷⁵, o Ministério Público e ONGs apresentaram uma ação judicial coletiva contra a rede de TV, o apresentador do programa, João Kleber, e do governo federal, este último porque decide sobre as concessões públicas de redes de TV. Em 4 de novembro de 2005, a juíza federal Rosana Ferri Vidor emitiu uma liminar suspendendo o programa de TV⁷⁶ e concedendo o direito de resposta aos autores, que deveriam representar a sociedade civil. Apesar dessa decisão liminar favorável aos demandantes, a rede de TV não cumpriu o disposto na liminar concedida, e insistiu em transmitir o programa. Como consequência, teve o sinal de transmissão suspenso por 25 horas. Eles, então, concordaram com os termos de um acordo judicial, estabelecendo que eles não exibiriam o programa de TV, pagariam 200 mil reais para produzir 30 episódios do programa "Direito de resposta", que seriam exibidos no mesmo período do programa anterior, e pagariam danos coletivos no total de 400 mil reais para o Fundo de Defesa de

⁷⁵ O Ministério Público pode propor Termo de Ajustamento de Conduta, a fim de impedir a continuidade de uma ação ilegal, evitando mover uma ação judicial para resolver o caso. Ver a Lei n. 8.069/90, art. 211; Lei n. 8.078/90, art. 113, e Lei n. 7.347/85; art. 5º, § 6º. disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm, <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7347orig.htm>.

⁷⁶ O programa de TV "Tarde Quente" foi transmitido de 2000 a 2005.

Direitos Coletivos. Por fim, o canal de TV não seria autorizado a apresentar propagandas publicitárias durante a transmissão do programa "Direitos de resposta".

Após a assinatura do acordo judicial no dia 15 de novembro de 2005, os demandantes tinham apenas vinte dias para produzir os episódios que seriam exibidos.⁷⁷ Neste curto período de tempo foi feita uma chamada para trabalhos de organizações educativas e comunitárias e da sociedade civil em geral, com o objetivo de ter essas produções incluídas nos episódios a serem produzidos. Esta chamada para trabalhos durou sete dias e nesse tempo escasso foram recebidos cerca de 400 trabalhos. A audiência neste primeiro dia de exibição do programa atingiu 1,2 pontos, de acordo com a avaliação Ibope. Embora não seja um índice de audiência elevado, é significativo para o horário de transmissão (das 17h às 18h) em um dia da semana⁷⁸, mostrando que há demanda para produções de TV com qualidade de conteúdo. Como referido na informação fornecida pelo canal de TV, a audiência do programa "Tarde Quente", era de 131.874.053 pessoas, sendo 63% da classe C, D e E. Além disso, 20% do público era composto por adolescentes e crianças, pessoas que ainda estão em uma fase de formação intelectual.⁷⁹

Os critérios para a seleção dos vídeos enviados incluía a cessão gratuita dos direitos de propriedade intelectual sobre os vídeos e o tema, que deveria estar relacionado a direitos humanos e a violações observadas no programa de TV suspenso. Embora no início era recomendado um formato específico para o suporte de mídia (DVcam ou MiniDV), este critério foi flexibilizado depois, o que provavelmente aumentou o número de contribuições. Duas razões estão por trás do uso desses vídeos, o primeiro, para garantir a pluralidade de pontos de vista no programa, permitindo à sociedade civil participar com a sua própria voz, e segundo, ajudar com as restrições de tempo impostas pela decisão judicial, que também pediu formalmente o uso de produções já disponíveis.

De fato, a juíza do caso escreveu em sua decisão que "(...) devem ser usados programas já existentes e produzidos, com fins educacionais, como uma forma de

⁷⁷ Em uma entrevista no dia 8 de janeiro de 2007 Giovanna Modé, editora e jornalista responsável pelos episódios, mencionou que este curto período de tempo para produzir os primeiros episódios fez com que o formato do programa fosse um processo contínuo. Isso explica a gritante diferença entre os episódios no início da série e aqueles próximos do final, especialmente em relação à forma como os vídeos curtos, enviados pela sociedade civil, foram incluídos.

⁷⁸ Neste sentido, ver Cristina Charão, "'Direito de Resposta' responde à altura dilema da 'produção alternativa'," disponível em: <http://www.reportersocial.com.br/noticias.asp?id=1072>.

⁷⁹ Esta informação está na denúncia da ação coletiva, disponível em: <http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-deatuacao/dsexuaisreprod/Acao%20Civil%20Publica%20-%20Rede%20TV%20e%20Joao%20Kleber.pdf/view>.

esclarecer a população que costumava assistir ao programa de TV." Embora não formalmente indicado na decisão, alguém poderia dizer que a exigência era destinada a contornar os problemas levantados, tanto pelo pequeno orçamento, quanto pelo curto espaço de tempo que a juíza concedeu aos demandantes.⁸⁰

Os episódios foram transmitidos no período especificado e a rede de TV cumpriu com o estabelecido no acordo. Após a exibição, as ONGs pediram à Secretaria Especial de Direitos Humanos fundos para converter os episódios do programa ao formato de DVD, como uma forma de torná-los disponíveis para a sociedade civil. Isso poderia ajudar a fomentar o debate e a elevar o nível geral de informação sobre direitos humanos. O financiamento foi aprovado em outubro de 2006 e o DVD tornou-se disponível para o público em janeiro de 2007.

2.2 O arcabouço jurídico

O caso MPF vs. Rede TV! foi levado à Justiça Federal de São Paulo como uma ação civil pública pelo procurador do Ministério Público Federal, Sérgio Suiama, e seis ONGs. A ação foi baseada na violação de direitos humanos fundamentais, especificamente o direito a não discriminação (ou princípio da isonomia), o direito à dignidade da pessoa humana e da violação de normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam o serviço público de comunicação.⁸¹ Os réus eram a TV Rede!, João Kleber (apresentador do programa “Tarde Quente”), e o governo federal, responsável pela emissão da concessão de transmissão à Rede TV!. A violação desses direitos foi cometida contra um grupo indeterminado de indivíduos, sendo classificada como uma violação de direitos difusos.⁸²

A violação do direito de não discriminação contra (ou direito a direitos iguais) foi baseada na Constituição Federal, artigo 3º, inc. IV e 5º, incs. I, X:

⁸⁰ Ver liminar concedida na ação civil pública 2005.61.00.24137-3, disponível em: http://www.cdh.org.br/liminar_ACP_RedeTV.pdf.

⁸¹ Ver denúncia de ação civil pública, pp. 19-23, disponível em: <http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-deAtuacao/dsexuaisreprod/Acao%20Civil%20Publica%20-%20Rede%20TV%20Joao%20Kleber.pdf/view>.

⁸² Sobre a classificação dos direitos coletivos no sistema jurídico brasileiro, ver Moreira, José Carlos Barbosa. Tutela jurisdicional dos Interesses Coletivos difusos ou. Temas de Direito Processual, 3ª série. Saraiva, 1984, pp. 193-220.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Foi também baseada na Convenção Americana de Direitos Humanos, art. 11 (I), (II) e (III):

Artigo 11 - Proteção da honra e da dignidade

1. Toda pessoa tem direito ao respeito da sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.
2. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.
3. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas.

A violação ao direito à dignidade da pessoa humana foi baseada na Constituição Federal Brasileira, art. 1º, inc. III.⁸³

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana

A violação das normas constitucionais e infraconstitucionais que regulam o serviço público de comunicação baseou-se na Constituição Federal, artigo 221, inc. IV, e artigo 223, par. 4º:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

(...)

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(...)

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Foi também com base no Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62)⁸⁴, artigo 53, alíneas (a), (h), (j):

⁸³ Os demandantes apresentaram vários pareceres jurídicos que apoiam o direito à dignidade do ser pessoa humana. Estes pareceres jurídicos foram emitidos por famosos juristas brasileiros e professores. Vou apresentar alguns comentários sobre o papel destas opiniões sobre a decisão na próxima seção.

⁸⁴ Ver Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.117/62), disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4117.htm

Art. 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprêgo dêsse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive:

a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciárias;

(...)

h) ofender a moral familiar, pública, ou os bons costumes;

(...)

j) veicular notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social;

Art. 64. A pena de cassação poderá ser imposta nos seguintes casos:

a) infringência do artigo 53

Por fim, fundamentou-se também no Decreto n. 52.295/63⁸⁵, artigo 28, incs. 11 e 12, alíneas (a) e (b):

Art. 28 - As concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão, além de outros que o Governo julgue convenientes aos interesses nacionais, estão sujeitas aos seguintes preceitos e obrigações:

(...)

11- subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão;

12 - na organização da programação:

a) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros,

⁸⁵ Ver Decreto n. 52.295/63, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/Antigos/D52795.htm.

anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

b) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

Os autores pediram ao Tribunal Federal impor sanções civis e administrativas aos réus. As sanções solicitadas foram a suspensão imediata do programa "Tarde Quente", a concessão de danos morais coletivos⁸⁶, o cancelamento da concessão de TV, a transmissão e o pagamento de contrapropaganda (interpretada como direito de resposta) e a supervisão federal de todos os programas da Rede TV!. O acordo final incluiu todas as sanções, menos o cancelamento da concessão e supervisão de outros programas, e o montante dos danos apenas foi reduzido. Apesar de todas estas acusações poderem impactar negativamente na cláusula de liberdade de expressão, e merecerem ser analisadas com cautela, este trabalho concentra-se apenas sobre a pena de contrapropaganda, uma vez que é o remédio que corresponde ao direito de resposta.

A pena de contrapropaganda foi solicitada com base no Código do Consumidor (Lei 8.078/90), art. 60, par. 1º. Os autores afirmaram que as violações promovidas pelos réus eram análogas às infrações estabelecidas no Código de Proteção do Consumidor, artigo 37, parágrafos 1º e 2º.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a

⁸⁶ Os danos morais coletivos são estabelecidos no art. 1º, Lei da Ação Civil Pública n. 7.347/85, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7347orig.htm>.

superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

Art. 60. A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do art. 36 e seus parágrafos, sempre às expensas do infrator. (grifo nosso)

§ 1º A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva. (grifo do nosso)

A justiça federal concedeu uma liminar reconhecendo a violação de direitos estipulada pelos demandantes, e ordenou a suspensão do programa "Tarde Quente" durante 60 dias, e a produção e difusão da contrapropaganda em 10 episódios. No final, o acordo judicial foi baseado nas disposições da liminar sobre as infrações, de modo que o número de episódios produzidos foi elevado para 30 e o programa "Tarde Quente" foi definitivamente abolido a partir da televisão.⁸⁷ O tribunal reconheceu as violações nos seguintes termos:

"A evidência incontestável das alegações feitas na ação judicial, alegando que houve discriminação da identidade sexual e ofensa à dignidade humana e violação das normas que regulam o serviço público de radiodifusão, foi apensada ao processo, por meio da descrição dos programas e fitas VHS, e por anexar CD-ROM com a cópia integral dos referidos quadros. Ao assisti-los pode-se verificar o uso sistemático de personagens estereotipados, comentários vulgares, linguagem obscena, violência e humilhações aos

⁸⁷ O processo tem quatro documentos relevantes: a reclamação, a liminar, a segunda liminar e o acordo. Estes documentos estão disponíveis em: <http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-deatuacao/dsexuaisreprod/Acao%20Civil%20Publica%20-%20Rede%20TV%20e%20Joao%20Kleber.pdf/view>, http://www.cdh.org.br/liminar_ACP_RedeTV.pdf, <http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/areadeatuacao/dcomuntv/Acordo%20Judicial%20Rede%20TV%20-%20Joao%20kleber.pdf>.

participantes que imutavelmente interagem com personagens que representam, levando ao escárnio minorias sociais. "88

A implementação da contrapropaganda também seguiu os termos da liminar. Além de ter aplicado as disposições legais estabelecidas no artigo 60, par. 1º do Código de Defesa do Consumidor, em relação à implementação de critérios de contrapropaganda, o juiz também determinou que os episódios de contrapropaganda deveriam incluir vídeos educativos sobre direitos humanos produzidos pela sociedade civil. A participação direta da sociedade civil na produção do programa foi uma determinação legal inovadora do Tribunal.

2.3 As implicações jurídicas⁸⁹

A causa de agir dessa ação coletiva civil, nos leva a desenvolver algumas considerações sobre como os casos envolvendo violações de direitos fundamentais por meios de comunicação em massa são instauradas em tribunais brasileiros. Embora os direitos fundamentais são os direitos mais importantes de acordo com a Constituição Federal brasileira, sua definição constitucional genérica torna difícil usá-los como a principal causa de ação em casos concretos. A ponderação entre direitos fundamentais, que é normalmente usado como uma das principais causas de ação em processos judiciais, é quase sempre previamente determinada na legislação infraconstitucional. Quando um caso envolve um conflito entre direitos fundamentais não resolvidos anteriormente pelo legislador, ou resolvido de uma maneira questionável, o Supremo Tribunal Federal tem o dever de regulamentar a questão.

Neste caso, as duas principais bases legais foram a violação do direito de não discriminação e a ofensa ao direito à dignidade da pessoa humana. A linguagem usada para caracterizar estas violações é tão abstrata que poderia ser preenchida por qualquer conduta, levando os tribunais a legislar. Essa é a principal razão pela qual estes direitos não são aplicados de forma abstrata, como princípios genéricos. Então, a pergunta a ser levantada é por que neste caso particular esses direitos foram aplicados de forma abstrata.

⁸⁸ Veja a liminar concedida na ação 2005.61.00.24137-3, p.4, disponível em: http://www.cdh.org.br/liminar_ACP_RedeTV.pdf.

⁸⁹

A explicação é mais política do que jurídica. Na minha opinião, os principais fatores que determinaram o sucesso deste caso foram a localização da Justiça Federal, o apoio dado pelos pareceres jurídicos de notáveis juristas brasileiros e professores, o reconhecimento do procurador como um ativista importante em casos que envolvam meios de comunicação em massa, a qualidade explicitamente baixa do programa de TV e o baixo poder de Rede TV!.

Primeiro, é mais fácil trazer um caso como este em uma cidade grande como São Paulo. Ao contrário de alguns lugares na norte ou nordeste do país, as redes de TV e emissoras afiliadas são de propriedade de elites políticas e econômicas menos concentradas. Em segundo lugar, a influência de famosos juristas brasileiros e professores sobre a opinião dos juízes é notória. A maioria deles em São Paulo foram alunos destes professores. O traço reverencial do ensino jurídico no Brasil também reforça a autoridade desses estudiosos, mesmo quando a qualidade dos argumentos não é a melhor. Terceiro, o procurador Sérgio Suiama⁹⁰ tem um especial interesse nos casos que envolvem meios de comunicação em massa, e a organização especializada do Ministério Público Federal em São Paulo, subdividida por áreas jurídicas, permitiu que ele se dedicasse em tempo integral a casos relacionados com mídia. Quarto, a qualidade dos programas sob julgamento é indiscutivelmente baixa. O uso frequente de linguagem obscena nos programas e os atos de violência são os elementos mais objetivos que demonstram isso. Por último, a Rede TV! não é uma rede de TV influente no país. Suas taxas de audiência não são comparáveis às da Rede Globo, STB ou rede Record, as mais importantes do Brasil.

Ao enumerar estas explicações políticas, não quero dizer que não havia base legal para apresentar o caso. Na verdade, eles teriam uma fundamentação jurídica mais forte se tivessem recorrido às leis especiais antidiscriminatórias. Mas elas não foram mencionadas nem na denúncia, nem na liminar, a juíza ateve-se aos argumentos legais apresentados na denúncia. Em entrevista⁹¹, Sérgio Suiama declarou que ele decidiu não usar a legislação de discriminação como a primeira causa de ação neste processo, porque ele tinha medo de que o juiz pudesse declinar a competência a um tribunal criminal. Embora sua preocupação seja compreensível, não tem base legal, uma vez que infrações penais também podem

⁹⁰ Ver outras ações civis públicas promovidas por Suiama em: <http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/direito-a-comunicacao-e-tv>

⁹¹ Entrevista com o procurador Sérgio Suiama, no dia 30 de abril de 2010, na cidade de Nova Iorque (duração 2h30).

causar impacto na dimensão civil do interesse protegido prejudicado, e pode ser julgado como um processo civil.

Recentemente, no estado do Maranhão, o uso de disposições abstratas de direitos humanos por parte dos tribunais foi revisado e resultou na suspensão de um juiz de primeiro grau. O juiz criminal decidiu que as condições das prisões violavam direitos humanos dos prisioneiros e ordenou a sua soltura.⁹² O tribunal não aceitou este fundamento legal e ordenou que os prisioneiros voltassem para a cadeia. O caso no Maranhão ilustra a importância de construir um enquadramento jurídico mais forte para trazer casos que envolvam violações dos direitos humanos. Disposições legais abstratas não limitam a discricionariedade do poder dos juízes, ao contrário de disposições concretas. Nesse sentido, decisões justas fundamentadas sobre uma base jurídica fraca e influência política forte não contribuem para a melhoria do sistema jurídico.

Embora a causa da ação, neste caso, poderia ser colocada em questão, a base legal utilizada para solicitar o direito coletivo de resposta resolveu o principal problema causado pela Lei de Imprensa. Uma vez que este caso envolve violações civis e não penal, os demandantes fundaram sua alegação sobre a pena de contrapropaganda estabelecida no Código de Defesa dos Consumidores. Este fundamento jurídico evitou a negação do direito baseado na falta de competência material. Portanto, o fato dos direitos dos consumidores terem o status de direitos difusos também permitiu a interpretação da pena de contrapropaganda como um remédio coletivo. A analogia entre esta sanção e o direito de resposta foi estabelecida no processo de implementação do direito. O nome do programa produzido e transmitido, como uma resposta aos crimes cometidos, era "Direito de resposta". Todas as informações disponíveis sobre este caso estão focadas na garantia coletiva do direito de resposta. Mesmo a modificação na base jurídica tendo resolvido a questão processual, na minha opinião a pena de contrapropaganda não é aplicável ao presente caso. Esta penalização tem sua aplicação restrita aos discursos comerciais, e não poderia ser aplicada a programas de entretenimento. O interesse legal protegido no Código de Defesa do Consumidor é o direito dos consumidores a informações precisas.

Diferentemente, o interesse jurídico protegido no caso MPF vs. Rede TV! é um direito fundamental coletivo (igual proteção e dignidade da pessoa humana). Mas a

⁹² Ver descrição do caso em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/992994/juiz-domaranhao-solta-presos-de-cadeia-lotada>.

abolição da Lei de Imprensa em 2008, dois anos após este caso ter sido decidido, deixou os tribunais sem nenhuma base legal para interpretar o direito de resposta como um remédio penal, mesmo que eles poderiam contar com este remédio para fundamentar uma dimensão coletiva do direito de resposta.

Por fim, o processo de implementação da resposta, neste caso, aumentou a participação da sociedade civil na produção do conteúdo a ser transmitido através da mídia de massa. Seus pontos de vista sobre o assunto em disputa podem ser considerados como parte da resposta coletiva, mesmo se os membros individuais da sociedade civil não sejam partes no processo. O uso de materiais independentes produzidos pela sociedade civil é uma forma criativa para garantir que a resposta coletiva apresentada no processo de implementação do direito de resposta será plural e democrática. Dada a importância deste mecanismo de aplicação, ele deveria ser incorporado às futuras normas infraconstitucionais de direito de resposta.

3. Interpretação jurídica da natureza dos direitos e sua aplicabilidade: direito coletivo de resposta como o melhor remédio para as violações a direitos coletivos de imagem

O reconhecimento da dimensão coletiva do direito de resposta é uma questão de direito processual. A definição de sua dimensão individual ou coletiva depende do direito básico violado. Por conseguinte, a competência material é determinada também pela natureza da ofensa. Por esta razão, qualquer regulação que restrinja a competência material aos tribunais criminais ou civis é inconstitucional, uma vez que limita a aplicabilidade de um direito fundamental.

Embora este raciocínio jurídico seja simples, a constitucionalidade da Lei de Imprensa não foi impugnada por este motivo. A decisão do STF afirmou a constitucionalidade do direito de resposta baseado no fato desse direito ter sido estabelecido na Constituição de 1988. A decisão não trouxe qualquer consideração sobre as disposições da Lei de Imprensa sobre direito de resposta. STF não definiu a natureza do direito de resposta e a falta de definição resultará, provavelmente, na aplicabilidade do

direito de resposta como um remédio penal pelos juízos de primeira instância.⁹³ À medida que a natureza do direito de resposta tenha sido erroneamente definida nas disposições da Lei de Imprensa, existe o risco de que os tribunais inferiores não irão dissociar estes dois conceitos quando interpretarem a natureza do direito, mesmo com a Lei de Imprensa tendo sido considerada inconstitucional. Eles não fizeram isso antes, e provavelmente não o farão agora.

Diferentemente, o reconhecimento da dimensão coletiva do direito de imagem é uma questão de direito substantivo. O atual arcabouço jurídico do direito de imagem não reflete adequadamente como a imagem de membros das minorias é interpretado pela sociedade. O processo de identificação coletiva e o fenômeno da estigmatização de grupo são essenciais para redefinir a natureza do direito de imagem. Hoje estes dois elementos não fazem parte do arcabouço jurídico dos direitos de imagem no Brasil.

Em termos de direito processual, não há nenhuma limitação para o direito de imagem. A limitação da legitimidade para mover uma ação judicial é resultado do direito material, que define o direito de imagem como um direito individual. Uma vez que a dimensão coletiva seja reconhecida, a questão da legitimidade será automaticamente resolvida, apesar de que permanecerá o problema relacionado à legitimidade individual para apresentar uma ação coletiva. Neste último caso, a lei processual desempenha um papel importante e precisa ser reformado.

Para resumir, uma vez que a dimensão coletiva dos direitos de imagem seja reconhecida, não haveria qualquer incompatibilidade legal para a concessão do direito coletivo de resposta como um remédio em casos em que os direitos de imagem são violados. O direito coletivo violado irá determinar o caráter coletivo do direito de resposta. Portanto, uma vez que a função principal do direito de resposta, neste caso, é dar a oportunidade às pessoas prejudicadas de contestar a imagem transmitida, consequentemente a introdução de conteúdos em meios de comunicação em massa em um contexto previamente determinado pelas emissoras seria o remédio mais adequado para combater a estigmatização de grupo, melhor do que os danos. Os danos tem, sobretudo, uma função punitiva.

⁹³ Infelizmente, a previsão pessimista foi confirmada em recente decisão. Cf. EDcl no AgRg no REsp 658.337/RJ, Rel. Ministro OG Fernandes, Sexta Turma, julgado in 05/04/2010, DJE 19/04/2010.

4. Considerações parciais

O dispositivo constitucional de direito de resposta é insuficiente para assegurar sua proteção. A abolição da Lei de Imprensa criou uma lacuna na regulamentação que pode prejudicar a aplicação deste direito pelo judiciário. A natureza do direito, sua definição legal, bem como a competência material, isto é, os elementos-chave necessários para garantir a aplicação deste direito, devem ser objeto de uma nova lei infraconstitucional. Uma vez declarada inconstitucionalidade da Lei de Imprensa pelo Supremo Tribunal Federal, os tribunais brasileiros poderiam deixar de seguir a jurisprudência baseada nesta lei. Em outras palavras, para julgar um caso de direito de resposta, os tribunais terão de legislar.

A falta de regulamentação não afeta diretamente o reconhecimento da dimensão coletiva deste direito. Na verdade, a abolição das disposições sobre competência material que provoca a interpretação jurisprudencial equivocada do direito de resposta como um remédio penal é essencial para esclarecer que a natureza do direito de resposta está relacionada com a natureza do interesse jurídico violado. Neste sentido, os casos que envolvem violações de direitos coletivos através de meios de comunicação de massa determinam a natureza coletiva do direito de resposta. Esta interpretação sistemática é a base legal para a concessão do direito coletivo de resposta em casos de violação de direitos coletivos de imagem.

Um desafio imposto pelo reconhecimento da natureza coletiva do direito de resposta é o seu processo de implementação. A resposta a ser transmitida deve ser produzida democraticamente, com participação da sociedade civil. Como consequência, o conteúdo da resposta deve ser formado por uma pluralidade de discursos. Neste sentido, o caso MPF vs. Rede TV! é um exemplo de um processo bem sucedido de implementação do direito coletivo de resposta.

O PROGRAMA DIREITO DE RESPOSTA E A DESARTICULAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE POBREZA E VIOLÊNCIA PELA MÍDIA.

É preciso analisar a forma como foi implementado o direito de resposta, obtido através da ação civil pública que retirou do ar o programa “Tarde Quente” do apresentador João Kleber. O material selecionado para análise consistiu nos programas de auditório de base documental exibidos na emissora Rede TV! e que versam sobre violência e pobreza. Com esta análise buscou-se principalmente identificar se o material produzido pela sociedade civil criou uma forma diferenciada de tratar os fenômenos da violência e da pobreza, imprimindo a eles abordagens que rompem com a idéia da existência de uma relação de causalidade entre estas temáticas atribuídas pela mídia em geral. Conclui-se a partir da análise que a desarticulação do discurso somente foi verificada no caso do programa sobre pobreza. No caso do programa sobre direito à segurança pública, embora outras temáticas tenham sido inseridas no debate, grande parte do programa tratou da relação de causalidade existente entre pobreza e violência.

Parte-se da hipótese de que a mídia, em geral, aborda estas temáticas de forma a criar uma relação de causalidade e interdependência entre os conceitos de pobreza e violência, direcionando o debate público para o campo moral, o que em última análise resulta na moralização e negação de direitos fundamentais constitucionalmente assegurados a parte da população.

A explicação dada ao fenômeno da violência por meio da ausência de condições mínimas de sobrevivência submete todos os indivíduos pobres à condição de potenciais infratores. Esta relação de causalidade, que não é comprovada por estudo de qualquer natureza, é amplamente difundida pela mídia, de forma a reforçar o estigma e a discriminação social contra indivíduos pobres. Por este motivo, é importante o desenvolvimento de estudos que busquem formas de abordagem da pobreza e da violência produzidas pela mídia que sejam capazes de desarticular este discurso.

Na tentativa de encontrar uma produção com esta característica é que se optou por analisar os episódios do programa “Direito de Resposta” cujos temas são: Pobreza e Direito à Segurança Pública. O principal motivo da escolha deste material foi a

participação da população civil na formulação dos programas a partir do envio de produções independentes. A representatividade dos diferentes discursos dos sujeitos de direitos envolvidos nas temáticas da pobreza e da violência, a partir de material fornecido por estes sujeitos, cria a possibilidade de discussão destes temas sob a perspectiva diversa da apresentada pela grande mídia e talvez contribua para desarticular o discurso em torno destas temáticas.

Para o desenvolvimento da análise aqui proposta, este capítulo será estruturado em cinco tópicos. O primeiro tópico, denominado “A trajetória dos programas Direitos de Resposta”, tem como objetivo apresentar brevemente o que são os programas, sua origem e seus objetivos; o segundo tópico – “Características gerais do Programa”⁹⁴ visa apresentar e analisar as opções feitas pelos produtores na realização do programa e que são generalizáveis a todos os episódios; os tópicos três e quatro, “Programa Direitos de Resposta: Pobreza” e “Programa Direitos de Resposta: Direito à Segurança Pública” buscam analisar os respectivos episódios dos programas ressaltando as associações temáticas feitas ao temas da pobreza e da violência; e finalmente no tópico cinco serão apresentadas as conclusões.

1. A trajetória dos programas Direitos de Resposta

“O programa a seguir é uma produção independente exibida em cumprimento a acordo judicial celebrado por esta emissora com o Ministério Público Federal e seis organizações da sociedade civil que moveram ação coletiva contra a violação de direitos humanos ocorrida no programa “Tarde Quente”. Até o dia 20 de janeiro de 2006, ocuparemos este espaço para falar de comunicação, democracia, igualdade e outros assuntos que nem sempre aparecem na televisão brasileira.”

Estas palavras foram utilizadas na abertura dos programas “Direitos de Resposta” exibidos durante o período de 12 de dezembro de 2005 a 20 de janeiro de 2006 na Rede

⁹⁴ Como o material disponível para a análise compreendia apenas os dois episódios supra citados, informações importantes para a definição das características gerais do programa foram verificadas em entrevista com a jornalista da ONG Intervozes, Giovanna Mode, uma das editoras do programa “Direitos de Resposta”. A entrevista foi realizada dia 08/01/2007, em São Paulo.

TV! e refletem a preocupação central dos programas produzidos: abordar temáticas importantes para a população e que são ignoradas ou violadas pela televisão brasileira.

Os programas Direitos de Resposta foram produzidos por seis entidades civis⁹⁵ e pelo Ministério Público Federal como forma de amenizar e responder didaticamente às violações aos direitos fundamentais, à não-discriminação e a dignidade da pessoa humana, realizadas no Programa “Tarde Quente”, da Rede TV!. Nestes programas eram exibidos quadros denominados “pegadinhas” em que pedestres, em geral pessoas pertencentes a minorias raciais, pessoas com baixo poder aquisitivo, idosos e mulheres eram submetidos a xingamentos ou ofensas à sua honra e integridade física, com o objetivo de provocar risos a partir da reação violenta da vítima à ofensa sofrida. Além da ofensa à dignidade das pessoas que eram agredidas gratuitamente, as “pegadinhas” se baseavam em ações discriminatórias contra homossexuais, deficientes físicos, mulheres e pessoas negras⁹⁶.

Diante da inequívoca violação de direitos fundamentais, após diversas notificações e da negativa de assinatura da proposta de termo de ajustamento de conduta, o Ministério Público Federal e as seis entidades civis promoveram uma ação em face da emissora de televisão Rede TV!, do apresentador do programa “Tarde quente” João Kleber, e da União Federal, por ser esta a responsável pela concessão pública da licença do canal de televisão. Em 4 de novembro de 2005, a juíza federal Rosana Ferri Vidor proferiu decisão liminar determinado a suspensão do programa “Tarde Quente” e concedendo direito de resposta às autoras em nome da sociedade civil. Embora a justiça tivesse se manifestado favoravelmente ao pedido das autoras, a Rede TV! descumpriu a decisão liminar, o que acarretou a suspensão judicial do canal de televisão por 25 horas. Após esta suspensão, foi assinado acordo judicial entre as autoras e a ré, no qual foi estabelecido que a Rede TV! não mais exibiria os programas em questão, arcaria com os custos de produção no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) dos 30 programas “Direitos de Resposta” que deveriam ser exibidos no mesmo horário do programa “Tarde quente”, e finalmente pagaria a título

⁹⁵ As entidades são: Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Centro de Direitos Humanos, Associação da Parada do Orgulho dos Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo, Associação de Incentivo à Educação e Saúde de São Paulo – AIESSP, Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual – ABCDS, Identidade – Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual e o Ministério Público Federal.

⁹⁶ As descrições dos programas do João Kleber realizadas na Ação Civil Pública mostram claramente o componente discriminatório. Como exemplos podem-se citar os seguintes trechos: “há duas situações distintas de chacotas exibidas: a) o **“ator”**, **travestido de um tosco estereótipo do que a ideologia dominante crê ser “o homossexual”**, assedia moral e fisicamente os participantes da cena, provocando-lhes reações de repulsa e violência; b) o **“ator” insulta os passantes chamando-lhes de “bichas”, “veados” e “boiola”**, todos conhecidos disferismos empregados para inferiorizar homossexuais do sexo masculino, como registra o *Dicionário Houaiss da língua Portuguesa*”

de indenização a sociedade civil R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), valor que seria destinado a integrar o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. A emissora também não estaria autorizada a exibir propagandas no horário de veiculação do programa “Direitos de Resposta”.

Após a assinatura do acordo, em 15 de novembro de 2005, as autoras tiveram somente vinte dias corridos para produzirem os programas que seriam exibidos⁹⁷. Neste período foi aberta chamada de trabalhos para a sociedade civil e entidades educacionais e comunitárias, com o intuito de fazer com que tais produções compusessem os programas a serem produzidos. O prazo da chamada de trabalho foi de sete dias. Apesar do prazo escasso, as autoras receberam cerca de 400 vídeos. Este expressivo número de vídeos enviados demonstrou que a sociedade civil estava acompanhando a discussão e que, ao contrário do que se pensa, há produção e demanda por canais de tv aberta. A audiência do programa em seu primeiro dia de exibição atingiu 1,2 pontos no Ibope. Embora não seja um índice de audiência extremamente elevado, é significativo para o horário (das 17 às 18 horas)⁹⁸. Isso evidencia que há demanda por produção de qualidade⁹⁹.

Os principais requisitos para a aceitação dos vídeos enviados foram a temática que deveria versar sobre direitos humanos e temas correlatos às violações que haviam sido cometidas, e a cessão de direitos autorais. Embora se recomendasse um formato específico de mídia (DVcam ou MiniDV), este critério foi flexionado, o que pode ter contribuído para o aumento da quantidade de vídeos enviados. A exibição destas produções nos programas ocorreu principalmente por dois motivos: a preocupação das entidades autoras da ação em mostrar a pluralidade de discursos nos programas produzidos, dando espaço para a sociedade civil se manifestar sobre os temas a partir de sua própria produção; e por um motivo de ordem técnica, relativo ao curto período de tempo em que deveriam ser

⁹⁷ Em entrevista concedida pela jornalista Giovanna Mode, editora do “Programa Direitos de Resposta”, foi mencionado que o curto período para a produção dos programas fez com que o formato do programa fosse sendo construído gradualmente. Deste modo, há diferenças substanciais entre os primeiros programas produzidos e os últimos, principalmente no que se refere ao modo de exibição dos vídeos enviados pela sociedade civil.

⁹⁸ Ver a este respeito reportagem de Cristina Charão denominada “Direitos de Resposta” responde à altura dilema da “produção alternativa”, disponível no sítio eletrônico <http://www.reportersocial.com.br/noticias.asp?id=1072>.

⁹⁹ Segundo informação fornecida pela Rede Tv! , o público do programa “Tarde Quente” era de 131.874.053 brasileiros, sendo 63% pertencentes às classes C, D e E. Além disso, 20% do público era composto por crianças e adolescentes, pessoas ainda em formação. Ver Ação Civil Pública, n. 2005.61.00.24137-3, p.22, disponível no sítio eletrônico <http://www.direitosderesposta.com.br/>. Seria interessante que fosse realizado um estudo comparativo entre o perfil do telespectador do programa “Tarde Quente” e do programa “Direitos de Resposta” com o intuito de verificar a receptividade do antigo público à nova programação, já que os programas procuravam responder às violações de direitos humanos e educar a população.

produzidos os programas e a determinação judicial da utilização de vídeos educativos já produzidos¹⁰⁰.

Os programas foram exibidos no período determinado e a Rede Tv! cumpriu o acordo judicial celebrado. Após a exibição, as entidades envolvidas na realização do programa pleitearam junto à Secretaria de Direitos Humanos financiamento para a reprodução dos programas exibidos em DVDs. O objetivo desta iniciativa era possibilitar à sociedade civil o acesso a informações sobre direitos humanos e introduzir este debate em instituições públicas e entidades não-governamentais. O financiamento foi aprovado em outubro de 2006 e os DVDs foram disponibilizados ao público em janeiro de 2007.

2. Características Gerais do Programa

A abertura do programa “Direitos de Resposta” dita o tom jovial e dinâmico da produção. Imagens em preto e branco, de rostos femininos e masculinos, jovens e idosos, negros e brancos são apresentadas alternadamente como se a programação estivesse sofrendo interferência em sua frequência. Em meio a estas imagens, as palavras “televisão”, “cultura”, “diferente” e “pessoas” aparecem em destaque, na cor vermelha, de forma alternada e sintetizando as falas sobrepostas das vozes que compõe a parte sonora do quadro. A finalização da abertura se dá com o surgimento da expressão “Direitos de Resposta”, momento em que a música é bruscamente interrompida conjuntamente com a fala de um homem de sotaque nordestino que diz: “Sensacionalismo na mídia é muito feio!”. A utilização destes recursos indica ao telespectador as temáticas que serão desenvolvidas e aponta para um espaço em que haverá um debate da mídia sobre a mídia.

A apresentadora escolhida pela produção foi a atriz Anelis Assunção, cedida generosamente pela TV Cultura. A escolha de uma mulher negra, bela e jovem para

¹⁰⁰ Em decisão liminar, a juíza Rosane Ferri Vidor, determinou que “(...) devem ser utilizados programas já existentes e já produzidos, educativos, de modo a esclarecer a população que assiste a programação da emissora.”. Embora não seja explicitado na sentença, parece que a determinação da utilização de vídeos já produzidos foi uma forma encontrada pela juíza para remediar o problema da pequena indenização concedida e da falta de tempo hábil para a produção dos programas (7 dias). Decisão liminar no processo 2005.61.00.24137-3, disponível no sitio eletrônico http://www.cdh.org.br/liminar_ACP_RedeTV.pdf.

apresentar o programa foi proposital e buscou introduzir de forma simbólica a questão da diferença e do respeito às minorias em todo o desenvolvimento do programa¹⁰¹.

Os programas foram organizados sob o formato de programas de entrevista ou debate. Esta estrutura foi complementada com uma perspectiva documental que se desenvolveu a partir da apresentação dos vídeos enviados pela população civil. A maioria dos episódios contou com a participação de dois convidados. A escolha dos convidados buscou contemplar os sujeitos de direitos que haviam sido violados em cada temática. Assim, os programas relacionados aos homossexuais tiveram como convidados representantes do Movimento Gay, por exemplo. Além destes critérios de seleção, observou-se que, em particular nos episódios sobre pobreza e direito à segurança pública, as duplas de convidados eram compostas de um representante do sexo masculino e um do sexo feminino, sendo um deles branco e o outro negro, um intelectual e um militante¹⁰². No início dos programas os convidados são apresentados separadamente, através de um quadro em sépia, onde fica exposto o rosto do convidado e as informações sobre a sua formação profissional. Após esta breve apresentação, a apresentadora faz uma pergunta de cunho educativo ao convidado, e que irá pautar a discussão no programa. Após a resposta do primeiro convidado, é chamado o segundo convidado e realizado o mesmo procedimento. Só então, os convidados passam a dialogar.

O cenário do programa é bastante jovial e reproduz o espaço público de uma rua. A presença de postes, muros com grafites (referência ao movimento hiphop) e calçadas tornam o local bastante familiar, seja ao jovem paulistano que vive perto da região central, seja ao jovem que vive na periferia. O desenvolvimento do debate neste cenário chama a atenção para a necessidade de resgate do espaço público como esfera deliberativa e de exercício da cidadania.

¹⁰¹ A intencionalidade desta escolha foi confirmada em entrevista com a jornalista Giovanna Mode, que também ressaltou a competência da apresentadora.

¹⁰² No episódio sobre pobreza, os convidados foram a economista e pesquisadora do IPEA Lena Lavinas, mulher branca, e o militante Ariovaldo Ramos, homem negro. Já no episódio sobre direito à segurança pública, os convidados foram a advogada e militante de direitos humanos Valdênia Aparecida Paulino, mulher negra, e o advogado e mestre em criminologia, David Tangerino, homem branco. A percepção destas dicotomias em relação às características dos convidados tornaram-se inequívocas pelo modo como os convidados negros e militantes referiram-se aos seus colegas durante o programa. A título exemplificativo, podemos citar os momentos em que Ariovaldo Ramos refere-se a Lena Lavinas como “doutora” e em que Valdênia refere-se a Davi como “estudioso”. Mesmo em relação à raça, tanto Valdênia, quanto Ariovaldo auto intitulam-se negros, incluindo-se dentro deste grupo a partir da utilização do pronome “nós”. Essa relação entre os convidados, no entanto, não foi proposital, segundo Giovanna.

Embora a configuração do programa transmita ao telespectador a sensação de um espaço livre para a deliberação e discussão, havia um roteiro de perguntas previamente formulado que conduziu as discussões entre os convidados. Como um dos objetivos mais caros aos idealizadores do programa era justamente a transmissão dos vídeos enviados pela população civil, a construção do roteiro, além de conter o posicionamento ideológico dos formuladores do programa também foi influenciada pelo material enviado. As formas de inserção dos vídeos foram três: i - zapping ou mosaico, em que os vídeos eram passados simultaneamente¹⁰³, ii-interferência¹⁰⁴, em que parte dos vídeos era passada dentro da moldura de uma televisão, e iii – exibição integral do vídeo ao final do programa.

As duas primeiras formas de exibição dos vídeos buscaram primordialmente exibir o maior número possível de produções independentes. Para atender a este objetivo, nem todos os vídeos foram exibidos integralmente. A crítica a ser feita a estes modos de exibição é justamente a possibilidade de manipulação do discurso elaborado nos vídeos por meio de cortes intencionais. O recurso de “interferência” não apenas foi utilizado para aumentar a quantidade de vídeos veiculados, mas também para ilustrar através destes vídeos as opiniões que eram emitidas pelos convidados durante os debates ou entrevistas. A questão que se coloca, no entanto é: em que medida a veiculação de apenas algumas imagens e idéias dos vídeos produzidos, com o intuito de ilustrar as idéias em debate, reflete de fato a pluralidade de discursos? Mesmo que a pauta do programa tenha sido elaborada considerando o discurso presente nos vídeos independentes, sua exibição na condição de base documental para a tese desenvolvida pelo programa não reforça a relação de alteridade e retira a possibilidade da construção de um discurso plural?

A elaboração do recurso da “interferência”, apesar das críticas que lhes possam ser atribuídas, veio a atender a uma necessidade prática da produção do programa: como veicular o maior número de vídeos possíveis produzidos pela população civil. Embora não tenha sido intencional¹⁰⁵, a exibição dos vídeos dentro da moldura de uma televisão pode ser interpretada como uma menção explícita à necessidade de veiculação pela televisão da diversidade de discursos. Assim, a estética desta exibição proporciona a sensação de “ver-

¹⁰³ Os programas analisados não continham a apresentação dos vídeos em mosaico, motivo pelo qual não será analisada aqui esta forma de exibição;

¹⁰⁴ Os termos interferência e zapping foram atribuídos pela produção dos programas. A informação foi fornecida pela Giovanna em entrevista.

¹⁰⁵ Informação fornecida por Giovanna em entrevista.

se representado na televisão e pela televisão”, aumentando a sensação de representatividade dos discursos exibidos¹⁰⁶.

Já, os vídeos que foram exibidos integralmente, parecem ter sido selecionados em função da qualidade da produção e posteriormente à gravação dos programas¹⁰⁷. Eles foram exibidos após o término dos programas e não apresentavam a mesma linha argumentativa adotada durante as entrevistas. Foram inclusive introduzidas novas temáticas. No episódio sobre pobreza, os vídeos exibidos versaram sobre três temas distintos: superação da violência e da pobreza pela arte na periferia, valorização de talentos da periferia e a piora das condições dos países pobres em função da atuação da Organização Mundial do Comércio. A temática central do programa foi violência policial. Esta forma de exibição do material coletado foi mais representativa por inserir discursos diversos, se comparada à forma de exibição por “interferência”.

Os programas também contaram com os quadros “Tele-Visão”, “Mudando de Canal” e “História da TV”. O quadro “Tele-Visão” atende a necessidade do programa de problematizar o papel da mídia. Num exercício de metalinguagem, a mídia, representada por profissionais que trabalham com mídia¹⁰⁸, refletem sobre papel e sobre os discursos da mídia em relação à abordagem dos temas em pauta, estabelecendo um contraponto ao discurso hegemônico veiculado pela maioria dos meios de comunicação de massa. Este quadro é montado a partir da alternância da fala dos representantes da mídia. Este recurso mostra a elaboração conjunta do raciocínio de pessoas que estão supostamente em ambientes distintos, emitindo opiniões que não necessariamente deveriam ser convergentes, mas que ao final, formam uma opinião coerente. Esse recurso de edição gera a sensação de que a pluralidade de discursos deve ser inerente à produção televisiva. A

¹⁰⁶ Uma analogia a este fenômeno, em que se quer resolver um problema de ordem técnica ou ética e acaba-se produzindo um efeito visual que reflete a situação que se quer remediar, é verificada no documentário Falcão. Assim como no programa direito de resposta se objetivou com a interferência dar representatividade ao maior numero de indivíduos pela exibição do maior numero de vídeos, e optou-se pelo recurso estético a representação na televisão dentro da televisão, aumentando a sensação de representatividade, em Falcão, o problema ético referente à manutenção do anonimato dos traficantes e menores no depoimento, fez com que o efeito visual provocado pelas imagens embaçadas, refletisse a situação do “embaço” da situação ali descrita. Este comentário, referente ao filme Falcão foi feito pela professora Esther Hamburger, em aula ministrada no curso de pós-graduação da Escola de Comunicação e Artes da USP.

¹⁰⁷ Após o término dos programas, pelo menos no que se refere aos episódios analisados, a apresentadora finaliza o programa sem mencionar que serão apresentados os vídeos. Isso parece confirmar que os vídeos foram inseridos em um processo posterior às filmagens dos programas.

¹⁰⁸ Os três principais participantes deste quadro são a Soninha, o Eugênio Bucci e o procurador da república Sérgio Gardenghi Suinam.

construção do discurso se dá pela pluralidade de discursos¹⁰⁹. A diferença de temática das falas que se articulam gera insegurança no telespectador que tenta compreender em separado os diálogos em um primeiro momento e se surpreende com a articulação final dos diferentes discursos, o que reforça a ideia da construção de discursos pela pluralidade.

Este quadro também funciona como um recurso para a introdução de uma determinada temática dentro da entrevista. Esta função também pode ser atribuída aos quadros “Mudando de Canal” e “História da TV”. Estes quadros são formulados a partir da realização de entrevistas rápidas com pedestres sobre temas relacionados à televisão. No entanto, na maioria das vezes, as respostas não são retomadas no programa, mas somente as perguntas, que passam a ser feitas ao entrevistado. Mas há outra função que também pode ser atribuída a estes quadros, que consiste na tentativa de dar maior dinamicidade ao programa pela interrupção do quadro principal.

Em função do acordo celebrado judicialmente, a Rede TV! comprometeu-se a não exibir propagandas durante a execução dos programas “Direitos de resposta”. O tempo de uma hora destinado aos episódios do programa foi preenchido com as entrevistas aos convidados, as interferências, os quadros “Tele-Visão”, “História da TV” e “Mudando de Canal”, a exibição dos “zappings” e a exibição integral dos vídeos ao final do programa. Além destes quadros, a direção inseriu pequenas propagandas de conscientização realizadas por entidades civis, nacionais e internacionais e pelo governo. Os principais temas destas propagandas versam sobre os direitos mais violados pelos programas suspensos pela justiça – discriminação de homossexuais, de deficientes físicos, violência

¹⁰⁹ Um exemplo que ilustra muito bem esta sistemática é o quadro “Tele-Visão” exibido ao final do episódio “direito à segurança pública”:

Soninha – E as pessoas precisam perceber que violência policial não resolve o problema. Porque uma parte da sociedade acha que está certo. Que o policial tem que ser violento.

Sergio – Mais uma vez eu acho importante dizer que a gente não está defendendo a impunidade de criminosos.

Soninha – Elas não percebem que isso não só não reduz a violência como aumenta.

Sergio – A gente não está defendendo que a pessoa ali que assaltou, que estuprou ou que matou fique impune, mas o que nós estamos exigindo é que haja exclusivamente o cumprimento da lei.

Soninha – Mas, agora, tapa na cara não está na lei.

contra a mulher e contra a criança. Estas pequenas chamadas funcionaram como verdadeira contrapropaganda.

O som que está presente em quase todo o programa é instrumental e sugere um clima de agitação e descontração permanente, imprimindo dinamicidade à evolução dos quadros. Este som é interrompido várias vezes pelas falas dos convidados, da entrevistadora, pelas “interferências” que são introduzidas pelo som característico do chiado do canal de televisão não sintonizado, e pelas músicas dos vídeos exibidos. As músicas dos vídeos não foram editadas ou introduzidas pela produção do programa¹¹⁰. Elas compunham os materiais enviados e foram conservadas. Essa observação é relevante já que o som das produções compõe o sentido que o autor espera que seja atribuído a sua obra. Assim, a edição do som dos vídeos enviados poderia comprometer a mensagem a ser passada.

Os vídeos enviados e exibidos nos programas analisados apresentam diversidade musical, com predomínio do rap e do hiphop, menos expressivamente do samba. Estas músicas narram a situação que é mostrada através da câmera e funcionam como elemento de inserção social. Inserção que se dá principalmente pela arte, no caso da periferia¹¹¹.

Os programas são finalizados com um recado que é dado pelos convidados sobre o que foi discutido no programa e com o fornecimento de informações úteis para a população sobre os direitos garantidos constitucionalmente.

Os créditos são exibidos dando prioridade e visibilidade aos vídeos independentes. A exibição dá-se em pares e com a exposição de uma imagem que permite ao telespectador identificar o vídeo pelo trecho assistido no programa. São também fornecidas informações sobre onde localizar a entidade autora da produção, como e-mails e endereços de sítios eletrônicos. A música escolhida para compor a exibição dos créditos é o Hino Nacional, tocado apenas instrumentalmente no ritmo de forró. Como símbolo de nacionalidade e do Estado Democrático de Direito, o Hino sob esta execução fecha o programa, representando a diversidade da cultura popular brasileira, sobretudo os nortistas

¹¹⁰ Informação confirmada pela produção.

¹¹¹ A questão social nos vídeos exibidos está no centro da narrativa e o Hiphop e o Rap entram como demonstração de cultura e voz da periferia. Essa utilização da música como recurso narrativo é o que acontece também nos filmes *Rio 40 graus*, *Rio Zona Norte* e *5 Vezes Favela* (em todos os curtas). A diferença é que no período de produção destes filmes, o samba era a principal manifestação cultural.

e nordestinos. A cena final reproduz o efeito de quando a televisão é desligada, novamente recorrendo à metalinguagem.

3. Programa Direitos de Resposta: Pobreza

O tema da pobreza é pautado pela primeira pergunta dirigida a convidada Lena Lavinas, economista e pesquisadora do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que versa sobre a diferença entre os conceitos de pobreza e desigualdade.

Após a explicação didática da pesquisadora, ocorre a primeira “interferência” através de vídeo que ilustra o conceito de desigualdade social mostrando as favelas do Morumbi em contraste com os grandes condomínios de luxo. Um rapaz morador da favela indigna-se com o fato de em um mesmo espaço geográfico conviverem pessoas com realidades socioeconômicas tão dispares.

O segundo convidado é apresentado a seguir. Ariovaldo Ramos é militante de direitos humanos e atua na elaboração de políticas públicas alimentares. A ele também é dirigida uma questão: Por que não se consegue vencer a pobreza? A resposta é bastante pontual: falta de vontade política e má administração da economia.

No mesmo formato anterior, após a resposta do convidado é inserida a segunda “interferência”. Um catador de papel fala que para ele felicidade é ter trabalho e família. Novamente o exemplo serve para ilustrar a fala do convidado: a situação do catador de papel se deve à falta de vontade política.

Sem continuidade temática, a convidada passa a abordar a questão das políticas sociais, em especial o empréstimo consignado, tecendo várias críticas a esta política, que para ela retira a liberdade do pobre no que diz respeito à sua capacidade de dispor dos recursos. A terceira “interferência” ilustra a pobreza através da imagem de barracos, não há discurso. Esta imagem serve tanto à ilustração da fala da convidada, quanto à introdução do quadro “Tele-Visão”, apresentado na sequência.

O quadro “Tele-Visão” introduz a problemática da falta de conhecimento das pessoas em relação à realidade da periferia.

O programa volta novamente para a fala da convidada sobre a política equivocada do empréstimo consignado, que gera o endividamento do pobre e a diminuição dos recursos disponíveis para as despesas correntes. A quarta “interferência” mostra a favela, o interior de barraco em que se vê uma mesa de cozinha e uma criança na porta, garotos jogam bola no terreno baldio e íngreme. A convidada continua sua fala sobre o empréstimo consignado.

A quinta “interferência” mostra lavradores indo para o trabalho na roça, enquanto uma senhora lavradora narra o cotidiano deles e ressalta o fato de que enquanto eles iam para a lavoura bem de manhã, o dono da terra estava dormindo, mas eles iam cantando. Esta representação ressalta o lado positivo do cotidiano das pessoas¹¹².

Em um corte, o convidado ressalta que o que erradica a pobreza é a distribuição de renda. Outras ações são paliativas e contornam as crises mais densas. E distribuição de renda significa aumento real do salário mínimo. O salário mínimo não pode ficar competindo com a inflação, ele tem que remunerar o trabalhador. É introduzida a temática do direito do trabalhador a uma remuneração justa.

A sexta interferência mostra um cachorro preso, bem à vontade, em um terreno com uma casa simples sem reboco. Em seguida o interior da casa, um fogão, uma criança passando e finalmente algumas crianças juntas sabendo que estão sendo filmadas. A música funciona como narrador da cena “Em qualquer canto me arrumo, em qualquer canto me ajito. Depois, o que eu tenho é tão pouco, minha mudança é tão pequena que cabe no bolso de trás, mas essa gente aí, hein? Como é que faz?”

O convidado retoma sua fala sobre a necessidade da renda ser justa para remunerar o trabalhador pelo valor do seu trabalho e lhe dar perspectiva para a construção de algo no futuro. Aqui parece que a fala explica a sexta “interferência”, em um movimento contrário.

A sétima “interferência” ilustra a fala anterior exibindo imagens da favela, de crianças e um homem falando que lá tem muita gente inteligente, mas que não há a possibilidade de ter um computador dentro de casa. Mostra a falta de perspectiva e não de talento daquelas pessoas.

¹¹² Esta interferência lembra o documentário Morro Santa Marta, de Eduardo Coutinho, pela espontaneidade do depoimento da senhora, que não encarna o papel de uma trabalhadora sofredora, mas fala do seu ambiente de trabalho a partir de suas memórias do contato com seus colegas de trabalho. A música cantada por ela reforça esta impressão.

Neste momento, a entrevistadora coloca a questão: “Qual o papel da mídia no combate à pobreza e à desigualdade? Ela tem ajudado? Esta questão está presente em todos os programas.

A resposta vem do convidado, militante, que levanta a temática da filantropia e da ausência da consciência do direito. “Até onde eu tenho visto, não. Primeiro porque a mídia trabalha com filantropia e não com a questão do direito. E isso pode parecer bonito, mas isso ultraja o pobre e o necessitado. Porque o pobre e o necessitado passa a ser descrito como o carente, a quem as pessoas com algum nível de posse, devem, num ato de benemerência, de filantropia, ajudar segundo as suas possibilidades. E não um sujeito de direito. Ou seja, ele tem de ser atendido de acordo com as suas necessidades porque ele tem direito a isso. Esse é um princípio que o Estado brasileiro não trabalha muito bem. Lá no CONSEA nós estamos trabalhando com a questão da segurança alimentar, é uma das maiores dificuldades que nós temos tido, na análise das políticas públicas é justamente a de introduzir a questão do direito. Ou seja, alimentar-se é um direito do cidadão, do ser humano, logo é um dever do Estado. Essa é a contrapartida. O Estado tem o dever de suprir um direito legítimo, que é o caso da alimentação.”

A oitava “interferência” também ilustra a fala do convidado. Uma menina negra diz não querer ser vista como vítima e ter consciência dos seus direitos. “Eu não quero ser vista como coitadinha, nem santa, porque eu até não sou isso. Se a gente pede, grita, apela às vezes por certas coisas, eu acho que é também porque a gente acha que é um direito da gente”.

Retomado a fala, o convidado acrescenta ao debate a questão da injustiça social e da utilização do pobre pela mídia como forma de aumento da audiência. “A mídia não tem trabalhado neste sentido, a mídia não apresenta a questão da pobreza no Brasil como uma questão de injustiça social, de resultado de má distribuição de renda, de políticas equivocadas, e quando faz alguma coisa em benefício dos necessitados faz sob o primado da filantropia, que torna o beneficiário de fato um fator de aumento de audiência. Ele é o garoto propaganda do dia, só que é o garoto propaganda negativo. Então expõe a miséria dele, a pobreza dele, o desespero dele a fome dele, as crianças maltrapilhas, quer dizer, é uma vergonha”.

A nona “interferência” mostra os garotos no sinal fazendo malabarismo, explicando como fazem o malabarismo, a necessidade de treino em casa, e o porquê fazem isso: “para ganhar um trocado”, mas que gostariam de dar um trampo para ajudar a mãe. Aqui há justamente a exposição destes jovens na condição descrita pelo convidado, o que põe em questão a utilização do recurso da interferência.

A convidada insere em seguida o tema do paradoxo da composição nutricional da cesta básica em um país com a diversificação alimentar do Brasil. A décima “interferência” é a menos significativa e explicita a manipulação do material enviado de forma a produzir a total ausência de sentido. São mostradas pessoas de costas no mercado, com a duração de 2 segundo. Provavelmente este vídeo tinha alguma mensagem e esta não foi passada ao telespectador. A cena foi exibida porque o tema alimentação pode ser associado a supermercado. A convidada continua a desenvolver o tema do salário mínimo e da cesta básica.

A décima primeira “interferência” ressalta o apartheid que existe na cidade de São Paulo. Os ricos de um lado, os pobres do outro. É fornecida a informação de que em números absolutos São Paulo tem a metade das favelas do país. A moradora do Parque Real ressalta a ausência de solidariedade entre as pessoas através da fala: “Se eu estou bem o resto não importa”. Jovens que tocam hardcore falam da desigualdade e da doação de alimentos arrecadados nos shows.

Em contraposição a doação de alimentos mostrada pela décima primeira “interferência”, a convidada critica os programas assistencialistas. “Doar uma cesta básica não é suficiente. As pessoas têm que ter o direito de comer todos os dias tudo que é oferecido nos supermercados.”.

Na décima segunda “interferência” um morador da favela em primeiro plano fala da ausência do Estado. “Vivemos numa barbárie, aqui o Estado não age”. Em segundo plano está a favela. A partir daí, uma música narra e marca a entrada na favela: “E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores”. Em seguida é mostrada uma imagem do corcovado, num vai e vem, sob o som de tiros misturados ao refrão: “O Rio de Janeiro continua lindo”. Após o momento de ironia do quadro anterior, um morador declama um poema de sua autoria, que marca a narrativa das imagens produzidas. O

morador somente é identificado ao final do poema. “Quero o abraço da vida, o amor dos poetas, eu quero reger uma orquestra só de passarinhos, e ver as feridas da periferia e da Dona Maria saradas na fonte de luz. Eu quero ser um anjo para lutar contra a miséria. No meu mundo não haverá crianças chorando por um prato de comida, não haverá mendigos comendo resto de lixo e sentindo o frio da injustiça, não haverá preconceito racial porque aquele que é racista é pobre de espírito e de coração”. São mostradas imagens da periferia, muitas crianças, uma mulher colocando roupa para secar no varal, crianças num canto da rua, crianças pintando, e brincando com um cata-vento. Esta interferência introduz pela primeira vez a temática da violência associada à pobreza. A referência à barbárie, a visão bela do corcovado ao som de tiros, a recuperação da humanidade sem a necessidade se tornar um opressor são menções à existência de violência em regiões periféricas, seja por falta de atuação do estado, seja pela desigualdade de renda e pobreza (o morro assiste ao som de tiros a beleza do corcovado). Ao final, o poema em alguma medida desarticula o discurso quando fala da retomada da humanidade não pela opressão, mas pela arte.

A convidada ressalta a necessidade de distribuição de renda através de políticas tributárias. Dá exemplo da tributação regressiva de serviços, em que o pobre paga tanto quanto o rico. Fala da necessidade de se redefinir qual é o escopo do sistema de repartição da riqueza deste país. Todos têm que poder estudar e ter qualidade de ensino. Insere a temática das políticas públicas universais.

Novamente, a décima terceira “interferência” somente ilustra pontualmente a questão do ensino, que foi levantada a título de exemplo pela convidada. São mostradas crianças e jovens na escola, pintando. Não há discurso produzido pelo vídeo.

A convidada volta à temática da educação e critica a bolsa família. Afirma que não adianta ter cobertura escolar integral, se a qualidade do ensino é ruim. O acesso não é suficiente se não tiver qualidade.

Os primeiros comerciais ou contrapropagandas são apresentados. Uma interferência é mostrada como comercial. Jovem moradora canta que a favela é lugar de cidadãos e de respeito. São exibidas também propagandas contra o preconceito contra homossexuais, de autoria do Movimento Gay de Minas (MGM), canção de direitos da criança – contra a violência contra a criança e a campanha brasileira do laço branco – homens pelo fim da violência contra a mulher.

De volta ao programa a apresentadora introduz nova temática relativa às pessoas em situação de rua. A pergunta direcionada aos convidados é: “Quais são as alternativas para estas pessoas na sociedade?”

O convidado se prontifica a responder e ressalta que a municipalização cria empecilhos burocráticos para a regularização destas pessoas. Somente quem tem cadastro único pode receber benefícios e para isso deve ter endereço, o que estas pessoas não têm. A fala dele mostra que a situação de pauperização destas pessoas é tamanha, que inviabiliza o reconhecimento do indivíduo como cidadão. O indivíduo não existe para o Estado.

A décima quarta “interferência” apenas ilustra a temática da situação das pessoas de rua. É mostrado depoimento de menina de rua que diz ter saído de casa por besteira e que se arrepende.

Convidado retoma a fala e diz que o município não reconhece os moradores de rua, eles não são cadastrados e eles não são atingidos.

A décima quinta “interferência” é relevante. Um morador de rua mostrando seu local de moradia, em baixo de um viaduto e as inscrições que foram feitas nos muros como parte de sua história. Ele explica o seu modo de viver e insere seu discurso através do vídeo.¹¹³

Convidado volta à temática da dificuldade das políticas do estado de atingirem aos moradores de rua. Cita este como o maior desafio que o governo teve em relação ao fome zero. Ressalta que esta também é a situação dos quilombolas, de comunidades carentes, e que 30% da população brasileira não tem registro civil.

A décima sexta “interferência” exhibe o mesmo vídeo do catador de papel mostrado anteriormente. Catador de papelão fala da falta de segurança pelo seu trabalho que não lhe dá estabilidade, embora mesmo assim seja digno.

Convidado continua a sua fala sobre o governo que não se vê como gestor da coisa pública. O que sobra é a limpeza étnica, limpeza urbana. “Vamos embelezar a cidade e vamos acabar com a pobreza acabando com o pobre”.

¹¹³ Vide nota 20.

A décima sétima “interferência” é o segundo momento em que o tema da violência é tratado, mas sob a perspectiva da violência policial. Mostra a desocupação de um prédio no centro da cidade que tinha sido invadido e ocupado pelos sem teto. Exibe a violência policial contra a população civil no momento da desocupação. Essas imagens ilustram bem a ideia de violência contra o pobre que se quer passar com a frase “Vamos acabar com a violência acabando com o pobre”.

Convidado ressalta a importância das igrejas e das ongs no atendimento a estas pessoas de rua.

A décima oitava “interferência” exhibe a continuação do vídeo sobre o morador de rua. Fala do projeto comunitário “Jornal Boca de Rua” – produção cultural dos moradores de rua de Porto Alegre.

A convidada, após longo período, retoma sua fala e faz observações sobre os moradores de rua. Ela descreve quem são estes moradores de rua – “pessoas que romperam com suas relações pessoais, que estão fadadas ao isolamento pessoal e individual muito profundo e grande, estão em um estado de profundo sofrimento social”. A fala causa estranhamento ao telespectador, pois os moradores de rua não parecem estar próximos à realidade social da convidada, o que é acentuado pela utilização do termo “ressocialização” em relação aos moradores de rua, quando este termo geralmente é utilizado em relação à população carcerária. Aqui a visão da convidada sobre o Outro é evidenciada como algo incapaz de apreender a realidade.

A décima nona “interferência” dá continuidade à exibição do projeto Jornal Boca de Rua. O mesmo morador dos trechos anteriores mostra como é feita a seleção de textos, fala da tiragem que é trimestral e exhibe ao final imagem do jornal produzido. Há imagens que evidenciam a relação entre os moradores de rua, ao contrário da situação de isolamento descrita pelo convidado. Estas imagens também podem ser interpretadas como uma forma de “ressocialização”, o que evidencia a ambigüidade da cena em relação à correspondência com o discurso.

A convidada prossegue e sua fala ressaltando a necessidade de políticas habitacionais para a resolução do problema destas pessoas, não apenas políticas sociais. “A Favelização, a questão da rua, da violência, são coisas que estão associadas à ausência de políticas estruturais”. Este é o terceiro momento em que a violência é associada ao tema da

pobreza, mas agora a partir de uma relação de causalidade - ausência de políticas estruturais de combate à pobreza gera violência.

A vigésima “interferência” é uma continuação do vídeo sobre desocupação policial. Os dizeres “16 de agosto de 2005, cumprimento da reintegração de posse do prédio da Rua Plínio Ramos, 112 – Região da Luz - São Paulo” abrem a cena em que policiais atiram contra o prédio em que deve ser realizada a desocupação. Moradores na sacada protestando. Embora a fala da convidada ilustre a relação de interdependência entre pobreza e violência, a interpretação atribuída a sua fala pela “interferência” associa a violência contra o pobre pelo aparato do Estado.

A convidada fala sob a necessidade de avaliar a atuação das prefeituras. Verificar como as prefeituras estão agindo não apenas no combate a pobreza, mas também em relação às políticas de inclusão social. Inserção, ressocialização, do direito, da discriminação. Deve-se repensar o problema de forma mais ampla.

O quadro “Tele-Visão” é apresentado através das falas de Eugenio Bucci e Soninha sobre a questão do preconceito social e da discriminação pelo consumo. O tema da violência é tratado pela quarta vez, agora sob a perspectiva da distorção causada na subjetividade do indivíduo, pela valorização social do consumo em detrimento do indivíduo.

Eugenio Bucci: (EB) – Presidente da radiobrás – “Falar em preconceito social é importante”.

Soninha (S): “É possível que o preconceito de classe seja o mais universal de todos.”

EB: “É difícil classificar, é difícil explicar exatamente o que é o preconceito social.”

S: “Uns tem contra os outros independentemente da nacionalidade, da etnia, de ser homem, mulher, jovem ou velho.”

EB: “É preconceito contra pobre, contra quem não tem acesso aos bens de consumo.”

S: “Eu sou super defensora de que riqueza, prosperidade material, não é necessariamente sinônimo de felicidade.”

EB: “E aí, é um retrato do tempo que a gente vive. O acesso à mercadoria passa a ser o acesso à visibilidade.”

S : “Mas daí, a criar esta visão bonita dos pobres, sabe, tão esforçados, que sabe-se lá porque estão nesta condição, né? São super esforçados, trabalham para caramba, de sol a sol.”

EB: “É uma coisa cruel.”

S: “Tem este preconceito que não é negativo, sabe – tipo pobre vagabundo, não, o pobre é esforçado, mas condenado à pobreza.”

EB: “Se o sujeito não tem aquele par de tênis, ele não é ninguém. Se ele não tem aquele seguro saúde, com aquele hospital bonito, ele não é ninguém.”

S : “Como se nós que não somos exatamente pobres, não pudéssemos fazer nada a respeito.”

EB : “Isso cria uma distorção violenta na subjetividade.”

S: “Como se os pobres pertencessem a um mundo separado, que não é consequência do nosso. Que não tem nenhuma relação com a nossa riqueza, com a nossa fartura.”

EB: “Isso quer dizer que toda forma de violência que tem a ver com desejo busca suprir pela violência, acesso a bens de consumo. Não necessidade. O tênis de marca sofisticada e cara não preenche uma necessidade, atende a um desejo. Aquilo é uma logo marca no pé de um cidadão.”

S: “É isso, como se escassez e fartura fossem duas coisas separadas e não interdependentes como tudo mais neste mundo.”

Após o quadro, o convidado retoma sua fala e discorre sobre importância do Outro ser ouvido sobre sua causa. “Mas há uma complexidade social nas ocupações que faz com que os sem tetos devam ser ouvidos.”

A vigésima segunda “interferência” dá voz aos sem teto. Duas mulheres representantes dos sem teto discorrem sobre sua causa. A primeira fala da diferença de tratamento atribuído pela polícia à ocupação de áreas na periferia, onde não há repressão policial e nas áreas centrais, onde há. Em seguida, a segunda mulher fala de seu

movimento sobre uma perspectiva política e de luta no combate a injustiça social. “A gente não espera muita coisa, do governo, dos políticos, como está organizada hoje a sociedade. Mas o que a gente acredita é que as coisas possam ser diferentes, construindo outra forma de poder, que aí não é os políticos, aí somos nós – que é poder popular. Que é as pessoas terem poder de exigir as coisas, intervir diretamente no processo de decisão do rumo da sua vida, da sua vila, da sua cidade. A gente está aqui na ocupação Chico Mendes, que é um acampamento de mais ou menos mil famílias, mil e cem famílias, que ocuparam esta área que estava vazia há 25 anos, dia 30 de setembro, para reivindicar moradia popular. É a expressão de um sonho mesmo que as pessoas têm de conseguir coisas boas para si. Agora, enquanto tiver terra vazia, que não serve para nada, e a gente não puder dormir, quando vem chuva, com medo de amanhecer com o barraco em cima da cabeça dos nossos filhos, a gente vai ocupar estas terras. Tudo que é feito, é feito pelas pessoas, decidido pelas pessoas, e elas levam a cabo aquilo que elas decidiram, aquilo que elas estão ajudando a construir. Isso para a gente é dignidade. Mais do que casa só.”

A convidada fecha o tema da violência policial falando da impunidade como questão central. Fala das chacinas contra crianças e adolescentes no Rio de Janeiro.

A vigésima terceira “interferência” é a única que tem um fundo musical melodramático que sugere a vitimização de quem fala. Moradores da favela relatam a violência dentro da favela, como vítimas. Fazem observações sobre a diferença entre o centro e a favela. Passa novamente o quadro do corcovado com o som de tiros. Pessoas falam do preconceito que as pessoas têm em relação aos pobres. Elas dão exemplos de comportamentos discriminatórios de pessoas que trocam de calçada ao vê-las, pessoas que escondem objetos. Há, no entanto, a conclusão de que nada pode ser feito a respeito, o que corrobora a situação de vitimização expressa no discurso e na música do vídeo.

A convidada dá prosseguimento à sua fala sobre a definição, a partir da perspectiva da sua classe social, de quem é o pobre. “Pobre é aquele que a gente não vê, é aquele que a gente vê quando esbarra nele, ele tá no meio da rua, ele incomoda, ele bate no vidro do carro. Quer dizer, sempre que ele surge, que ele aparece, ele só se torna um incômodo quando ele aparece e incomoda, e a tendência é criminalizar, dizendo: o que ele está fazendo ali? - e tem a coisa da ação da polícia, ninguém procura a polícia quando tem um problema por causa da situação de vulnerabilidade.”

A vigésima quarta interferência exhibe depoimentos de pessoas que foram agredidas por policiais. Depoimento de um pai que levou um tiro por tentar defender o filho que estava apanhando da polícia.

A convidada retoma o tema da violência policial e fala do retrocesso que estamos vivendo pela ausência de políticas de segurança pública e pelos níveis de exclusão social.

A vigésima quinta “interferência” traz os dizeres: “Nos últimos dez anos, 6.672 pessoas foram mortas em ações da polícia militar no estado de São Paulo”.

O convidado retoma a palavra e afirma que: “O que há no Brasil é um crime contra a humanidade. E ele é impetrado pela elite, sancionado pelo Estado e executado pela polícia. É isso que acontece no Brasil. Então, o policial, no que tange ao pobre, no que tange ao morador da comunidade carente, no que tange ao negro, no que tange ao dispossuído, a criança abandonada, o policial é o algoz, então é uma coisa assustadora. Você não poder falar de justiça, porque os símbolos que deveriam significar justiça amedrontam.”

A vigésima sexta “interferência” exhibe cena dramática de uma senhora que chora pela falta de justiça, pelo desaparecimento do seu filho. É apresentada em seguida a continuação do depoimento do pai que levou o tiro do policial e o depoimento de uma mulher dizendo que “a sorte do rapaz é que foi de dia” são exemplos de arbitrariedades e ilegalidades cometidas por policiais.

Convidado sintetiza a cena com a sua fala: “É uma das situações mais graves que uma sociedade pode viver quando o organismo de segurança social, o organismo que deveria estar aí para garantir o cumprimento e o respeito da lei, e principalmente o respeito ao indivíduo, ao ser humano, se torna o seu principal algoz, é o que mais o desrespeita. Então, a farda, deveria significar segurança e agora inspira medo. Então você percebe, é uma situação de pânico social.”

A vigésima sétima “interferência” mostra a continuação dos depoimentos sobre violência policial.

Convidado continua concluindo: “O pobre está à mercê da própria sorte. Ele está sob suspeição sob o simples fato de ser pobre.” Esta frase sintetiza a idéia do estigma sobre o pobre. O fato de ser pobre é um desvalor em si.

A vigésima oitava e última “interferência” exhibe o restante do depoimento da sem terra do acampamento Chico Mendes. “Não dá para fazer escola e não poder estudar, e fazer casa para os outros e não ter onde morar, e plantar, plantar e não ter o que comer. Esta estrutura do jeito que está não serve para a gente, e a gente vai brigar para mudar ela. Custe o que custar, que a gente sabe que não vai ser barato.” Em seguida são mostradas cenas de periferia urbana.

A entrevistadora agradece aos convidados e abre espaço para eles darem seu recado. Ambos parabenizam a iniciativa do programa e ressaltam a importância da luta por direitos. Apresentadora fecha o programa e é exibida propaganda sobre violência contra a mulher – Campanha bem querer mulher e propaganda Avape – inclusão social de deficientes físicos.

Após as propagandas e sem que houvesse sido feita chamada anterior são apresentados vídeos enviados ao programa na íntegra. Os vídeos escolhidos para integrar os temas da pobreza foram três. No total, incluindo os vídeos das “interferências”, foram exibidos 10 vídeos produzidos pela sociedade civil. Foram exibidas 28 “interferências” no programa.

1) Quem sabe faz a hora

Realização: ECOM – Ecologia e Comunicação Instituto Ecoar para cidadania.

www.meioambiente.org.br

Depoimento de jovens que moram na periferia sobre tratamento discriminatório que as pessoas do centro atribuem a eles. “Isso causa raiva.”. “Não há perspectiva por causa da discriminação”. “Para o pessoal de lá, isso aqui é o lixo do lixo”. “Pouca gente com muito e muita gente com nada”. “O que causa violência é panela vazia, mano. Na casa dele não falta um prato de comida. O moleque nunca ter visto um livro na vida dele com 20 anos de idade. O que causa violência é o meu irmão com 14 anos de idade não saber escrever direito. Isso causa revolta. Não tem educação, não tem saúde, não tem nada. É foda porque não tem sonho, você não tem perspectiva, você não consegue chegar a lugar nenhum.”

“Acho que aqui é um país democrático, mas a democracia é entre aspas também, tem democracia para os poderosos, mas para nós não tem democracia não.”. “Não dá estrutura para o moleque estudar, não dá estrutura para o moleque se formar, e o moleque quer ter as coisas. O sonho do consumo faz o moleque se decepcionar com a vida e virar “pé de pato”. O sonho faz tudo isso. O sonho que a televisão fica o dia inteiro plantando na mente do moleque, a ilusão, a ilusão, a ilusão.”. “Seis hora da tarde, você coloca em certas emissoras, os cara mesmo está dando sequencia à violência. A mídia é o seguinte, ela te perturba por vários lados.”. “Tem que ter cabeça para não ir na dela. Como você pode perguntar para uma criança de 6 anos o que ela quer ser quando crescer? Que referência ela tem? Dão para o moleque rancor e quer cobrar amor.” Neste momento o refrão musical é repetido: “Viva, viva, viva o povo da periferia.” “O tempo todo o sistema, os playboy, a mídia. Nós tem que fazer a nossa cara mano. Parar de chorar e falar é nós por nós. Vamos lutar por nós mesmo e fazer a nossa cara. Eles vão vir aqui e não vão ver coitados, vão ver guerreiros. O caminho mano, é você descobrir você mesmo. Se auto valorizar, primeiro ajudar você, sua família, seus vizinhos e depois o bairro. O caminho é esse, minha força vem daí. Tentar mudar, eu quero mudar isso aqui. Eu quero que um dia o moleque acorde aqui de manhã e esteja um pouco melhor. Menos violência, menos crime, menos droga. E a gente tem que fazer a estrutura para os moleques, e a estrutura é a literatura. O único caminho da revolução é a literatura. Porque há dois caminhos, a arte ou o terror. E a gente está tentando pela arte. E vamos tentar pela arte até o final. Quem quiser fazer o terror faz, nós estamos tentando pela arte. **A gente tem que lutar para melhorar a comunidade, e muda, mudou a sua vida, mudou a minha, e quantas vida mais pode ser mudada?** Através da escrita, através da literatura, e o negócio é uma fabrica de esperança, vai pegando gente, vai produzindo esperança, produzindo, produzindo, tá ligado, e por isso que a gente acredita num DASU, acredita nos mano que cola com nós, e acredita que a revolução vai vim memo, através do hiphop, através da ideologia.”

Os depoimentos são dados na favela, com os depoentes em primeiro plano e a favela em segundo plano. Há cenas do espaço de atuação cultural deles. Uma sala denominada cultura de periferia. Durante a fala de um deles, percebe-se que o vídeo esta sendo filmado por alguém da comunidade quando o depoente conversa com o entrevistador inserindo-o como parte daquela realidade (grifos no texto).

Este vídeo aborda as diferentes temáticas que foram tratadas ao longo do programa sobre pobreza e tenta desarticular o discurso da violência através da arte. Contudo, coloca a

violência como uma alternativa passível de ser utilizada pelas pessoas que vivem na miséria. A discriminação sofrida pelas pessoas da periferia é repudiada e valoriza-se a cultura. O consumo e a mídia também são apresentados como elementos que instigam a violência, seja pela valorização do consumo de forma exagerada, seja pela reprodução da violência em busca de índices de audiência.

2) A jogada.

Realização: filmagens periféricas; Arroz, feijão, cinema e vídeo.

arrozfeijaoacinemaevideo@yahoo.com.br

Visão do amanhecer da zona leste. A música tem uma função narrativa. Ela narra a riqueza dos talentos da periferia, em que há cineastas, artistas e atores. A mensagem final ressalta que a zona leste e suas riquezas não devem ser esquecidas. Não há associação entre pobreza e violência. A riqueza cultural é o tema desenvolvido.

Em seguida é exibida a propaganda contra agressão física contra a mulher - Campanha brasileira do laço branco.

3) OMC: Resistir e preciso

Realização: Instituto Equit

www.equit.org.br

Vídeo didático sobre o que é a OMC (Organização Mundial do Comercio). Condena os interesses das grandes corporações que são exercidos em detrimento das pessoas e dos países pobres. Ressalta a assimetria de poder entre os países membros da OMC. A atuação da OMC somente aprofunda a desigualdade entre os países, as empresas transnacionais pautam o modelo de desenvolvimento das nações e impedem que ele seja

sustentável. Mostra que há resistência de movimentos sociais à atuação da OMC, com passeatas, protestos. A mensagem final é “Precisamos parar a agenda da OMC.”.

Este vídeo mostra o problema da pobreza a partir de sua perspectiva do modelo de desenvolvimento dos países e desloca o problema da desigualdade como geradora de pobreza para o plano internacional. Não há associação da pobreza com a violência.

4. Programa Direitos de Resposta: Direito à Segurança Pública

Seguindo o mesmo padrão dos programas anteriores, os convidados são apresentados individualmente. O primeiro convidado é Davidd Tangerino, advogado e mestre em criminologia, integrante do Ilanud.

A pergunta que abre o programa é: O Brasil é um país mais ou menos violento, por ser uma democracia?

O convidado responde em tom didático, afirmando que países democráticos são mais violentos que países totalitários. “Onde há maior liberdade, também há maior liberdade delinquir”. Mas os índices de violência no Brasil estão longe de serem aceitáveis independentemente do regime político.

A segunda convidada é Valdênia Aparecida Paulino, advogada e defensora de direitos humanos. Seu tema é o combate à corrupção policial. Em virtude de sua atuação na denúncia de policiais, ela foi ameaçada de morte.

A entrevistadora dirige à convidada uma pergunta de cunho pessoal, que versa sobre a veracidade das ameaças de morte. A convidada confirma a informação e diz que “a ameaça vem quando se denunciam autoridades”. Ela denunciou policiais da Rota, que atuavam no Jardim Elba, periferia de São Paulo. Em função das ameaças, em 2003 ela teve que entrar no programa de proteção aos defensores de direitos humanos.

A primeira “interferência” do programa exhibe um vídeo em que é praticada violência policial. Há a repetição de cena em que o policial diz ter dado um chute no possível suspeito e reproduz o movimento do chute.

A convidada continua sua fala esclarecendo o que é o programa de proteção aos defensores de direitos humanos. “Foi criado neste governo federal. Para que os defensores não se calem.” Consiste em andar com uma escolta da polícia federal.

A entrevistadora ressalta o lado ruim de andar com escolta e introduz a problemática diferença ao acesso a segurança. “Há pessoas que podem pagar por esta segurança, por não haver um aparato adequado do estado. É correto?”

O convidado diz que “a violência não atinge democraticamente a todos. A população mais excluída é a empobrecida, que mora em regiões mais periféricas, e está mais sujeita à violência.”. A pobreza é associada à violência ressaltando a maior da vulnerabilidade do pobre, como vítima e não como agente.

A segunda “interferência” dá continuidade a exibição do vídeo em que é mostrada a violência policial. Neste trecho, um rapaz critica a postura dos policiais de deixar o indivíduo suspeito exposto na rua e empurrado contra a parede. A humilhação e vulnerabilidade do indivíduo, pobre, negro e jovem é ilustrada com esta cena.

O convidado prossegue dizendo que “O que parece ser democrático é a sensação de violência. O jovem negro, da periferia é o alvo preferencial para um homicídio hoje. Qualquer estatística confirma isso.” “Entretanto, o jovem rico também se sente muito exposto à violência, só que ele tem recursos para se blindar. Me parece que o efeito da blindagem é muito negativo. Porque ele aparentemente isola o cidadão. Ele se prende. E o que passa despercebido aí é que nós esvaziamos os espaços públicos.” São ressaltadas as consequências da violência: o pobre é mais vulnerável, mas o rico perde sua liberdade de agir por ter que se blindar, e há o esvaziamento do espaço público. Em outras palavras, todos perdem com a violência.

A terceira “interferência” finaliza a exibição do vídeo anteriormente exibido. O indivíduo suspeito que foi exposto pela polícia, é finalmente levado pelos guardas, e o local se esvazia.

O convidado continua a desenvolver sua fala sobre esvaziamento dos espaços públicos e insere a falta de perspectiva de reversão do quadro de violência. “As pessoas hoje evitam ocupar as ruas, praças, o espaço público fisicamente considerado. E num segundo momento também abandonam o espaço público abstratamente considerado: o

debate público, a participação em entidades comunitárias, o espaço político. A somatória disso é um engessamento social, um apartheid social velado. Então de um lado você tem os condomínios e os shoppings, e de outro lado a região pauperizada da cidade. Esta sociedade não é harmônica. Então não adianta você aumentar a polícia, aumentar a pena, porque você não vai conseguir reverter uma situação de violência que já está institucionalizada.” Nesta fala é estabelecida uma relação de causalidade direta entre pobreza, desigualdade de renda e violência.

A quarta “interferência” mostra um depoimento de membro da Anistia Internacional. Ele diz que a população brasileira não apoia o conceito de tortura, embora muitos brasileiros apoiem. “Se as pessoas que falam que bandido bom é bandido morto, se elas conhecessem estas pessoas a opinião seria outra. É preciso informar as pessoas, e prover meios para que elas vivam sem medo.” Este vídeo insere outra perspectiva ao discurso que é a questão da tortura.

A convidada toma a palavra. “Estamos falando de uma segurança de polícia, mas a segurança é muito maior. Então porque os negros? **Porque nós saímos da senzala** sem todos os direitos à liberdade. Como é que eu vou ter liberdade se eu não tenho acesso à educação, se eu não tenho acesso a um emprego decente, se eu não tenho acesso ao lazer. O que eu a gente percebe, que é nas comunidades mais pobres, em que os outros serviços não chegam, a polícia, a criminalidade, como o tráfico de drogas que tem policiais envolvidos, porque todo o crime organizado, justamente o que tipifica o crime organizado é a participação do agente público. Então, aí exatamente que os maus policiais vêm e cometem seus abusos. E aí, óbvio, quem são os pobres neste país? **São os negros porque nós saímos das senzalas**, são as comunidades descendentes de famílias indígenas porque também não tiveram acesso aos recursos. Então passam realmente pelo acesso aos outros direitos. Novamente há uma associação direta entre a pobreza como causa e condição de vulnerabilidade à violência.

A quinta “interferência” é um videoclipe, um rap sobre a realidade do encarcerado. A música narra e pontua as imagens que são mostradas. Mulheres se arrumando para visitar os parceiros e familiares na prisão, e a solidão na prisão são temas tratados.

A entrevistadora insere nova pergunta: “A Rota na rua funciona?”

O convidado responde prontamente: “O Estado de São Paulo é a prova viva de que não funciona.”

Entrevistadora pergunta: “O que é que funciona?”

A convidada não responde o que funciona, mas justifica o fato da nossa polícia não funcionar em função da formação equivocada que lhe é dada: “A nossa polícia não funciona porque a polícia de prevenção é a polícia militar. E aí, o David pode explicar melhor que eu, **como estudioso**, qual é o papel da polícia militar num país, numa nação.”

O convidado, então, dá a explicação solicitada: “A PM é uma herança em São Paulo de quando nós éramos província e as províncias tinham exército.”

A sexta “interferência” ilustra a referência feita à polícia com cenas de tropas militares em preto e branco, localizadas no período da ditadura e pessoas comuns sendo presas sem aparente justificativa.

O convidado continua a desenvolver o tema sobre a formação da polícia militar; “O Brasil é o único país que eu tenho conhecimento que tem polícias formadas com uma mentalidade militar. Que cuida do inimigo, cuida do estrangeiro. É a polícia que cuida do cidadão. Então, nós temos este problema de nascença. Voltando para a rota: Como você vai fazer um policiamento preventivo, dentro de um carro em movimento, armado? Que cidadão vai querer interagir com aquele policial? Nenhum.”

A sétima “interferência” dá continuidade ao vídeo da anistia: “Existe em todas as partes do mundo este tipo de pensamento, de que se pode justificar medidas de segurança, em base de violação de direitos humanos, por causa deste medo que esta sendo criado. Seja por causa do crime, seja por causa do terrorismo.”

O convidado continua sua fala sobre a formação equivocada da polícia militar: “A gente ouve frases do tipo: Eu tenho mais medo da polícia que do bandido. Evidente, este modelo da rota repele o cidadão. E a polícia precisa do cidadão para fazer o seu papel. Um exemplo mais feliz é a polícia comunitária – que tenta buscar reverter este padrão, é implementada de maneira errática, mas tenta tirar o policial de dentro do camburão e ter uma posição mais próxima ao cidadão.”

A convidada fala sobre a atuação diferenciada dos policiais da Rota em áreas pobres ou ricas da cidade: “Outra questão: as denúncias que recebemos é que os policiais mais violentos são os da rota. Então, entra nas casas sem ordem judicial, a qualquer hora do dia e ou da madrugada, roubam as pessoas porque dizem que, como tem dinheiro em casa?”. “Essa relação tem que ser cortada. Mas o interessante é que a rota trabalha também em Pinheiros, no Morumbi, mas porque que a rota atua desta forma nos lugares periféricos?”

A oitava “intervenção” exibe trecho do mesmo vídeo que passou no programa sobre pobreza, em que são mostradas imagens das diferenças de renda entre os condomínios do Morumbi e a favela de onde fala o depoente. A utilização deste mesmo trecho do vídeo no programa sobre segurança pública simboliza a relação que se quer estabelecer entre pobreza e violência.

A convidada continua sua fala sobre a atuação da polícia: “Os policiais que tomam conta do pelotão nos bairros pobres e os delegados de polícia, quando vão trabalhar nestas regiões, os que são bons estão lá para subir de cargo, então, ficam pouco tempo, depois quando eles aprontam alguma coisa nos bairros ricos, como castigo eles vão trabalhar nos bairros pobres. Veja, se são os bairros pobres que tem os maiores problemas de violência, é para lá que deveriam ir os melhores policiais. A ordem está invertida e quem pode modificar essa ordem é realmente a população, denunciando os policiais, e denunciando através das associações, para ganhar força e não marcar ninguém individualmente.”

Uma primeira chamada do quadro “Tele-Visão” é realizada no intuito de introduzir um contraponto sobre violência policial. Soninha diz: “Imagina a situação do bom policial!”.

A propagandas pela igualdade de oportunidades para deficientes físicos e pela denúncia contra a violência contra a mulher, do Instituto Patrícia Galvão, são exibidas e volta-se ao quadro “Tele-Visão”. Compõe o quadro a Soninha e o procurador da República responsável pela ação contra os programas da Rede Tv!, Sergio Suiama.

Soninha (S): imagina a situação do bom policial

Sergio Suiama (S.S): “Eu acho que a maioria dos policiais são pessoas honestas, são pessoas trabalhadoras, e são pessoas que de fato não violam os direitos da pessoa, não torturam e não matam.”

S: “As pessoas desconfiam dele pelo simples fato dele ser policial.”

S. S: “Agora, nós temos maus policiais de um lado, que eu acho que devem ser punidos, e eu acho, que mais problemático que estes maus policiais é a má cúpula das secretarias de segurança pública no Brasil.”

S: “Porque você vê os comandos, os comandantes muitas vezes justificando os erros absurdos dos seus policiais.”

S. S: “É comum a gente ver depois ali de uma chacina, de um extermínio, ou de um excesso, um arbítrio policial, aparecer o secretário de segurança pública que deveria então dar o exemplo, mostrar que aquilo foi um ato errado, ele vem lá defendendo aquilo que foi feito.”

S: “Não é só que o cara foi mal preparado. Ele foi preparado para agir mal.”

S.S: “E foi o que aconteceu no Carandiru, quando 111 pessoas foram exterminadas pela polícia militar.”¹¹⁴

S: “Ele foi orientado para agir daquela maneira.”

S. S: “Aconteceu isso no episódio da castelinho, naquele episódio que houve um cerco a um ônibus de supostos integrantes de uma facção criminosa, que eles foram também totalmente dizimados.”

S: “Para muitas vezes exercer o papel ele mesmo de promotor, juiz, executor da sentença.”

S.S: “E este tipo de coisa, que é depois defendida pela secretaria de segurança pública como se fosse algo absolutamente normal.”

S: “É muitas vezes uma sentença de morte.”

¹¹⁴ Interessante notar que a opinião emitida pelo procurador não é a opinião oficial do Estado quanto ao episódio do Carandiru. Embora o Estado não tenha reconhecido a chacina e os mandantes tenham sido recentemente absolvidos pelo judiciário, a versão conhecida pela maioria dos brasileiros e internacionalmente, é a versão dos presos. O filme “Carandiru” trás esta versão e ressalta a consagração da liberdade de imprensa no Brasil.

O contraponto realizado pelo quadro Tele-Visão é importante, pois evita a generalização da atuação dos maus policiais. Este discurso visa, além de atentar para a injustiça das generalizações, mostrar aos bons policiais que coibir estas práticas também é importante para a manutenção da imagem da corporação.

A entrevistadora utiliza o quadro “Tele-visão” para inserir a questão no debate com os convidados: “E os bons policiais? Como ficam nesta história?”¹¹⁵

O convidado fala da injustiça das generalizações. Mas ressalta que: “O que tem que atentar é porque temos casos de abuso policial em regiões periféricas e não nos Jardins. A lógica de que trabalhar na periferia é um castigo e que trabalhar nos jardins é uma recompensa deve ser modificada.”

A entrevistadora, ativamente, indaga sobre a possível causa da atuação diferenciada da polícia em diferentes regiões da cidade: “Isso não acontece porque as pessoas da periferia não têm noção de seus direitos, acham que está certa a ação da polícia e as pessoas das áreas mais ricas tem, e denunciam abusos?”

A convidada, militante de direitos humanos em regiões periféricas, responde que: “As pessoas não acham que é certo, mas não sabem que tem um direito que assegura que não podem entrar na sua casa sem uma ordem judicial. Ou não conhecem espaços onde podem denunciar. Depois um terceiro elemento: as pessoas temem em denunciar com medo de represálias. Como já ouviram casos de alguém que denunciou, o policial continua na mesma região, praticando as mesmas arbitrariedades, por conta do corporativismo, porque a corregedoria não tem independência, então as pessoas se recuam.” A explicação tematiza a falta de conhecimento de direitos pela população e a situação de vulnerabilidade que impede que denúncias sejam feitas.

A nona “interferência” é um vídeo que exhibe a narração de uma cena de violência policial, acompanhada da montagem de imagens que ilustram a violência sofrida: “O coronel Vilocq veio lá, já babando, e me desfechou um cano de ferro na cabeça. Eu caí. Ai, coronhadas de fuzis, chutes, socos por toda parte. Depois, todo ensangüentado, fui

¹¹⁵ É importante ressaltar que embora tenha havido a preocupação com a não generalização dos maus atos dos policiais, não há nenhum depoimento de policial no programa.

arrastado por uma perna para dentro lá de um xadrez, uma cela grande e lá começou as torturas, os espancamentos. Não sei o tempo que demorou este massacre.”

A convidada fala da relação de interdependência entre o fim da impunidade e da regeneração da polícia: “Os bons policiais somente vão aparecer quando acabar a impunidade. Quando os maus policiais forem punidos, quando houver uma política séria de formação para os policiais, uma política inclusive salarial para que este policial se sinta valorizado. Esse é o trabalho que a gente vem, nossa entidade já ajudou o policial a fazer tratamento de dependência de droga porque se ele se declarasse, e pedisse ajuda na própria corporação, ele teria problemas na profissão. Isso são familiares de policiais que nos procuram pedindo ajuda. Então, na verdade existem bons policiais, é aqueles que acabam se envolvendo, se envolvem porque nós não temos uma política de segurança cidadã.” Esta fala é interessante porque acaba criando a mesma relação de causalidade entre a vulnerabilidade do bom policial frente a polícia corrupta, e a vulnerabilidade do pobre frente a situação de violência a que é submetido. Ambas relações contribuem para a articulação da interdependência entre os conceitos de pobreza e violência.

O convidado complementa a fala da convidada: “Eu queria comentar dois aspectos breves aqui, que é o seguinte. A primeira coisa que chama a atenção aqui é que os policiais que são recrutados hoje na polícia militar vêm dessas exatas regiões que exaspera a violência. São jovens, negros, pobres, que para voltar para a casa precisam guardar a farda na mochila e a mulher para secar a roupa coloca atrás da geladeira, porque não pode colocar no varal, porque senão eles podem ser executados, né? Então existe uma separação, o discurso rota na rua, este discurso nojento do cidadão de bem versus o cidadão de mal, cria uma cisão social que quando o policial negro, jovem e pobre veste uma farda, ele acha que ele é o super man. E ele vai matar pessoas iguaisinhas a ele. Dentro da comunidade de onde ele veio. O que é uma loucura.”

A décima “interferência” exhibe a continuação do vídeo da anistia: “realmente tem que se repensar como se pode se fazer um policiamento para trabalhar para estas comunidades e não contra estas comunidades.”.

A convidada atenta para a necessidade de alterar a relação entre a sociedade e a polícia. “Nós precisamos mudar este paradigma da relação comunidade polícia. É um dos

trabalhos que nós temos feito, é justamente valorizando os direitos já conquistados, incentivando as pessoas a denunciarem, procurando participar dos conselhos, trazendo inclusive policiais do corpo de bombeiro para dar formação nos centros comunitários que é uma outra relação. E até esta imagem vai ajudando a mudar a visão do mau policial. Porque é isso, nós temos muitos policiais bons que merecem ser valorizados e precisam realmente de um contato mais direto. Foi a forma que encontramos de aproximar a polícia militar da população, sobretudo de favela. Isso nasceu inclusive depois de uma política errônea do governo do estado com a secretaria de segurança pública, que são as chamadas operações saturações. A polícia militar ocupa regiões que eles consideram perigosas por 40 dias. Ali tem todos os tipos de polícia, rota. Ali cerca o bairro e fica em estado de sítio. Ali acontece de tudo, inclusive as arbitrariedades. Os policiais entram nas casas, levam documentos, rasgam documentos, porque diz que bandido também tem documentos. E isso causou um tal caos na comunidade de Sapopemba que a nova secretaria teve que rever. Então uma das novas políticas de reaproximação foi justamente essa, de colocar o corpo de bombeiros à disposição. Mas o que a gente quer discutir é que a população quer a polícia, inclusive ela chama o serviço da polícia, o que a população quer é uma polícia séria, competente, cidadã, e não uma polícia por 40 dias, mas todos os dias do ano.”

A entrevistadora insere a questão: a televisão ajuda esse trabalho, ela estimula que as pessoas confiem na polícia ou temam a polícia?

Convidado responde: “Acho que qualquer generalização é injusta, mas o papel da mídia em geral é atrapalhar. Porque no mais das vezes ela dá palco para o bandido, porque violência vende.”.

A décima primeira “interferência” exibição da continuação do vídeo da Anistia que ilustra a atuação danosa da mídia no combate a violência. “Um caso muito emblemático que a gente teve em Sapopemba de um casal que foi preso pela polícia civil, acusados de serem seqüestradores, e a mulher e o marido foram mostrados em toda a televisão nacional, nestes programas mais sensacionalistas, como acusados de serem seqüestradores, eles depois foram espancados, torturados, abusados de várias formas e depois foram soltos. Só que a televisão não voltou para filmar e contar este lado da história.”

Convidado fornece dados sobre a veiculação de violência pela mídia e critica o a falta de consciência do papel criminoso que ela exerce na sociedade¹¹⁶: “Lá no Ilanud nós fizemos um estudo do quanto foi veiculado de violência em uma semana. E é assustador. Não só pela quantidade de violência a que o espectador está exposto, mas a escolha de quê violência. Então, por exemplo, o sequestro que a época estava dando notícia, era exposto 600 vezes mais na mídia em relação ao que acontecia de verdade. Evidentemente que tava todo mundo com medo de ser sequestrado. Porque o poder da mídia, a pessoa não tem como conhecer toda a realidade, a mediação da realidade também é via mídia. Bom, se todos os noticiários estão ocupados com sequestros, logo eu posso ser sequestrado a qualquer momento. Acho que caberia a mídia rever seu papel criminoso, inclusive. Para pegar um exemplo lá atrás, o arrastão. Aquilo pegou tantos noticiários que nós tivemos um arrastão na Teodoro Sampaio depois.”

A décima segunda “interferência” é exibida repetição de trecho do vídeo do suspeito sendo preso pela polícia. Segue-se a exibição da propaganda de conscientização sobre não discriminação de deficientes.

O quadro “mudando de canal” é apresentado. Este quadro consiste em perguntar aos pedestres a seguinte questão: “o que faz você mudar de canal?” As respostas são curtas e conferem dinamicidade ao quadro: comerciais, programa porcaria, falar da vida dos outros, estas foram algumas das respostas. Novamente, o quadro é utilizado para direcionar a pergunta aos convidados.

O convidado responde: “Programas religiosos e qualquer coisa que cheire a manipulação, sensacionalismo. O que me diverte é programa de humor, filme de sessão da tarde.” A convidada responde que são os filmes que veiculam violência.

Entrevistadora insere nova pergunta: “Vocês acreditam na cultura da paz?” A convidada responde afirmativamente, mas após sua fala o tema não é novamente desenvolvido.

¹¹⁶ O filme “Cidade de Deus” pode ser lembrado no que se refere a esta temática. Os recursos documentais utilizados pelo filme (os atores-moradores da comunidade, a apropriação da linguagem e gestos dos moradores etc.) imprimiram um teor de verossimilhança à representação da violência naquela comunidade, que a população reagiu contra os moradores, rompendo relações afetivas e empregatícias.

A décima terceira “interferência” é a continuação do videoclipe do encarcerado. Mostra-se a realidade familiar de quem está encarcerado.

Entrevistadora insere nova pergunta: “Vocês têm conhecimento de algum lugar do mundo onde hoje o índice de violência seja quase zero?”

Convidado fornece dados estatísticos: “Bom quase zero não. Mas Londres tem um índice de 1 homicídio para cada 100mil habitantes ano, no Brasil está na casa dos 40.”

O fornecimento do dado gera uma crítica por parte da convidada; “Agora é isso que eu digo, a gente precisa ficar atento com esta história de dados, porque, por exemplo, nós sabemos que a violência, o homicídio, a vida é o bem maior, logo o homicídio é o crime mais bárbaro. Mas veja bem. Se eu tivesse que comparar, é um país de primeiro mundo, porque nós somos considerados de terceiro mundo, então para ser um país de primeiro mundo que ainda mata como matou o brasileiro simplesmente pela característica de ser de um país pobre, isso já demonstra que tem um alto índice de violência. Depois, ele está junto, seus governantes estão juntos com o Bush, os americanos, promovendo uma política de guerra.”

A décima quarta “interferência” é um vídeo com entrevista realizada com pedestres sobre o incidente em Londres. São emitidas opiniões diversas: erro inconcebível; deve-se considerar a situação de terror em que o país se encontrava; deve haver uma lei muito severa que puna isso; deve-se atentar para o fato de que isso acontece no nosso país também. As opiniões foram dadas por pessoas de diferentes idades, gêneros e raças.

Entrevistadora introduz novo tema, em tom afirmativo: “A violência está diretamente relacionada à educação.” Convidada responde: “A educação, o trabalho, as condições de sobrevivência. O que é hoje a garotada, a juventude que acaba entrando no narcotráfico, falta de trabalho. Falta de oportunidade, então é por isso que as políticas precisam vir juntas.”. Novamente é articulada a relação de causalidade entre pobreza e violência. Convidado complementa: “Falta de perspectiva. Nós quando tomamos qualquer decisão na vida, tomamos à luz de uma perspectiva, do que nós queremos, dos nossos sonhos. Quando você sabe que você não vai viver mais do que 25 anos, atirar fogo em um ônibus aos 13, como foi no Rio de Janeiro, passa a ser uma coisa tolerável, aceitável.”

A décima quinta “interferência” alterna a exibição do videoclipe e o vídeo da Anistia. Na continuação do videoclipe sobre o bandido encarcerado, é exibida cena em que o bandido mata a sangue frio por causa do dinheiro. Também é mostrado o vídeo da Anistia. É realizado depoimento sobre a visita da delegacia de tóxicos de Belo Horizonte, em que as condições eram desumanas. Vídeo clipe é novamente exibido. Fala-se da realidade da prisão e familiares dos presos dão depoimentos. Vídeo anistia: “As condições da prisão refletem o que se quer criar para o futuro.”. Videoclipe: depoimento do preso dizendo querer voltar à vida normal. É mostrado o preso com sua família, com suas filhas. Sua mulher fala sobre a angústia e a alegria de ir visitá-lo na prisão.

Entrevistadora direciona nova pergunta: “Que vocês acham da diminuição da maioria penal?”. Convidado expressa ser absolutamente contrário. “Eu sou absolutamente contrário. Porque você está tentando resolver um problema com uma forma que já é sabidamente equivocada. Então te passam o diagnóstico de que o sistema está falido e a gente quer aumentar o número de pessoas que vão entrar naquele sistema, mais do mesmo. Em segundo lugar porque eu acho que os jovens merecem especial atenção porque têm uma capacidade de ser influenciados. Eles ainda têm uma chance, eles estão abertos, eles não estão formados, o ser humano é extremamente mutável e o jovem então, e como ele tem um instinto de vida muito grande ainda, este instinto, essa libido pode ser melhor aproveitado. Em terceiro lugar, existe um argumento prático, o ECA é a legislação mais bela do ordenamento jurídico brasileiro. Se tudo que estivesse ali fosse implementado, nós teríamos um programa de atendimento à criança e ao adolescente sueco. Então, ao invés de jogar esta molecada no sistema penitenciário, vamos aplicar o que a gente já tem primeiro.”

A convidada concorda com a opinião e acrescenta: “Já está provado que a reclusão por si só não recupera ninguém. E veja, nós somos 150 milhões de pessoas no país, em uma sociedade que valoriza você pelo que você veste e pelos bens materiais que você tem, em todo o Brasil nós não temos 50 mil jovens autores de ato infracional grave que mereçam estar internados. Veja, isso, nós estamos falando de 50 mil, nós estamos falando de uma população de 150 milhões, muita gente. Se 10 % dos jovens dissessem para esta sociedade hipócrita, que valoriza as pessoas pelo que tem e não pelo que eles são, e dissessem legal, agora nós queremos mesmo, nós queremos esta calça nova que passa na televisão. Aí a sociedade ia ver o que é violência. Os nossos jovens, perto desta provocação

comercial que existe, são tranquilos. Aí as pessoas falam: mas o estatuto passa a mão na cabeça. Abram o estatuto e me digam onde está lá escrito que um jovem pode ir pelo menos uma vez ao mês no playcenter? Tomar um milkshake uma vez por semana? Não existe. O que o estatuto diz é: o jovem tem que ir a escola. Isso é um direito, mas também é um dever. Ele tem que ir a escola. Aí, se nós tivéssemos uma escola não com 50 alunos na sala e não com o professor tendo que fazer 3 períodos, mas com uma sala com 20 e no máximo 30 alunos, e com um professor com tempo para dar aulas, nós não colocaríamos esta discussão da violência juvenil em pauta.

A décima sexta “interferência” exhibe o depoimento de pedestre falado da delinquência juvenil e a associando a falta de educação.

Entrevistadora direciona nova pergunta: “Vocês acham que esta história do referendo, em relação ao cidadão poder ter uma arma em casa, é uma alternativa coadjuvante na questão da segurança pública?”

Convidado questiona o fato da segurança pública não ser tratada como uma questão técnica: “Eu era um franco apoiador do sim, perdi de lavada. Acredito que esta questão não deveria nunca ter sido submetida a referendo. Porque não submete a taxa Selic a referendo? Porque é uma questão técnica decidida em gabinete. Pois bem, a segurança pública tem que parar de ser moeda de eleição de governador, senador e deputado, e passar a ser encarada como uma questão técnica. 50% dos homicídios em São Paulo se dão entre pessoas que se conheciam previamente, por motivos fúteis. Nós estamos falando de uma situação trivial, uma briga em um boteco, que porque existia uma arma de fogo ali foi potencializada e transformada em homicídio. É um índice altíssimo.”

A décima sétima interferência dá continuidade à exibição do videoclipe. Encarcerado diz que espera arrumar um trampo e sair da vida do crime. A cena termina com ele sendo trancado pelo carcerário na cela.

Convidada fala sobre a possibilidade de criação de lei por iniciativa popular: “Se nós queremos fazer uma lei para mudar alguma coisa ou para ter outros direitos, nós temos a iniciativa popular, que nós precisamos de 1% dos votos de todos os eleitores. E a população precisa conhecer este direito. Nós não precisamos de um deputado para poder

criar uma lei. Precisamos dele, mas como população, pela a iniciativa popular, se nós juntamos um milhão de assinaturas, nós escrevemos uma lei e podemos levar para o congresso, com muita chance de passar, pois nós temos garantido o número de votantes. Outro recurso era o referendo, que não deu tempo também das pessoas saberem o que era o referendo mesmo. Isso que você falou de educação antes. Educação é isso, é informar as pessoas. O referendo é isso, é consultar as pessoas de uma lei que já existe para ver se ela vai acontecer na prática. Por conta de uma falta de acesso à informação, houve uma manipulação das pessoas para esta eleição. E veja, o povo é pacífico no sentido de que as pessoas querem a segurança. Foi o recado para o governo de qualquer forma. As pessoas se sentem inseguras. A questão é que elas não conseguiram perceber que se cada uma cuidar da sua própria segurança nós tiramos a responsabilidade do estado. Que isso é muito perigoso. Quem bancou a campanha: quem tinha fabricas de armas. Hoje nós falamos dos policiais. Eles morrem no bico, não fazendo acerto nas bocas. Isso mostra a privatização da segurança. Então não tem segurança, eu contrato um policial no horário que ele não está em serviço. É um risco. Nós deveríamos ir à rua e dizer: falta policial aqui, nós queremos policiais fardados e bem equipados. O ruim de não ter ganhado é que nós estamos incentivando a privatização da segurança pública. Só quem tem dinheiro como os ricos, que paga vigia para ficar na esquina, que blindo o carro, para entrar na casa tem não sei quantos portões. E a população mesmo? Segurança, saúde e educação não podemos deixar privatizar. Essa foi uma conquista. É a principal conquista do Estado democrático de direito.”

Propaganda do Mistério da cultura - Por um mundo sem trabalho infantil.

O quadro “História da Tv” introduz a pergunta aos pedestres: O que mais te emocionou na televisão até hoje? Novamente, diversas pessoas respondem e a pergunta é reencaminhada pela entrevistadora aos convidados. A resposta dos dois é a mesma e se refere à reportagem das crianças que trabalhavam nas minas de carvão.

A apresentadora encerra o programa agradecendo e pedindo aos convidados que deixem seu recado.

O convidado termina dizendo que o recado dele “É o recado deste programa: segurança pública é um direito, um direito que vem sendo violentado, mas que depende da

participação ativa de todos. Recomendaria às pessoas conhecerem seus direitos, conhecerem os seus órgãos. Para quem tiver buscando dados a instituição que eu represento, o Ilanud, está de portas abertas.”

A convidada segue na mesma linha: “Segurança pública é um direito. Se na sua comunidade tem problemas de violência, seja policial ou não, se organizem porque o povo junto tem uma força incrível e é capaz de mudar qualquer situação. Sua fala é interrompida pela décima oitava e última “interferência” em que é mostrado o fim do vídeo clipe do encarcerado. O tom é de arrependimento, e é simbolizado pela cabeça baixa do cantor ao final do clipe.

A convidada tem sua fala restabelecida e conclui dizendo que “Nós temos o serviço para denúncias, que serve tanto para denúncias como para elogios aos policiais, que é a ouvidoria de polícia, que não é da polícia, essa organização foi criada pelo movimento de direitos humanos justamente para monitorar as corregedorias, e o tel, a ligação é gratuita, 0800177070, e as pessoas podem ligar para fazer denúncias e não precisam se identificar, isso é muito importante estimular. Outra dica: para entrar na sua casa só se estiver perseguindo alguém, ou estar tendo um incêndio, ou com ordem judicial. Com ordem judicial, só durante o dia. Se fizer o contrario denuncie. Procure uma igreja ou uma organização social, porque ir sozinha a pessoa pode ter medo. Mas denuncie. Porque só denunciando os maus policiais nós vamos valorizar os bons, e nós teremos mais tranquilidade em andar nas ruas e os nossos jovens terão mais chances de não entrar na criminalidade.”

O quadro “Tele-Visão” interrompe a fala da convidada e conclui o discurso do programa sobre violência policial.

S: “E as pessoas precisam perceber que violência policial não resolve o problema. Porque uma parte da sociedade acha que está certo. Que o policial tem que ser violento”.

S.S: “Mais uma vez eu acho importante dizer que a gente não está defendendo a impunidade de criminosos.”

S: “Elas não percebem que isso não só não reduz a violência como aumenta.”

S.S: “A gente não está defendendo que a pessoa ali que assaltou, que estuprou ou que matou fique impune, mas o que nós estamos exigindo é que haja exclusivamente o cumprimento da lei.”

S: “Mas agora tapa na cara na está na lei.”

A entrevistadora agradece aos convidados, faz propaganda do sítio eletrônico do programa e se despede. Em seguida é veiculado um único vídeo na íntegra. Neste programa foram passados apenas seis vídeos de entidades civis, contando com o vídeo exibido na íntegra.

1) Vídeo Rappa. Mostra os pobres como vítimas da violência. Eles estão à mercê dos bandidos e dos ricos. As cenas do vídeo mostram um homem pobre que está indo trabalhar e é pego por bandidos que fazem a sua casa de cativo. Após a descoberta da polícia, o homem pobre fica com medo, dos bandidos, da polícia, e do sequestrado que é um homem rico e pode denunciá-lo.

5. Conclusão – representação da pobreza e da violência: articulação ou desarticulação?

A realização de dois programas distintos para tratar da questão da pobreza e da violência já traz em si uma forma de desarticulação da relação de causalidade entre estes dois conceitos. Embora em ambos os programas haja exemplos de discursos que retomam a relação de interdependência entre estas temáticas, a pauta de discussão dos dois temas foi bastante variada.

O tema da pobreza foi desenvolvido a partir dos conceitos centrais de desigualdade de renda e exclusão social. Subtemas como políticas públicas específicas, crédito consignado, salário mínimo, remuneração adequada ao trabalhador, foram também trabalhados como necessários à concretização da distribuição de renda e erradicação da pobreza. No âmbito da exclusão social, tratou-se da questão do direito em contraste a filantropia e a vitimização.

O tema da violência apareceu em algumas oportunidades, prevalecendo a discussão sob a perspectiva da violência policial e da vulnerabilidade dos mais pobres. Ainda em

relação à violência, tratou-se da questão da valorização exacerbada do consumo que gera uma distorção na subjetividade do indivíduo, resultando em um ato de violência não por necessidade, mas por desejo.

Percebe-se a partir da diversidade de temáticas que o tema da pobreza foi trabalhado de forma ampla e permitiu que houvesse a manifestação de seguimentos distintos da sociedade. Estas manifestações, realizadas através da exibição de trechos de programas enviados pela sociedade civil, em alguns momentos serviram para desarticular o discurso da representação conjunta da pobreza e da violência, e em outros momentos não. Por este motivo, não é possível afirmar que a pluralidade de discursos é suficiente para desarticular esta relação. No entanto, a pluralidade de discursos possibilita que outras temáticas sejam eleitas como prioritárias. A escolha da direção do programa, que foi realizada em conjunto com várias entidades e com base nos vídeos recebidos, por inserir a discussão da pobreza dentro da perspectiva da desigualdade de renda e da exclusão social, deslocou a discussão sobre este tema, contribuindo para a desarticulação entre os conceitos de pobreza e violência.

No caso do programa sobre direito à segurança pública também houve uma diversidade grande de temáticas. O tema central, direito à segurança pública tratou predominantemente da questão da violência policial e da vulnerabilidade a que estão submetidos os mais pobres. Tangencialmente a este tema, falou-se da inaceitabilidade da tortura, da delinquência juvenil associada à falta de educação, da redução da maioridade penal, da privatização da segurança pública, da formação da polícia militar, da efetividade da atuação da Rota, do referendo à lei que proibia o porte de armas, da conscientização de direitos, da necessidade da população civil denunciar abusos e ao mesmo tempo se aproximar da polícia, e da superação da violência através de manifestações culturais.

Contudo, a relação de causa e efeito entre violência como resultado da pobreza, da falta de perspectiva, de educação, de reação à cultura do consumo, permeou metade do tempo do programa. A explicação simplista atribuída à configuração da violência como decorrência da ausência de recursos materiais foi adotada insistentemente, tanto pelos convidados, quanto pelos vídeos enviados pela população civil. Alguns vídeos não abordaram a questão da violência, mas somente da cultura.

Assim, concluí-se que embora o tema da pobreza tenha sido tratado de maneira desarticulada em relação ao tema da violência, o contrario não se verificou. As diferentes temáticas associadas à violência não foram suficientes para deslocar o discurso da relação de causalidade entre pobreza e violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, R; GUIMARÃES, C. Media monopoly in Brazil. *Journal of Communications*, Autumm, v. 44, n. 4, p. 26-40, 1994.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. Londres: Verso, 1983.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional da própria imagem*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- ATHAYDE, Celso, BILL, MV. *Falcão: meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- BACILA, Carlos Roberto. *Estigmas: um estudo sobre os preconceitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- BARBAGELATA, Aníbal Luis. Libertad de expresión como medio de proteger los derechos humanos. *Cuadernos Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de Montevideo*, n. 1, p. 27-33, 1986.
- BARBOSA, Alvaro Antônio do Cabo. *Direito à própria imagem: aspectos fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 1989.
- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: ComArte, 1990.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROSO, Luís Roberto. Liberdade de expressão, censura e controle da programação de televisão na Constituição de 1988. *Revista dos Tribunais*, v. 90, 790, p. 129-152, São Paulo: RT, 2001.
- BASTOS, Celso Ribeiro de. A liberdade de expressão e a comunicação social. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política* v. 5, 20, p. 48-52, São Paulo: RT, 1997.
- BAUBOK, Rainer. Justificaciones liberales para los derechos de los grupos étnicos. In: GARCIA, Soledad; LUKES, Steven (Org.). *Cidadanía: justicia social, identidad y participación*. Madrid: Siglo XXI, 1999.
- BENTES, Ivana. O copyright da miséria e os discursos da exclusão. *Cinemas*, n. 33, jan.-mar. 2003.
- _____. Cidade de Deus promove turismo ao inferno. *O Estado do São Paulo*, São Paulo, 31 ago. 2002.

- BERNARDET, Jean-Claude. Cineastas e imagens do povo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. O atrevido provocador. Revista de Cinema, n. 39, 2003. Entrevista.
- _____. A crueldade irônica – a nova fórmula da violência no cinema dos anos 90. Imagens, São Paulo: Unicamp, ago. 1994.
- BERTI, Silma Mendes. Direito à própria imagem. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- BEUCHOT, Mauricio. La persona y la subjetividad en la filología y la filosofía. Revista Latinoamericana de Política, Filosofía y Derecho, n. 16, México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1996.
- BHABHA, Homi. A outra questão – o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998b.
- BICUDO, Hélio. Direitos humanos e sua proteção. São Paulo: FTD, 1997.
- BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos de personalidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. Os direitos de personalidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- BOHMAN, James. Expending dialogue: the internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. Sociological Review, USA: Blackwell Publishing Ltd, 2004.
- BOLANÕ, César Ricardo Siqueira. Mercado brasileiro de televisão. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, [s.d.].
- _____. _____. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2004.
- BONFIM, João Bosco Bezerra. A fome que não sai no jornal. Plano, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRITTOS, Valério Cruz; BOLANÕ, César Ricardo Siqueira (Org.). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.
- BUCCI, Eugênio (Org.). A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BUCCI, Eugênio. Mídia e educação. Educação, cidadania e direitos humanos. São Paulo: Editora Vozes, 2004.
- _____. Sobre ética e imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- CAMPOS, Diogo Leite de. Lições de direitos da personalidade. Boletim da Faculdade de Direito, Lisboa: Universidade de Coimbra, v. LXVII, p. 129-223, 1991.
- CANOTILHO, J.J. Gomes; MACHADO, Jónatas E. M. Reality Shows e liberdade de programação. Coimbra: Ed. Coimbra, 2003.
- CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. Liberdade de informação e o direito difuso à informação verdadeira. Rio de Janeiro: Renovar, 1994.
- CASTAN TOBEÑAS, Jose. Los derechos de la personalidad. Madrid: Reus, 1952.
- _____. Los derechos del hombre. 4. ed. Madrid: Reus, 1992.
- CHARÃO, Cristina. “Direitos de Resposta” responde à altura dilema da “produção alternativa”. Disponível em: <<http://www.reportersocial.com.br/noticias>>. Acesso em: 15 dez. 2006.
- COLI, Jorge. Uma questão delicada. Caderno Mais!, Folha de S. Paulo, 29 set. 2002.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- _____. A democratização dos meios de comunicação de massa. Revista USP, n. 48, São Paulo, p. 6-17. dez.-fev. 2000-2001.
- CORNU, Daniel. Ética da informação. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- COSTELLA, Antônio. Direito da comunicação. São Paulo: RT, 1976.
- CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito romano. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- DE CUPIS, Adriano. Os direitos da personalidade. Lisboa: Moraes, 1961.
- DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].
- Decisão liminar no processo 2005.61.00.24137-3. Disponível em: <http://www.cdh.org.br/liminar_ACP_RedeTV.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2006.
- DEVOL, Kenneth S. Mass media and the Supreme Court: the legacy of the Warren Years. New York: Hastings House, [s.d.].
- DUARTE, Fernanda et al (Coord.). Os direitos à honra e à imagem no Supremo Tribunal Federal: laboratório de análise jurisprudencial. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- DURVAL, Hermano. Direito à imagem. São Paulo. Saraiva, 1988.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders; sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. A sociedade de Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. O processo civilizador: a história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. 1.

_____. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. Ensaios&Escritos. Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

ERIKSON, Erik. H. Young man luther. A study in Psycho-Analysis and History. New York: W.W. Norton & Company, 1993.

_____. The problem of ego identity. Journal of American Psychoanalytical Association, n. 4, p. 56, 1956.

FARIAS, Edilsom Pereira de. Colisão de direito: a honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação. 2. ed. Porto Alegre: Fabris, 2000.

FISCHMANN, Roseli; KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). Mídia e tolerância – a ciência construindo caminhos de liberdade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

FISH, Stanley. Is there a text in the class? The authority of interpretative communities. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

FISS, Owen. Democracy and Mass Media. Pensilvânia: J. Lichtenberg, 1990.

FONTES JR., João Bosco Araújo. Liberdades fundamentais e segurança pública – Do direito à imagem ao direito à intimidade: a garantia constitucional do efetivo estado de inocência. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

FOSTER, Hal. The return of the real. The avant-guarde at the end of the century. Massachussetts Institute of Technology, 1999.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOULKES, Siegfried Heinrich. On introjection. International Journal of Psychoanalysis, n. 18, p. 269 ss., 1937.

_____. Selected papers of S.H. Foulkes: Psychoanalysis and Group Analysis. Edited by Elizabeth Foulkes. Karnac Books.1990.

- FREIRE FILHO, J. Mídia. Estereótipo e representação das minorias. Eco Pós. Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, UFRJ, v. 7, n. 2, ago.-dez. 2004.
- FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XXII.
- _____. Psicologia das massas e análise do Eu. ESB. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 1969.
- _____. Psicologia de grupo e do ego. “Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos”. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XVIII, cap. II-III, VI-VII e XI.
- GALSTON, W. Liberal purposes. Goods, virtues, and diversity in liberal state. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GLASS, Arthur. Freedom of speech and the Constitution – Australian capital television and the application of constitutional rights. The Sydney Law Review, v. 17, 1, p. 29-42, 1995.
- GODOI, Guilherme Canela de Souza. Comunicações no Brasil: confusão legal à necessidade de regular. NP 10 – Políticas e Estratégias de Comunicações, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa Intercom, 2004. Disponível em: <www.intercom.org.br>.
- GOFFMAN, E. Estigmas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- GOMES, Itania Maria M. Efeitos e recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.
- GREENBLATT, Stephen. Possessões maravilhosas. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. O novo historicismo: ressonância e encantamento. Estudos históricos. Rio de Janeiro, 1991. v. 4, n. 8.
- HABERMANS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa. Racionalidad de la acción e racionalización social. Madri: Taurus, 1987.
- HALL, Stuart et al. Policing the crisis: mugging, the State and law and order. London: Macmillan, 1978.
- HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG/UNESCO, 2003.
- HAMBURGER, Esther. O Brasil antenado: a sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- HERZ, Daniel. A história secreta da rede globo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

- HESSEN, Johannes. Filosofia dos valores. 5. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1980.
- HOHFELD, W. Fundamental legal conceptions as applied in juridical reasoning. New Haven: Yale University Press, 1919.
- HOLT, L.P. Identification. A crucial concept for sociology. Bulletin of the Menninger Clinic, n. 14, p. 164 e ss., 1950.
- HOWE, L. P. Some sociological aspects of identification. Psycho-Analysis and the Social Sciences, v. IV, p. 61, 1955.
- INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO. Os donos da mídia. 2002. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2006.
- INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. TV digital: princípios e propostas para uma transição baseada no interesse público. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/arquivos/TVD_Intervozes.pdf>. Acesso em: jan. 2006.
- INTERVOZES – Programas Direitos de Resposta. São Paulo, 2005.
- JENSEN, Joli; PAULY, John J. Imaginas a la audiencia: pérdidas y ganancias en los estudios culturales. In: FERGUNSON, M.; GOLDING, P. (Eds.) Economía política y estudios culturales. Barcelona: Bosch, 1998.
- KEHL, Maria Rita et al. Anos 70: televisão. Rio de Janeiro: Europa, 1979.
- KEHL, Maria Rita; COSTA, Alcir H. da; SIMÕES, Inimá F. (Org.). Um país no ar: história da TV brasileira em três canais. São Paulo/Rio de Janeiro: Brasiliense/Funarte, 1986.
- KEHL, Maria Rita. As máquinas falantes. In: NOVAES, Adauto (Org.). O homem-máquina. A ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- KYMLICKA, W. Liberalism, community and culture. Oxford: Oxford university Press, 1989.
- _____. Multicultural Citizenship. Oxford: Oxford university Press, 1995a.
- _____. The rights of minority cultures. Oxford: Oxford university Press, 1995b.
- LACAN, Jacques. O estágio do espelho como formador da função do eu. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LEAL FILHO, Laurindo Lalo. A melhor TV do mundo. Summus, 1997.
- LEAL, Sayonara de Amorim Gonçalves. Algumas considerações sobre o modelo de regulação do mercado brasileiro de telecomunicações: os mecanismos de controle

- públicos presentes na regulamentação do setor e o papel do Estado junto à Agência Nacional de Telecomunicações – (Anatel). GT/Intercom: Economia Política das Comunicações. Disponível em: <www.intercom.org.br>.
- LEITE, Márcia. Vozes e imagens do morro: as favelas cariocas no cinema brasileiro. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n. 11, 2000.
- LIMA, Venâncio A. de. Existe concentração na mídia sim. 2003. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/plq010720031.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2006.
- LINS, Consuelo. O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LOPES, Maria Immaculata Vassallo de. *Pesquisa em comunicação*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MATTIA, Fábio Maria de. Direitos de personalidade: aspectos gerais. In: CHAVES, Antônio (Org.). *Estudos de direito civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.
- MATTOS, Sergio. *O controle dos meios de comunicação*. Salvador: Edufba, 1996.
- MAZZARA, Bruno M. *Prejuicios y estereótipos en acción. Esteriótipos y prejuicios*. Madri: Acento Editorial, 1999.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito internacional público*. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E PROCURADORIA DA REPUBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO. Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela. 2005. Disponível em: <http://www.cdh.org.br/ACP_RedeTV.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2006.
- MIRANDA, Darcy Arruda. *Comentários à Lei de Imprensa*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994. v. I e II.
- MORAES, Walter. Direito à própria imagem (I). *Revista dos Tribunais*, São Paulo: RT, v. 443, p.64-81, set. 1972.
- _____. Direito à própria imagem (II). *Revista dos Tribunais*, São Paulo: RT, v. 444, p.11-28. out. 1972.
- MORLEY, David. Ortodoxias teóricas: el textualismo, el constructivismo y la ‘nueva etnografía’ em los estudios culturales”. In: FERGUNSON, M.; GOLDING, P. (Eds.) *Economia política y estudios culturales*. Barcelona: Bosch, 1998.

- MORRISON, David E et al. Media and Values: intimate transgression in a changing moral and cultural landscape. Bristol/Chicago: Intellect Books, 2007.
- MV, Bill. Cidade de Deus: history's silent protagonist. In: VIEIRA, Else (Org.) City of God in several voices: Brazilian social cinema as action. Londres: Nottingham, 2005.
- NAGIB, Lúcia. A língua da bala – realismo e violência em Cidade de Deus. Novos Estudos Cebrap, n. 67, nov. 2003.
- NIEUWENHUIS, Aernout. Freedom of Speech: USA vs. Germany and Europe. Netherlands Quarterly of Human Rights, v. 18, 2, p.195-214, 2000.
- ODIN, Roger. A questão do público: uma abordagem semi-pragmática. In: RAMOS, Fernão Pessoa. Teoria contemporânea do cinema – Documentário e narrativa ficcional. São Paulo: Senac, 2005. v. 2.
- ORICCHIO, Luiz Zanin. Cinema de novo – um balanço crítico da retomada. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 1997. v. 1.
- PETERS, Bernhard. On public deliberation and public culture: reflections on the public sphere. In: IIS-Arbeitspapier, Bremen: Institut für Interkulturelle und Internationale Studien, n. 7, 1997.
- PIRES, Paulo Roberto. MV Bill é mais consistente. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 set. 2002, Caderno B.
- PONTE, Cristina. Para entender as notícias – Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.
- _____. Leituras das notícias. Contributos para um do discurso jornalístico. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- POPPER, Karl. Televisão: um perigo para a democracia. Lisboa: Gradiva, 1995
- PRYSTHON, Angela; CARRERO, Rodrigo. Da periferia industrial à periferia fashion: dois momentos do cinema brasileiro. Eco Pós, v. 5, n. 2, 2002.
- RAZ, J. The Morality of Freedom. Oxford: Clarendon Press.1986.
- REBOUÇAS, Edgard. Que bases teóricas para os estudos de políticas e estratégias de comunicações?. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Belo Horizonte: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003. Disponível em: <www.intercom.org.br>.

- REZENDE, Guilherme Jorge de. Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.
- RIBEIRO, Alex. Caso escola base: os abusos da imprensa. São Paulo: Ática, 1995.
- RIBEIRO, Paulo Jorge. Entre ressonância e encantamento: Cidade de Deus e a crítica cultural contemporânea. 2005. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: PPCIS-UERJ.
- _____. Alguns impasses da crítica cultural contemporânea: Cidade de Deus. Revista Interseções. Dossiê Cinema & Ciências Sociais, PPCIS/UERJ, ano 5, n. 1, 2003.
- RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. 27. ed. São Paulo: Saraiva. 1997. v. 1.
- ROLDÃO, Carlos Gilberto. Conselho de Comunicação Social: um instrumento para a democratização da comunicação? NP 10 – Políticas e Estratégias de Comunicações, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa Intercom, 2004. Disponível em: <www.intercom.org.br>.
- ROSITO, Valeria. Cinema cidadão e gênero “denúncia”: o caso Cidade de Deus. Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 12, jan.-abr. 2004.
- SAHM, Regina. Direito à imagem no direito civil contemporâneo: de acordo com o novo Código Civil, Lei. 10.406, de 10-1-2002. São Paulo: Atlas, 2002.
- SAID, Edward. Orientalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SANTOS, Christiano Jorge. Crimes de preconceito e de discriminação: análise jurídico-penal da Lei 7.716/89 e seus aspectos correlatos. São Paulo: Max Limonad, 2001.
- SCIACCA, Michele Federico. História da filosofia. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1998. v. 1.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). Catástrofe e representação. São Paulo: Escuta, 2000.
- SIGNATES, Luiz. Políticas públicas de comunicação – alguns referenciais teóricos e práticos de um problema mais amplo do que se pensa. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Belo Horizonte, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003. Disponível em: <www.intercom.org.br>.
- SILVA JR, Hélio. Direito de igualdade racial: aspectos constitucionais, civis e penais. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
- SILVA, José Afonso da. Proteção constitucional dos direitos humanos no Brasil: evolução histórica e direito atual. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, número especial, p.159-185, 1998.

- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 73-102.
- SOARES, Rosana de Lima. Imagens veladas: AIDS, imprensa e linguagem. São Paulo: Annablume, 2001.
- SODRE, Muniz. Sociedade, mídia e violência. Batatais, 2002.
- SOUSA, R. Capelo de. O direito geral de personalidade. Coimbra: Coimbra Ed., 1995.
- SOVIK, Liv (Org.). HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- STAM, Robert. Introdução à teoria do cinema. São Paulo: Papirus, 2003.
- STEINER, H. An essay on rights. Oxford: Blackwell. 1994.
- STEVENS, John Paul. The Freedom of speech. The Yale Law Journal, v. 102, n. 6, 1293 - 1313, apr. 1993.
- SUIAMA, Sérgio Gardenghi. A voz do dono e o dono da voz: o direito de resposta coletivo nos meios de comunicação social. 2002. Disponível em: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/pfdc/grupos_atividades/comunicacao/direito_resposta.PDF>. Acesso em: 04 jul. 2006.
- TARDE, Gabriel. A opinião e as massas. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- TOBENÃS, Juan Castan. Los derechos del hombre. Madrid: Reus, 1969.
- WARREN, Samuel D; BRANDEIS, Louis D. The right to privacy. Harvard Law Review. Cambridge, v. IV, p.193-220, dec. 15, 1890.
- YOUNG, I. M. Justice and the politics of difference. Princeton: Princeton University Press.
- ZALUAR, Alba. Cidade de Deus. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 set. 2002. Cartas.
- _____. A tese do gueto norte-americano. Entre a ética e a estética. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 set. 2002a. Caderno B.
- _____. Cidade de Deus revela talento de escritor. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <www.estado.estadao.com.br/jornal/97/08/23/news173.html>.